



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

RONALD LEAL DE CARVALHO JÚNIOR

**“ODRES NOVOS PARA VINHOS VELHOS”: (RE)VISITANDO *SOPHIA* PELOS
QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO**

Salvador
2015

RONALD LEAL DE CARVALHO JÚNIOR

**“ODRES NOVOS PARA VINHOS VELHOS”: (RE)VISITANDO *SOPHIA* PELOS
QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa em Filosofia, Linguagem e Práxis, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção de grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Dante Augusto Galeffi

Salvador
2015

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Carvalho Júnior, Ronald Leal de.

“Odres novos para vinhos velhos” : (re)visitando *Sophia* pelos quatro pilares da educação / Ronald Leal de Carvalho Júnior. – 2015.

146 f.

Orientador: Prof. Dr. Dante Augusto Galeffi.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2015.

1. Educação – Filosofia. 2. Ética. 3. Educação humanística. I. Galeffi, Dante Augusto. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 370.1 – 23. ed.

RONALD LEAL DE CARVALHO JÚNIOR

**“ODRES NOVOS PARA VINHOS VELHOS”: (RE)VISITANDO *SOPHIA* PELOS
QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação,
pela Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

Dante Augusto Galeffi - Orientador _____
Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

Ana Kátia Alves _____
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

Juliana Ortegosa Aggio _____
Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo
Universidade Federal da Bahia

Com muita honra, dedico este singelo trabalho ao professor Maurício Schmall, por lembrar-me de que não estou ficando cego; pela sua inspiradora luta para despertar a filosofia no coração dos dormentes e pela generosa e enorme paciência em ter-me como aluno.

AGRADECIMENTOS

Por merecido afortunamento, sempre tive muitas pessoas queridas à minha volta – família, namorada, amigos e colegas – as quais, consciente ou inconscientemente, contribuíram na realização deste projeto. Agradeço, então, a todos, indistintamente, embora alguns tenham empreendido maior esforço e dedicação. A esses, devoto cordial reverência.

Em especial, agradeço aos queridos inesquecíveis professores do Departamento de História da FFCH / UFBA, Lina Aras, Gabriela Sampaio e Muniz Ferreira, pelo carinho, disponibilidade e atenção que sempre tiveram para comigo; e aos meus orientadores-professores do Programa de Pós-Graduação da FACED / UFBA, Ana Kátia Alves e Dante Galeffi, pelas recomendações que fizeram no decurso da escrita deste trabalho e pela confiança que tiveram em dar-me autonomia e liberdade para expressar o que penso, tornando-me o principal responsável pelas ideias aqui apresentadas.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é focalizar a ética atemporal e refletir filosoficamente sobre alguns dos seus principais fundamentos, a partir de *Os Quatro Pilares da Educação*, conjunto de “aprendências” propostas pela UNESCO que ensejam uma renovação do próprio sentido da educação para o século XXI. Para tanto, inspirado metodologicamente na Fenomenologia de Husserl, foi utilizada a *abordagem qualitativa do tipo documental*, pois ela oferece fecundas possibilidades de investigação dos fenômenos que envolvem os seres humanos e suas diferentes cosmovisões, construídas culturalmente ao longo da história. Desta forma, através de uma *intencionalidade* aberta e interrogante, procurei entrar em contato com os sentidos mais profundos destas realidades, cujo alcance é complexo, transcendental e holístico. Por fim, a estilística textual deste trabalho conformou-se no gênero literário ensaístico, mais especificamente de tipo discursivo-formal, inscrito na linha montaigneana da “espontaneidade com rigor”, pois o ensaio é uma modalidade textual didática que expõe ideias, críticas e reflexões éticas e filosóficas acerca de certo tema. É menos formal e mais flexível que o tratado. Consiste, portanto, num gênero que permite ao leitor transitar do filosófico para o artístico, do filosófico para o científico ou vice-versa – sem diminuir o rigor da exposição.

Palavras-chave: Ética Atemporal, Filosofia, Educação.

ABSTRACT

The aim of this study is to focus on the timeless ethics and reflect philosophically on some of its main foundations, from The Four Pillars of Education, set of "learning" proposed by UNESCO giving rise a renewal of the proper sense of education for the twenty-first century. To do so, inspired methodologically the phenomenology of Husserl, qualitative approach to the documentary type was used because it provides fertile phenomena research possibilities involving humans and their different worldviews, culturally constructed throughout history. Thus, through an open and questioning intentionality, I tried to contact the deeper meanings of these realities, whose range is complex, holistic and transcendental. Finally, textual stylistic this work conformed the literary genre essay, specifically discursive formal type, inscribed in montaigneana line of "spontaneity accurately" because the text is a didactic text mode that puts forward ideas, criticisms and reflections ethical and philosophical about a certain topic. It is less formal and more flexible than the treaty. It is thus a genre that allows the reader to move from the philosophical to the artistic, philosophical to scientific or vice versa - without decreasing the exposure accuracy.

Keywords: Timeless Ethics, Philosophy, Education.

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	09
1.	INTRODUÇÃO	15
	PARTE I	23
2.	UM OUTRO <i>ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA</i>: PROVOCAÇÕES FILOSÓFICAS SOBRE CRISES, VERDADES E PARADIGMAS	25
	PARTE II	49
3.	A TRADIÇÃO E OS CAMINHOS DA SABEDORIA: “UM TESOURO A SE <i>REDESCOBRI</i>R”	51
3.1	A TRADIÇÃO FILOSÓFICA GRECO-ROMANA	54
3.2	A TRADIÇÃO FILOSÓFICA INDIANA	56
3.3	A TRADIÇÃO FILOSÓFICA CHINESA	56
3.4	A TRADIÇÃO FILOSÓFICA BUDISTA	57
4.	APRENDER A CONHECER	59
5.	APRENDER A FAZER	81
6.	APRENDER A CONVIVER	101
7.	APRENDER A SER	119
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
	REFERÊNCIAS	141

APRESENTAÇÃO

Desde a mais tenra idade que as perguntas “o que sou?”, “de onde vim?”, “para onde vou?” ecoavam na minha cabeça. Quando criança, pensava que eram só minhas; quando jovem, calei-as dando ouvidos ao mundo; quando adulto, após um certo período de errantes peregrinações, nas muitas viagens que fiz pelo Brasil e pelo mundo, lembrei-me delas e enamorei-me da *filosofia* – em especial, da *grega* – e comecei a desconfiar que quem não busca respostas para as perguntas genuínas que faz quando criança, ou simplesmente as esquecem, talvez esteja “dormindo de olhos abertos”. Então, inspirado por Hesíodo e Sócrates, decidi romanticamente ser *poeta* e *filósofo* para, como eles, tentar acordar as pessoas que ainda estavam dormindo. Porém, descobri que a vida nem sempre é romântica, pois acho que ela não concordou muito com esta decisão, pelo menos não naquele momento. Por questões de ordem desconhecida, comecei a perder a visão dos meus olhos físicos. Hoje, quase cego, lembro-me que um dia pensei: “como viverei neste mundo prosaico e cientificista, que supervaloriza a imagem, sendo *poeta*, *filósofo* e, ainda por cima, *cego*?” Num átimo, o meu romântico teatro de expectativas deu lugar a uma *tragédia grega*, cujo personagem-central só poderia ser *Tirésias*¹ ou *Homero*². Por sorte, com o tempo, fui percebendo *filosoficamente* que a minha particular *tragédia*, por vezes, aproximava-se de uma risível *comédia*.

Passei no vestibular para Filosofia, porém, dado que precisava trabalhar e, à época, como praticamente não existia esta disciplina na “grade” curricular das escolas de Salvador, optei por estudar História na UFBA. Com o tempo, fui aprendendo a unir estes dois saberes de um modo tal, que a filosofia, apurando o meu “faro historiográfico”, levou-me a descobrir aquilo que acredito ser o “espírito” da própria história da humanidade: os valores humanos.

Aquele particular fascínio pela filosofia grega, em pouco tempo, desdobrou-se num interesse muito grande pelas culturas do Antigo Oriente. Comecei a estudar o *Bhagavad Gitâ*³ e, quando me dei conta, estava debruçado em investigações filosóficas sobre o *Budismo*, o *Confucionismo*, o *Taoísmo* e as mitologias dos antigos povos. Daí em diante, nunca mais olhei “academicamente” para a história. Notei que faltava alguma coisa de profundo na visão dos historiadores modernos. Salvo Nietzsche, Kant e alguns mais, tampouco os filósofos

¹ Na famosa tragédia *Édipo Rei*, escrita por Sófocles, *Tirésias* é um profeta *cego* que demonstra como é terrível “saber quando o saber de nada serve a quem o possui” ou “ter os olhos sadios e não ver”.

² Poeta-rapsodo *cego* a quem se atribui as narrativas épicas *Íliada* e *Odisséia*, os mais famosos versos da Grécia Antiga;

³ Antigo tratado ético hindu, é parte de uma obra monumental com mais de 70 mil versos, conhecida como *Mahabârata*.

contemporâneos convenceram-me, com as suas eruditas filosofias. Na verdade, estranhei-me e comecei a estranhar o mundo. Tudo passou, sob o meu olhar, a correr riscos de desvanecer: nem a “história” continuou sendo história, nem a “filosofia”, filosofia.

Através de um estudo eclético e comparativo, comecei a perceber que os antigos sistemas filosóficos ocidentais e orientais trazem em seus fulcros, veladamente “por detrás” de suas ricas simbologias e logicidades, um candente sentido para a existência do homem – qual seja, o de *tornar-se humano* através de uma *Ética Atemporal*.

Conquistada com sacrifício, somente através da vivência das *virtudes* e de *valores* que se reconhecem *arquetipicamente* como propriamente humanos; e inspirada em *ideais* de *Ciência*, como busca da *Verdade*; de *Política*, como busca da *Justiça*, de *Religião*, como busca do *Bom*, e de *Arte*, como busca do *Belo* – esta ética, que não é “filha” do tempo, parece constituir a base de todos os antigos processos civilizatórios, apesar disso ser pouco conhecido, sobretudo porque tais processos são geralmente apresentados a partir de visões filosóficas e científicas materialistas. Na verdade, sem desconsiderar o importante papel que tiveram na revolução paradigmática da modernidade, nem ignorando as contribuições epistemológicas que elas forneceram ao pensamento contemporâneo, não resisto em afirmar que algumas destas visões materialistas superficializaram a própria história da humanidade. Isto é, por meio de interpretações excessivamente racionais e fragmentárias, quase sempre incapazes de integrar os complexos e dialógicos fenômenos históricos que envolvem o *Microcosmo Humano*, elas foram as grandes responsáveis pela propagação de muitos preconceitos acerca do significado das simbologias e dos conhecimentos transcendentais presentes na cosmovisão dos antigos povos.

Longe de terem gerado “sociedades perfeitas” – o que seria insensato e demasiadamente ingênuo considerar –, os valores cultivados por muitos povos da antiguidade, sob a forma de *altivos ideais*, edificaram, inegavelmente, processos civilizatórios exuberantes, cujas expressões culturais, quando não “entortam” com seus enigmas a nossa compreensão, evocam sentimentos de *beleza* e *glória*. Caberia, então, perguntar, numa primeira provocação: E nós, com toda a nossa opulência material, com todo o frisson tecnológico dos dias atuais, que ideais temos? Colonizar Marte? Temos sonhos ou projetos? Ética ou modismos comportamentais? Educação ou adestramento? Sabemos mesmo o que somos? E se somos alguma coisa, somos fortes ou fracos? Afinal, o que deixamos para trás? O colapso flagrante do nosso modo de vida, com seu receituário de “felicidade a qualquer preço”, talvez responda empiricamente tais perguntas... Aqui, no entanto, a *tragédia* não é *grega*, é *moderna*, e em nada se aproxima de uma risível *comédia*.

Do que vale, então, ser “moderno” ou “pós-moderno”, “liberal” ou “conservador”, “de direita” ou “de esquerda”, se os “ideais”, os “valores” e as “excepcionais virtudes” que hoje se apresentam no mundo têm nos fatigado, fazendo-nos empalidecer com seus signos antiestéticos de egoísmo e competitividade? Acho que se não estivéssemos mesmo “dormindo de olhos abertos”, estaríamos buscando responder àquelas velhas perguntas da infância, ao invés de permanecermos nela, com medo de amadurecer para não ter de abrir mão das fantasias e irresponsabilidades típicas de criança.

Porém, como idealista e pretendo poeta e filósofo, sinto-me sensibilizado e mobilizado a tentar acordar os educadores que ainda estão dormindo, isto é, a provocá-los por meio desta *Ética Atemporal* – dentre os quais, os que queiram e possam – a perceberem minimamente que o homem não é este ser fraco e desconsertado que se apresenta nos dias de hoje; que ele pode sim ser forte, ativo e aspirar a *grandes ideais de verdade, de justiça, de bondade e de beleza*; que a *educação para o século XXI* pode estar, sim, inspirada nestes valores e ideais, e, quiçá, ancorada em princípios como os de *vivência moral, formação de caráter, desenvolvimento de virtudes e sã espiritualidade*. Em outras palavras, refiro-me às “nossas perdidas asas e ao bater inútil dos seus cotos que já não possuem o prodígio do voo e aos *caminhos* pelos quais podemos nos emplumar novamente” (PLATÃO apud LIVRAGA, 2010, p. 28).

Neste sentido, eis que apresento uma singela contribuição, na forma desta dissertação de mestrado, cujo objetivo é focalizar reflexivamente alguns fundamentos desta *ética imutável*, a partir de *Os Quatro Pilares da Educação*⁴, conjunto de proposições educacionais que ensejam uma renovação do próprio sentido das aprendizagens as quais a educação atual tem superficialmente procurado desenvolver. Como parte integrante do relatório *Educação, um Tesouro a Descobrir*, encomendado pela UNESCO à *Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*, esse documento adquiriu notoriedade e relevância mundiais, tendo sido, na atualidade, discutido exaustivamente, sob muitas perspectivas, em diversos fóruns e congressos de educação. Aqui, porém, foi tomado apenas como um mote, um dispositivo para algumas reflexões filosóficas sobre as “aprendências” por ele sugeridas, à luz de alguns dos antigos tratados éticos que compõem o magnífico acervo da Tradição, e a partir da abordagem excelente de alguns comentaristas contemporâneos que se debruçaram na compreensão destas obras, bem como de suas respectivas civilizações. Assim sendo, no tocante a estas reflexões, os argumentos aqui apresentados, através deste itinerário, procuram

⁴ *Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Conviver e Aprender a Ser.*

tanto revisitar alguns ensinamentos desta *Ética Atemporal*, quanto ensejar a sua atualização ontológica, epistemológica e axiológica no âmbito de nossa sociedade. Enfim, ora de maneira crítica e assertiva, ora poeticamente, o texto a seguir institui apenas um olhar sobre o homem e seus processos de aprendizado, não pretendendo, portanto, ser mais do que isso: “um olhar” – porém, à maneira clássica, porque filosoficamente atemporal.

Para tanto, dentre as diversas formas de pesquisa consagradas academicamente, escolhi a *de abordagem qualitativa do tipo documental*, pois ela oferece fecundas possibilidades de investigação dos fenômenos que envolvem os seres humanos e suas diferentes cosmovisões, construídas culturalmente ao longo da história. No cerne deste tipo de pesquisa, reside uma perspectiva que, em geral, “partindo de questões amplas que vão se aclarando no decorrer da investigação” (GODOY, 1995, P. 20), permite ao pesquisador captar e interpretar coerentemente a dinâmica dos fenômenos observados.

Outrossim, busquei inspiração metodológica na *Fenomenologia* de Husserl, tendência filosófica que ultrapassou a condição de “mais uma doutrina” e, ao transpor os próprios limites da filosofia enquanto disciplina, renovou-a, ao reconstituir a sua vocação primeira que é, sobretudo, *perguntar*. Enfatiza ainda Galeffi (2000, p. 7) que:

Diante da “crise da razão gnosiológica” do seu tempo, que vinha solapando qualquer pretensão de se dar seguimento a uma ciência da “constituição” do conhecimento puro (*a priori*), Husserl restaura a *atitude transcendental* como “retorno às coisas mesmas”, provocando, assim, profundas mudanças no horizonte teórico do fazer filosófico do século XX. Reclamando, renovadamente, uma nova tarefa para a Filosofia do Sujeito, precisamente aquela capaz de superar o amadorismo empírico ou o transcendentalismo ingênuo (ou realista) das épocas anteriores, Husserl projeta para a Filosofia a possibilidade de desfazer-se dos “tormentos da obscuridade”, e isto através do método fenomenológico (ou redução fenomenológica) levado às suas extremas consequências, a saber: *o retorno à consciência*.

Assim, inspirado nesses pressupostos teórico-metodológicos que o presente trabalho foi concebido. Isto pois, se de um lado, “o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares, constitui o que estamos denominando pesquisa documental”(GODOY, 1995, p. 21); de outro, as reflexões filosóficas aqui desenvolvidas, buscaram *pôr em suspensão os* sentidos mais corriqueiros acerca destas “aprendências”, bem como as *atitudes naturais*⁵ que estão em suas fundamentações e que geralmente se nos apresentam filosófica e cientificamente como peremptórias na contemporaneidade. Desta

⁵ Na Fenomenologia de Husserl, *atitude natural* consiste numa apreensão irrefletida em função de um caráter de crença no mundo ou nas coisas.

forma, através de uma *intencionalidade* aberta e interrogante, procurei entrar em contato com os sentidos mais profundos destas realidades, cujo alcance, porquanto clássico, é complexo, transcendental e holístico. Por fim, a estilística textual deste trabalho conformou-se no gênero literário ensaístico, mais especificamente de tipo discursivo-formal, inscrito na linha montaigneana da “espontaneidade com rigor”, pois o ensaio é, segundo Paviani (2009), uma modalidade textual didática que expõe ideias, críticas e reflexões éticas e filosóficas acerca de certo tema. É menos formal e mais flexível que o tratado. Consiste também na defesa de um ponto de vista pessoal e subjetivo sobre um tema (humanístico, filosófico, político, social, cultural, moral, comportamental, religioso, etc), sendo o único gênero que permite ao leitor transitar do filosófico para o artístico, do filosófico para o científico ou vice-versa – sem diminuir o rigor da exposição. Enfim, nas palavras de Adorno (1994, p.187), as quais bem justificam a escolha que fiz por esta modalidade literária, “a lei formal do ensaio é a heresia, pois, na infração à ortodoxia do pensamento, torna-se visível na coisa aquilo que, por sua secreta finalidade objetiva, a ortodoxia busca manter invisível”.

Finalmente, a bibliografia de base DESTE TRABALHO foi organizada, segundo critérios humanísticos, a partir de obras de um profundo conteúdo ético, cujos autores são, em geral, universalmente considerados *Mestres de Sabedoria*. Neste sentido, elas trazem univocamente no seu bojo uma visão clara e penetrante acerca do homem, dos fenômenos que tangenciam a sua existência, bem como do significado potencial de sua experiência no mundo. Destarte, nas *sagradas páginas* destas obras atemporais, podemos visar “outros sentidos” para as “aprendências”⁶ da UNESCO – a saber, mais voltados ao desenvolvimento espiritual humano e, por conseguinte, mais comprometidos em tornar o homem humanamente vicejante em suas diferentes formas de *conhecer, fazer, conviver e ser*.

Com base nisso, a escrita deste trabalho foi organizada em cinco ensaios, cada qual apresentando as suas próprias singularidades e pontos de confluência, a comporem, juntos, um mosaico filosófico, uma *trama* de reflexões acerca do temário em questão. O *primeiro*, no entanto, provocativamente, consiste num “outro ensaios sobre a cegueira”, isto é, numa diatribe que relaciona o conteúdo do Relatório da UNESCO com uma reflexão acerca de como, contemporaneamente, vemos a nós mesmos e a realidade que nos envolve, bem como enxergamos a atual crise geral que nos acomete. Prepara, portanto, o terreno psicológico para

⁶ *Aprendência* é um termo que, em geral, designa o processo de aprendizado que focaliza o aluno como um sujeito capaz de reconhecer-se a si mesmo como protagonista e produtor de sentidos na educação.” Assim, para tornar-se autor, o “aprendente” não pode ser considerado como mero e passivo reproduzidor de uma realidade independente de sua observação e inserção. Neste sentido é fundamental uma revisão, um novo olhar sobre o ensinar e o aprender no mundo atual que, quer tenhamos consciência ou não, é complexo e por isso nos exige termos ciência da importância e dos papéis que a não-linearidade e a autopoiese desempenham na reconfiguração paradigmática de nosso tempo.

as reflexões que se seguem nos ensaios posteriores. Esses, preliminarmente, são introduzidos por uma breve apresentação sobre a Tradição: seus caminhos e seus principais fundamentos. Assim, os ensaios seguintes, cada um dos quais correspondendo a uma “aprendência” proposta pela UNESCO, ocupam-se do escopo central do trabalho. Por fim, as considerações finais trazem uma reflexão inconclusiva e provocativa acerca do tema geral.

Por concluir, em tempos como o nosso, em que tanta informação confusa e contraditória recebemos acerca do que somos e do papel que deve cumprir a educação, revisitar os “velhos” ensinamentos destas obras a partir dos “novos” desafios educacionais do século XXI pode, certamente, proporcionar aos educadores contemporâneos a lucidez e a verticalidade necessárias para encontrar o mais profundo sentido das aprendizagens resultantes dos seus múltiplos atos de educar: o da *humanização*. Metaforicamente, *Odres Novos para Vinhos Velhos*, porque se o que carecemos é de “novos sentidos” para as aprendizagens da educação no século XXI, eis um *néctar* muito apreciável para preenchê-las: os “velhos” ensinamentos da *filosofia*, a inesgotável bebida do Olimpo, outrora dadivosamente concedida pelos Deuses aos homens... os quais, conforme afirma Platão, “disto já não mais se lembram”.

1. INTRODUÇÃO

Na década de 90 do século passado, foram produzidas mundialmente inúmeras discussões acerca do sentido da educação na contemporaneidade, feitas por educadores de diferentes áreas do conhecimento. Nestas discussões, foram identificadas reflexões recorrentes acerca das seguintes problemáticas:

Desconexão teórica e prática do sistema educacional atual com a sua responsabilidade de formar seres humanos plenos em todas as suas dimensões, promovendo o desenvolvimento da sociedade; Separatividade entre as diversas áreas da ciência e de suas disciplinas, ao passo que as realidades e problemas se tornam cada vez mais multidisciplinares; Ausência cada vez maior dos problemas fundamentais atuais, em termos individuais e coletivos, das ciências disciplinares. (DELORS, 1996 apud ECHENIQUE, 2009, p. 4)

Diante deste cenário, alguns educadores parecem ter percebido o quão insensato seria apostar na manutenção de modelos industriais de educação no século XXI, isto é, de modelos quantitativos, utilitaristas e alienadores numa “era planetária”, de rápidas mudanças, em que as sociedades estão cada vez mais profundamente assoladas por crises de todos os tipos, e onde a *fraternidade* humana e a *responsabilidade* com o planeta desvanecem, respectivamente, em favor da competitividade e do consumismo.

Portanto, a identificação destas problemáticas revela a necessidade mundial de se ultrapassar a visão puramente *informativa*, *fragmentária* e *mecanicista* de educação – *modernamente* comprometida com a obtenção de “resultados” –, para uma visão *formativa*, *global* e *humanista*, focada no desenvolvimento das potencialidades morais de todos os envolvidos neste processo. Ademais, como salienta Werthein (2000), citado por LEAL (2003), ganha força em todo o mundo a necessidade de formação de um cidadão solidário, capaz de circular no seio de diversas culturas em busca do que é humano e indispensável a todas as pessoas.

No efervescer de tais discussões produzidas no final do século passado, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) reuniu, sob a coordenação do político francês Jacques Delors, alguns dos mais eminentes pensadores da atualidade, na Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, que elaborou o relatório, editado sob a forma de um livro: “Educação: um tesouro a descobrir”.

Longe de ser um catecismo a ser cumprido acriticamente, este relatório enfatiza quatro proposições para a educação do século XXI, apresentadas, quase que num sentido nomotético, como desafios de natureza cognitiva e moral a todos os atores sociais comprometidos com a

superação do *Grande Paradigma do Ocidente*⁷, que ao engendrar a excessiva disciplinarização do conhecimento, reduziu a educação a um processo empobrecido de sentidos e finalidades morais.

Estas proposições, conhecidas mundialmente como *Os Quatro Pilares da Educação*, atualizam o sentido próprio de educação num mundo globalizado, ao sugerir que, a ela, “cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele” (DELORS, 1996, p. 89). Mas, sobretudo, reposicionam-na para o desenvolvimento de “aprendências” que privilegiam a *formação universal* dos educandos, São elas:

[...] *aprender a conhecer*, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente, *aprender a ser*, via essencial que integra as três precedentes. (DELORS, 1996, p.90).

Sem muito esforço podemos perceber que os dois primeiros pilares, nos quais estão debruçados os atuais modelos de educação – com menor ênfase no *aprender a fazer* – remetem a proposições de ordem epistemológica. Porém, estas aprendizagens, atualmente focadas no mero desenvolvimento cognitivo do educando, não podem ser consideradas completas sem o aporte das outras duas aprendizagens, que circunscrevem as dimensões axiológica e ontológica do Ser Humano. Na verdade, estas diferentes aprendizagens são “aprendências”, uma vez que constituem domínios interdependentes de uma mesma realidade – a saber, a “microcós mica” realidade humana – e por isso mesmo, operam indissociavelmente na experiência do homem consigo mesmo, com o outro e com o mundo, porquanto *aprender a conhecer*, *...a fazer* e *...a conviver* implicam necessariamente em *aprender a ser* e vice-versa. Neste sentido *Os Quatro Pilares da Educação* “abrange o ser humano na sua totalidade, do cognitivo ao ético, do estético ao técnico, do imediato ao transcendente” (LEAL, 2003, p. 3), revelando-se como um renovado aporte de proposições educacionais, dado o seu caráter humanista e transdisciplinar.

Com efeito, a emergência de tais desafios provoca-nos a reconhecer os prejuízos humanos, de proporção civilizatória, engendrados pela consolidação, ao longo do século XX,

⁷ Expressão utilizada por Edgar Morin, filósofo e educador francês, para referir-se ao paradigma cartesiano - newtoniano que caracteriza a Modernidade.

de “modelos bancários⁸” de educação. Em outras palavras, se o século XX, por força do *Paradigma Cartesiano-Newtoniano*, consagrou a compreensão fragmentária e utilitarista, como o vetor “ideal” para o “desenvolvimento humano”, é sensato reconhecer que formas mais *complexas, sistêmicas e globais* de compreensão sobre homem e a educação precisam reemergir no século XXI, sob o risco de nos perdermos ainda mais no labirinto obscuro dos nossos devaneios civilizatórios.

Não pretendo, com isso, sugerir que *Os Quatro Pilares da Educação* sejam a panaceia para a nossa “miopia” compreensiva moderna. Nem poderia ser, pois tanto não existem panaceias para as desventuras humanas, quanto o relatório em questão, não está isento de contradições e incongruências de caráter político e pedagógico.

Porém, reitero assertivamente que ele pode ser tomado sim como um fecundo mote para reflexões humanistas acerca do nosso horizonte futuro, trêmulo de possibilidades potenciais, no campo da educação. Ou seja, em função da sua referencialidade global, norteadora de processos educacionais diversos em todo o mundo, este documento, acaba sendo um proveitoso marco para se refletir acerca da pertinência e do alcance do principal desafio que, hoje, está posto à humanidade – a saber: assumir a responsabilidade de repensar sobre si mesma, bem como sobre o sentido de suas apostas de vida.

A pertinência e o alcance deste desafio, no entanto, só serão cuidadosamente refletidos – sem os riscos de incorrerem em subjetivações excessivas ou em revelias convenientes – se o papel da Filosofia for alargado qualitativamente na educação como um todo.

Num outro caminho de reflexão, é notório que desenvolvemos, neste último século da era moderna, procedimentos científicos e tecnológicos nunca vistos em toda a história, bem como um volume de informações que faz com que uma criança, nos dias de hoje, esteja mais informada do que um imperador romano no auge do Império. Ademais, a evolução das tecnologias comunicacionais, bioquímicas e mecatrônicas tem, respectivamente, impulsionado o ser humano atual a desdobrar a dimensão espaço-tempo, a desvelar incriveis mecanismos de funcionamento da Natureza e a progredir com opulência no mundo de fora, alargando inclusive as “fronteiras” do próprio Universo. Mas como ele se encontra no mundo de dentro? Qual a dimensão das suas fronteiras interiores? Com todas estas “parafernálias” comunicacionais, o que ele tem comunicado e compartilhado com o outro? Está aprendendo com todos estes avanços a discernir com clareza e a desenvolver emoções serenas e

⁸ Em alusão ao conceito de “educação bancária” elaborado por Paulo Freire, no qual o conhecimento é apenas transmitido para o educando, e este deve absorver as informações sem questionar, o que o reduz a um mero espectador.

equilibradas? A fraternidade e a Justiça Social fazem parte da sua história atual? O que está fazendo com o seu próprio planeta? E quanto às gerações futuras, está preocupado com o bem-estar delas?

Ainda que sejam “clichês”, estas perguntas são cálidas, e como outras desta natureza, de algum modo, cumprem o papel de nos aguçar a lucidez, tão necessária para o reconhecimento de que a nossa “labiríntica” civilização, sustentada no progresso materialista “interminável”, está falida, humanamente. Por esta razão e outras que a Filosofia tem sido apontada atualmente como o “fio de Ariadne”⁹ capaz de nos conduzir às possíveis saídas deste confuso cenário, isto é, de nos orientar, com seus aportes de sabedoria, a transcender o paradigma racional-materialista que, há muito, nos leva a “cruzar rios atrás de água”.

Isso porque *somente* a *filosofia* pode “enxergar de cima”, como um *estratego*¹⁰ que procurava sempre o ponto mais elevado do território de uma batalha, para antever as posições do seu exército e as do inimigo. *Somente* a filosofia, com a sua capacidade intrínseca de provocação, pode levar os educadores a uma compreensão complexa e sistêmica do ser humano e da educação e a uma reaprendizagem do próprio pensar. *Somente* a filosofia, por sua vocação transdisciplinar, tem condições de apontar sentidos e significados coerentes¹¹, ao ligar a química com a política, esta com a religião e esta última, por sua vez com a arte, medicina e todos com os demais campos do conhecimento (ECHENIQUE, 2009), Enfim, somente a filosofia, com sua natural percepção holística, é capaz de unir a parte e o todo, o texto e o contexto, o local e o planetário (MORIN, 2007) para responder aos desafios que se apresentam neste novo século, tornando, de fato, a educação “um tesouro a descobrir”.

Se investigarmos, por exemplo, as antigas *Escolas de Filosofia*, como as de tradição pitagórica ou as do Renascimento, de inspiração platônica, constataremos essa metodologia que estuda a relação e a interligação entre todos os seres e coisas que existem no Universo. Além disso, como enfatiza Echenique (2009),

Qualquer educador, independentemente da sua área de atuação, que ultrapassar a barreira inicial dos seus próprios preconceitos e tentar compreender do que trata a Filosofia, irá se surpreender em descobrir o receptáculo do maior tesouro da Humanidade: a cultura gerada por todas as civilizações que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento humano (p. 13).

⁹ Numa das versões do mito grego conhecido como *Teseu e o Minotauro*, Ariadne, a filha do Rei Minos, amarra o fio de um novelo de ouro no dedo mindinho de uma das mãos do herói para que o mesmo não se perdesse ao tentar encontrar a saída de volta do tenebroso *Labirinto* cretense.

¹⁰ Literalmente “líder de exército”. Foi um título usado na Grécia Antiga para designar o cargo hoje conhecido como *general*.

¹¹ Etmologicamente, do Latim *coherens*, de *cohaerere*, “juntar, unir”, formada por *com*, “junto”, mais *herere*, “grudar, colar”.

Contudo, atualmente, a própria palavra filosofia está ligada a preconceitos do senso comum que, por vezes, impedem de imediato a simples curiosidade sobre seus temas, bem como sobre a sua aplicabilidade. Outrossim, ela que é por natureza a reflexão sobre qualquer problema humano, deixou de ser, malogradamente, uma ferramenta prática para a vida e, como afirma Morin (2007), tornou-se um campo fechado sobre si mesmo.

Isso decorre não somente em razão da emergência, na Modernidade, do paradigma outrora mencionado, apontado por Morin (2007), como o vetor responsável pela oposição sujeito/objeto, alma/corpo, existência/essência, mas também porque, por força deste mesmo paradigma, a ideia de “filósofo” reduziu-se e cristalizou-se na figura do intelectual que, em geral, só conhece a teoria, fazendo dela uma espécie de “pedestal” somente acessível aos poucos que compõem a sua mesma “estirpe”.

Tradicionalmente, porém, “filósofo” é aquele que busca a *Sabedoria* por afinidade¹² – predisposição natural latente em todos os seres humanos – por se propor a melhorar constantemente a sua forma de viver através da aplicação prática e coerente da teoria. Ser filósofo, nestes termos, é uma opção de vida e não necessariamente o resultado de uma diplomação acadêmica. Em suma, conforme afirma provocativamente Carvalho (2012), filósofos de verdade mesmo foram Sócrates, Platão e Aristóteles, os quais se viessem em nosso “socorro”, para infundir-nos o senso da ordem interior da alma, fariam de cada um de nós não um profissional acadêmico, mas um *spoudaios*¹³, um homem verdadeiramente adulto, humanamente desenvolvido até o extremo limite dos seus poderes cognitivos, capaz de perceber a realidade e tomar decisões desde o topo da sua consciência; e não desde as paixões de um momento, desde um oportunismo profissional, desde o temor do julgamento dos pares ou desde algum preconceito da moda.

Na verdade, para a magnífica tríade da filosofia grega clássica, e também para o sábio chinês Confúcio e o filósofo romano Sêneca, por exemplo, seria uma grande incoerência dissociar a teoria da prática, uma vez que tudo o que era assimilado pelo intelecto deveria ser colocado em ação e se transformar em *costumes*, isto é, em *ética*¹⁴. Portanto, esse modo de filosofar é bastante diferente do que, em geral, temos atualmente. Precede a fragmentação da vida moderna e a excessiva especialização e profissionalização dos saberes humanos em disciplinas científicas independentes (ECHENIQUE, 2009).

Por esta razão, e também para diferenciar um pouco da visão da filosofia acadêmica,

¹² Etimologicamente, do grego *philia*, “amizade”.

¹³ Um homem de bem - eis o que é -, um *spoudaios*, ou seja, o que reúne todas as qualidades de um homem digno, na concepção de Aristóteles.

¹⁴ Etimologicamente, do grego *ethos*, “costumes”.

foi utilizada neste trabalho a expressão *Filosofia Tradicional*, que traz em si a maneira clássica de filosofar, mais voltada à prática e à formação moral do que meramente intelectual do indivíduo.

Filosofia Tradicional não se trata, portanto, de uma visão filosófica e de uma maneira de filosofar estruturadas a partir dos rigorosos cânones da epistemologia ocidental moderna, que considera a filosofia como um saber nascido no Ocidente e como uma ferramenta da “vida intelectual”. Nem mesmo podemos relacioná-la imagetivamente o *Pensador*, de Rodin, símbolo moderno do “homem que filosofa”, já que incorreríamos em um grande reducionismo. Trata-se sim, da filosofia como um conhecimento universal capaz de produzir no homem uma harmonia entre a sua forma de pensar e a sua forma de viver; como uma práxis que impulsiona o desenvolvimento dos potenciais internos do homem, ampliando as qualidades da sua personalidade; como uma “linguagem” da própria Natureza, capaz de inspirar o homem e despertar a sua consciência em relação ao *Bem*, ao *Belo*, ao *Justo* e ao *Verdadeiro*; enfim, como uma espiral de sabedoria, herança de toda a humanidade, presente em todas as culturas ao longo da história, capaz de orientar o homem à compreensão de que ele, tal qual o Universo, é um ser universal e necessita de soluções universais que lhe permitam uma convivência harmônica consigo mesmo, com outros seres humanos e com o meio ambiente em que vive.

Portanto, de amplitude universal, esta visão filosófica concebe a sabedoria como vetor indispensável para o homem evoluir até os patamares que o seu próprio desenvolvimento de consciência lhe permite conceber, e parte do princípio de que essa evolução o levará às alturas mais elevadas de si mesmo, independentemente de quais sejam os diferentes nomes que estas tenham recebido nas diversas culturas. Sendo assim, Filosofia Tradicional engloba todos os sistemas tradicionais de conhecimento filosófico, os quais, como “lâmparinas” de um ardente fogo de sabedoria, são capazes de iluminar os hesitantes passos do homem em sua saga evolutiva em busca de si mesmo, permitindo-lhe integrar nesta jornada, como afirma Livraga (s/d), o particular e o universal, o triunfo material e a realização interior, a vida em coletividade e a liberdade individual, a fé e o conhecimento.

Podemos encontrá-los principalmente nos legados das civilizações da antiguidade ocidental e oriental – sem restringir-se a este período –, ainda que muitas das suas práticas filosóficas, e algumas de suas simbologias e principais obras, tenham sido relegadas à condição de *tartufice*¹⁵ pelos modernos sistemas de conhecimento. São algumas referências:

¹⁵ Do personagem *Tartufo*, de Molière, “hipocrisia” ou “falsa devoção”.

as cosmogonias e mitologias heroicas de todos os povos do mundo; os escritos éticos dos filósofos da antiguidade greco-romana, como Platão, Aristóteles, Marco Aurélio, Sêneca, Epícteto, Plotino, dentre outros; as antiquíssimas obras da *Índia Aryavartha*, com os seus *escritos éticos* na forma de belíssimos poemas épicos, como o *Bhagavad Gitâ* e o *Ramaiana*; os *preceitos éticos* tibetanos, alguns deles escritos em lâminas de ouro, como *A Voz do Silêncio*¹⁶; os *ensinamentos éticos* chineses de Confúcio, como os *Analectos*; os *tratados éticos* do *Budismo Theravada*, como o *Dhammapada*; os ensinamentos da filosofia egípcia, de incalculável *valor moral*, como *A Sabedoria do Vizir Ptahotep* e *O Ensino de Amenemope*; dentre outros.

Com certo esforço, podemos “auscultar” neste panorama histórico, o “pulsar” da *atemporalidade* dos ensinamentos da Filosofia Tradicional. Simbolicamente ela bem poderia ser traduzida como o “arquetipo moral” da história da humanidade, uma vez que sua oculta atividade faz nascer, em distintos lugares e épocas históricas, axiomas que afirmam ser a realização humana, invariavelmente, fruto da *vivência moral* – e não *intelectual* – de valores e virtudes.

Em outras palavras, em todas estas Tradições Filosóficas, seja por meio da lógica, da ação prática, da devoção ou do profundo respeito às leis da Natureza, podemos perceber uma *Ética Atemporal*. Ou seja, apesar do tempo transcorrido e dos diferentes lugares onde se desenvolveram estas Tradições, o aprimoramento interior humano através da vivência filosófica continua tendo validade no mundo atual. Com efeito, os ensinamentos da Filosofia Tradicional ultrapassam totalmente os limites temporais e espaciais da própria história. Afinal, a quais valores e virtudes o homem de hoje se apegua, num momento de crise ou de extrema adversidade? Àqueles que passam tão rapidamente que nem conseguimos compreender ou àqueles que permanecem inalteráveis através do tempo, como o *Amor*, a *Justiça* e a *Fraternidade Universal*? Segundo Livraga (s/d):

A principal característica da “ética atemporal” é sua capacidade de viver em todas as épocas da história, sendo, sem dúvida, sempre nova, viva e “Una”. Não é preciso saber, ter estudado ou lido muito para que qualquer homem reconheça no fundo do seu coração aquela Ética que não é sua, nem de qualquer outra pessoa, mas de todos. [...] A “ética temporal” é filha do Tempo, e como tal, mutável e perecível. O que hoje é bom, amanhã estará fora de moda. A lei que nos rege hoje se transforma em aberração tão logo se implante outra ideia, também destinada ao esquecimento diante das incessantes inovações e renovações. Mas a essência do homem varia com a mesma rapidez? Por acaso somos hoje tão diferentes física, emocional e

¹⁶ Compilação feita por H. P. Blavatsky, no final do século XIX, utilizando parte do livro original conhecido no Oriente como *O Livro dos Preceitos de Ouro*.

mentalmente daqueles antigos homens que erguiam templos e se perguntavam sobre a causa do Ser? E se somos diferentes, é melhor não nos aprofundarmos muito na busca dessa diferença, pois talvez saíamos perdendo... (p. 18-19).

Por concluir, estes “velhos” ensinamentos – em suas formas, carcomidos pelo tempo; em seus conteúdos, muitas vezes mutilados ou encobertos pelas poeiras das diversas interpretações historiográficas a que foram submetidos – têm certamente muito a nos dizer quando as questões que se colocam como “novas” são *Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Conviver e Aprender a Ser*. Enfim, a educação para o século XXI não pode, prescindir dos “velhos vinhos” da Tradição, em seus processos, sob o risco de subaproveitamento dos seus “novos odres”. Que o néctar, então, seja servido!

PARTE I

SONETO A NETUNO

*Do mar se espera o rebento... senão a eternidade!
Netuno... regresso do mito a contemplar
Ameaça em tormenta de ventos devastar
Velhos templos, velhos faróis, velha humanidade*

*Naufraga o mundo velho em insuspeitada agonia
Submerge consciências ao degredo em procissão
Águas turvas mitológicas, maremotos, furacão...
Novo Aquário que o tridente de Netuno sentencia*

*Canto de sereia, homem... malfadado navegante enfeitado
Ancorado na ilusão, delira ante o falso diamante
Longe fica da riqueza do secreto... e de Netuno, equidistante*

*Tempestade de mistérios por milênios esquecida
E a despeito do desterro anunciado na “sagrada profecia”
Zarpa a nau do recomeço flutuando em silêncio e calmaria*

Ronald Carvalho

2. UM OUTRO *ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA*: PROVOCAÇÕES FILOSÓFICAS SOBRE CRISES, VERDADES E PARADIGMAS

[...] Não lhe encontro qualquer lesão, os seus olhos estão perfeitos. A mulher juntou as mãos num gesto de alegria e exclamou, Eu bem te tinha dito, eu bem te tinha dito, tudo se ia resolver. Sem lhe dar atenção, o cego perguntou, Já posso tirar o queixo, senhor doutor, Claro que sim, desculpe, Se os meus olhos estão perfeitos, como diz, então por que estou eu cego, Por enquanto não lhe sei dizer, vamos ter de fazer exames mais minuciosos, análises, ecografia, encefalograma. Acha que tem alguma coisa a ver com o cérebro, É uma possibilidade, mas não creio, No entanto o senhor doutor diz que não encontra nada de mau nos meus olhos, Assim é, Não percebo, O que quero dizer é que se o senhor está de facto cego, a sua cegueira, neste momento, é inexplicável.”

“[...] Por que foi que cegamos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão. Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegamos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem.

José Saramago

Vivemos atualmente numa *crise civilizatória* sem precedentes na história da humanidade, tanto pela amplitude global que lhe é característica, afetando praticamente todas as sociedades, quanto pela sua multifacetada expressão degenerativa, que acomete todas as dimensões constitutivas da realidade humana – uma e outra, reveladoras do *desconcerto espiritual* do homem contemporâneo e da *decadência* dos seus valores. De modo enfático, por exemplo, Fritjof Capra, em sua visionária obra *O Ponto de Mutação*, alerta-nos para o fato de que as últimas décadas

[...] vêm registrando um estado de profunda crise mundial. É uma crise complexa, multidimensional, cujas facetas afetam todos os aspectos de nossa vida — a saúde e o modo de vida, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, da economia, tecnologia e política. É uma crise de escala e premência sem precedentes em toda a história da humanidade. Pela primeira vez, temos que nos defrontar com a real ameaça de extinção da raça humana e de toda a vida no planeta (CAPRA, 1982, p.5).

A Organização das Nações Unidas, através da UNESCO, embora reconheça a grande dificuldade de se encontrar uma solução para esta crise, está segura de que o início de uma virada civilizatória no século XXI somente será possível por meio de uma mudança estrutural nos processos educacionais que atualmente vigem no mundo. Neste sentido, tem empreendido

um esforço global para transformá-los em vetores de humanização, através de discussões abertas e da produção de inúmeros relatórios de estudos transdisciplinares sobre o tema, como o famoso “Relatório Jacques Delors”, intitulado *Educação um Tesouro a Descobrir*. No tocante a este relatório, desde o início dos seus trabalhos, que os membros da Comissão que o elaborou,

compreenderam que seria indispensável, para enfrentar os desafios do próximo século, assinalar novos objetivos à educação e, portanto, mudar a ideia que se tem da sua utilidade. Uma nova concepção ampliada de educação deve fazer com que todos possam descobrir, reanimar e fortalecer o seu potencial criativo — revelando o tesouro escondido em cada um de nós. (DELORS, 1996, p. 90)

Ao centrar as suas propostas em torno do conceito de *educação ao longo de toda a vida*, em que “tudo pode ser ocasião para aprender e desenvolver os próprios talentos” (DELORS, 1996, p. 17), este relatório propõe um alargamento do sentido das aprendizagens relativas ao desenvolvimento humano – *Aprender a Conhecer, a Fazer, a Conviver e a Ser* –, bem como uma focalização mais atenta à dimensão ética das mesmas, sem a qual o homem contemporâneo não conseguirá superar esta crise civilizatória que ele parece ter acelerado. Neste sentido, enseja uma transvaloração da ideia produtivista de educação – pautada na repetição de conteúdos fragmentados e formatada para atender aos interesses de uma sociedade industrial – para a ideia de educação como uma utopia, capaz de provocar nos educadores e nos educandos o exercício de um constante sonhar com um mundo novo e melhor. “Utopia? pensarão alguns, mas utopia é necessária, utopia vital para sair do ciclo perigoso que se alimenta do cinismo e da resignação. Sim, a Comissão sonha com uma educação capaz de fazer surgir este espírito novo” (DELORS, 1996, p. 19).

Porém, ao propor este conceito, o faz consciente da realidade caótica em que se encontra o mundo atual e dos “fantasmas do passado”, os quais terão de ser enfrentados para a viabilização deste “novo espírito educacional” no século XXI, chamando atenção, inclusive, para a necessidade premente de nos autoconhecermos mais profundamente como seres humanos e como sociedade:

No final de um século tão marcado, quer pela agitação e pela violência, quer pelos progressos econômicos e científicos — estes, aliás, desigualmente repartidos —, no alvorecer de um novo século cuja aproximação nos deixa indecisos entre a angústia e a esperança, impõe-se que todos os responsáveis prestem atenção às finalidades da educação. (DELORS, 1996, p.12)

[...] este relatório surge numa altura em que a humanidade, perante tantas desgraças

causadas pela guerra, pela criminalidade e pelo subdesenvolvimento, hesita entre a fuga para a frente e a resignação. Vamos propor-lhe uma outra saída. Tudo nos leva, pois, a dar novo valor à dimensão ética da educação e, deste modo, a dar efetivamente a cada um, os meios de compreender o outro, na sua especificidade, e de compreender o mundo na sua marcha caótica para uma certa unidade. Mas antes, é preciso começar por se conhecer a si próprio, numa espécie de viagem interior guiada pelo conhecimento, pela meditação e pelo exercício da autocrítica (DELORS, 1996, p. 16).

Em verdade, nas entrelinhas deste documento, a UNESCO reconhece o fracasso moral que os processos educacionais modernos projetaram no mundo, bem como a impossibilidade de uma mudança imediata dos modelos que ainda lhes dão sustentação e que não preparam as pessoas para lidar com as questões fundamentais que envolvem as suas próprias existências. Nada mais trivial e esperado que esse reconhecimento, tendo em vista que tais processos colocaram o desenvolvimento intelectual, a competitividade e a aquisição material no topo da sua escala de valores, à revelia do *aperfeiçoamento moral*, da *justiça social* e da *espiritualidade*, os quais ficaram quase totalmente circunscritos à contingência dos discursos político-pedagógicos de ocasião. Contudo, o que chama mais atenção, não é tanto o fato de termos acreditado na falaciosa bem-aventurança desses valores, bem como confiado nos movimentos ideológicos e culturais que, por escusas motivações, capitanearam a sua consolidação paradigmática. Nem nos causa tanta perplexidade, nos dias de hoje, constatar que o cultivo dos mesmos mediocrizou a vida individual e coletiva, uma vez que nos acostumamos com as suas prolíficas miragens de “felicidade” que nos constroem a sonhar pequeno e com o flagrante embrutecimento humano. Na verdade, se formos ao cerne desta questão, constataremos que esta crise educacional é apenas um epifenômeno – assim como as demais crises mundiais – de uma outra mais profunda – a saber, uma *crise de ideais* – a qual, atuando subjacentemente no psiquismo humano como um vórtice de poderosa força centrífuga, há muito tem atraído e despedaçado a *moralidade* humana.

É notório, porém, que as principais correntes de opinião da atualidade não reconhecem esta *crise de ideais* como o centro a partir do qual são projetadas as demais crises, ou simplesmente a subestimam, como fica evidente em seus corriqueiros “diagnósticos” sobre estas conjunturas, sempre prontos a “tranquilizar” uma civilização que parece cada vez mais transtornada pelo medo e pela desesperança. Poderíamos imaginar inclusive, de modo caricaturado, alguns destes particulares pontos de vista. Diriam os cristãos, escatologicamente: - “É o apocalipse!”. O que de pronto seriam acalmados pelos analistas econômicos de plantão: - “Não, é apenas uma desaceleração momentânea da economia global”. Sentenciariam também os físicos, com toda autoridade científica que lhes é peculiar:

- “É só um resultado da colisão de partículas subatômicas com a sua antimaterialidade, incapaz de impedir o progresso interminável da ciência”. Fleumaticamente, ante os seus empoeirados divãs, os psicanalistas, dariam o seguinte diagnóstico: - “Freud explica: neurose coletiva tendente a irrupções psicóticas e perversas”. Os irredentos marxistas, como bons contendores que nunca fogem a um embate dialético, discursariam: - “São as condições objetivas da realidade, relativas à produção material da sociedade capitalista...”. Finalmente, furtivos sob o “coro dos descontentes”, eis que ainda ouviríamos o revérbero libertário dos pós-modernos, leitores, por vezes apressados, de Nietzsche e Sartre, que proclamariam: - “Que crise? Deus está morto! Tudo é relativo, tudo é liberdade!”. E das brumas do esquecimento, ririam lacônica e consternadamente os sábios de todos os tempos.

Não cabe aqui apresentar em profundidade as origens desta *crise de ideais*, tendo em vista tanto as características prismáticas de suas causas, quanto o limitado alcance teórico do presente trabalho. No entanto, não seria incoerente a afirmação genérica de que ela não nasceu *fora de nós*, apesar dos fatores extrínsecos que as situações políticas, sociais e econômicas estabelecem como forma, por vezes espúria, de nos influenciar. Antes, parece ter se originado *dentro de nós*, a partir de uma *miopia*¹⁷ ontológica – por assim dizer – que nos foi acometendo progressivamente até a nossa quase total cegueira acerca do que somos individualmente e como humanidade, ainda que todo olhar humano sobre o “humano” seja inconclusivo – porquanto “o humano do homem” escapa a toda possibilidade de racionalização totalizante. Isto é, esta *crise de ideais* projetou-se no mundo à medida que, em nós, foi se desenvolvendo um *erro de refração*¹⁸ psicológica, o que por sua vez acarretou numa *focalização precipitada* da ideia de “ser humano”, levando-nos, conseqüentemente, a um progressivo apequenamento de nossa autoimagem e de nossos valores. Mais precisamente, fomos acometidos por uma espécie de *recuo ótico* de consciência que *estreitou* a nossa visão acerca de nós mesmos. De uma mais ativa, afirmativa e integral – que nos possibilitava intuir o sentido metafísico potencial da nossa própria existência e o lugar que ela ocupa na evolução cósmica –, para uma outra que nos situa insolitamente como um “pecador original” ou como um “amontoado orgânico” racional, portador de DNA e em evolução aleatória.

¹⁷ A miopia é um distúrbio de refração em que a imagem é focalizada antes da retina. É uma enfermidade visual progressiva em que a pessoa afetada vê com clareza apenas objetos próximos. Esta doença, portanto, afeta a capacidade de focar objetos distantes, que geralmente são vistos de modo borrado ou embaçado. Vulgarmente chamado de “vista curta”. Num sentido figurado, pode indicar pouca ou nenhuma perspicácia para perceber e entender as coisas.

¹⁸ Todos os grifos deste parágrafo, e outros apresentados a seguir, metaforicamente, aludem à terminologia médica utilizada para descrever os sintomas da miopia.

Historicamente, podemos localizar a progressão desta *enfermidade perceptiva* no período que vai, grosso modo, da derrocada das antigas civilizações clássicas até o advento da atual sociedade de massa e dos seus valores de consumo. Entrementes, ao longo deste período, conformaram-se socioculturalmente, tanto o materialismo religioso medieval, com suas fabulações dogmáticas e suas superstições, quanto o materialismo racional-cientificista moderno, com suas explicações reducionistas e suas obsessões utilitaristas¹⁹ por tudo “conhecer para dominar”. Na verdade, conforme explica Livraga (1995, p. 36), “um disparate foi substituído por outro”, isto é, o racionalismo mecanicista moderno, ao combater a superstição e o dogmatismo católico, acabou tomando de assalto também a mitologia, a gnosiologia e a metafísica. Por conseguinte, sob as racionais bandeiras do *Esclarecimento*, nasceram os novos dogmas: o ceticismo, o agnosticismo, o pragmatismo, o relativismo, o subjetivismo, o positivismo, etc., e finalmente, o modelo clássico do homem como um ser integrado ao Cosmos – evocado nas mitologias heroicas de todos os povos; no “conhece-te a ti mesmo...”, de *Delphos*, e tão bem representado na figura do *Homem Vitruviano*, de Da Vinci – cede lugar ao “conceito” reducionista que afirma: “o homem é um animal racional”.

Na contemporaneidade, depois de Darwin ter “comprovado” biologicamente que o nosso “estatuto ontológico” é realmente o de “mais uma espécie animal”, e a despeito das contribuições científicas fornecidas pelos extensos e profundos estudos psicológicos e neurológicos desenvolvidos no século XX, esta tal *miopia* parece ter se agravado implacavelmente. Em outras palavras, como afirma Carvalho (2012), o *Behaviorismo* substituiu a clássica noção de *psique* por um conjunto de reflexos condicionados não muito diferentes dos que determinam a conduta de um rato ou de uma ameba; a *Genética*, a *Neurofisiologia*, os modelos informáticos do cérebro e a *Psiquiatria* de base farmacológica, reduziram a quase nada as concepções transcendentais da *Ontologia Clássica*; e, como um coroamento à “humildade moderna”, o filósofo utilitarista Peter Singer²⁰, mais recentemente, promoveu os frangos e porcos a titulares de “direitos humanos”. Num balanço, o racionalismo afirmou-se de um modo tal na civilização do “progresso interminável”, que praticamente todas as ideias que a humanidade acumulou ao longo de milênios sobre o ilustre *Homo Sapiens Sapiens* – mas também acerca das amebas, dos ratos, dos frangos e dos porcos – só

¹³ Neste caso, refere-se à excessiva preocupação com interesses materiais.

²⁰ Filósofo australiano que prossegue a luta pela ampliação do âmbito no qual o *princípio da igualdade* configura a moralidade humana, na via aberta pelo utilitarismo de Jeremy Bentham. Diversamente do critério aristotélico-cartesiano estabelecido pela filosofia moral tradicional para assegurar a igualdade entre os homens – o dote da *razão* e da *linguagem* a ela associada – Singer define a *sensibilidade* como parâmetro para a defesa do princípio da igualdade entre “homens” e “animais”.

continuariam sendo verdades ou não, se atestadas pelas lentes de um microscópio ou por procedimentos empíricos de aferição. Em outras palavras, conforme afirma Livraga (1995), o materialismo “ganhou a corrida” e o homem foi convertido num objeto de laboratório – desde então, suas células teriam de responder a qualquer tipo de processo, pois os reflexos e os instintos humanos tornaram-se mais importantes que o espírito; e a medição das relações sociais, mais conveniente que encontrar meios para o aprimoramento moral. Nas palavras de Capra (1982, p. 299) “desde Galileu, Descartes e Newton, nossa cultura tem estado tão obcecada com o conhecimento racional, a objetividade e a quantificação, que nos mostramos muito inseguros para lidar com os valores e a experiência humana”. Ademais, como afirmaram Adorno e Horkheimer (1947, p. 7), ao analisarem a razão em seu desdobramento dialético na modernidade, “doravante, a matéria deveria a ser dominada sem o recurso ilusório a forças soberanas ou imanentes, sem a ilusão de qualidades ocultas, [pois] o que não se submete ao critério da calculabilidade e da utilidade torna-se suspeito para o Esclarecimento²¹”.

Não por coincidência, neste mesmo contexto histórico de afirmação do racionalismo, surgiram também, o que parecem ser, as mais notáveis e prodigiosas *etiologias* desta *enfermidade perceptiva*, bem como do *desconcerto moral* por ela engendrado. São alguns exemplos: na filosofia, o “niilismo nietzschiano”²², o “esquecimento do ser heideggeriano”²³ e a “banalidade do mal arendtiana”²⁴; na psicologia, o “mal-estar freudiano”²⁵; e na sociologia,

²¹ No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. (ADORNO & HORKHEIMER, 1947, p. 6)

²² O conceito de niilismo, em Nietzsche, fundamenta-se na crítica que o filósofo faz à moralidade cristã, concebida como doença. Isto é, a moralidade cristã está assentada na razão e na noção de fraqueza e exaustão do espírito. Grosso modo, é a negação do desperdício da força vital na esperança vã de uma recompensa ou de um sentido para a vida.

²³ Em *A Questão da Técnica* (1953), Heidegger afirma, conforme transcreve Marcondes: “A ciência não pensa.” A ciência e sua aplicação técnica seriam incapazes de pensar o ser, de pensá-lo fora da problemática do conhecimento e da consideração instrumental e operacional da realidade típicos do mundo técnico. Na verdade, o desenvolvimento de nosso modelo técnico e industrial é consequência precisamente do “esquecimento do ser” na trajetória da cultura ocidental. (2005, p.267)

²⁴ Hannah Arendt desenvolveu em sua filosofia diversos conceitos, dos quais se destaca o que chamou de “banalidade do mal”. Este conceito é aprofundado em *Eichmann em Jerusalém*, livro escrito logo após o julgamento de Adolf Eichmann, capturado pelo serviço secreto israelita na Argentina em 1960, e que a filósofa acompanhou para a revista *The New Yorker*. Nesta obra, ela defende que, em resultado da massificação da sociedade, se criou uma multidão incapaz de fazer julgamentos morais, razão porque aceitam e cumprem ordens sem questionar. Eichmann, um dos responsáveis pela “solução final” (projeto nazista de extermínio de judeus em massa), não é olhado como um monstro, mas apenas como um funcionário zeloso que foi incapaz de resistir às ordens que recebeu.

²⁵ *A Psicanálise Freudiana*, apesar de conferir à religiosidade o estatuto de “ilusão narcísica”, e de patologizar a condição existencial humana (neurose, psicose e perversão), contribuiu significativamente no refreamento do racionalismo e das presunções egoicas do homem moderno, uma vez que destituiu a consciência racional do lugar que ela até então ocupava – o de suprema mandatária do psiquismo humano. Na verdade, constatou Freud

o “desencantamento weberiano”²⁶. E a propósito deste *desconcerto moral*, seu espectro angustiante tornou-se evidente na cultura desta época: literariamente – em *Frankstein ou o Prometeu Moderno*, de Mary Sheley; em *Metamorfose*, de Frans Kafka; e em *O Retrato de Dorian Gray*, Oscar Wilde²⁷ – e, plasticamente, em muitas obras do *Vanguardismo Europeu*, especialmente, em *O Grito*, do pintor expressionista Edward Munch.

Em alusão a este quadro, no qual a angústia adquiriu forma – focalizando-o convenientemente apenas para retomar algumas provocações metafóricas – poderíamos perguntar afirmativamente: quem estaria sendo ilustrado naquela estranha figura que grita desesperadamente, ao pôr do sol, nas docas de Oslofjord, no final do século XIX, senão um tipo humano *míope* de si mesmo? Ou seja: o que vê a figura horrenda de Munch, para gritar assustadoramente, senão a sua própria *imagem borrada* refletida no “espelho do horizonte”? Isto é, refletida no futuro de uma civilização obcecada por *projetos* – mas não por *ideais* –, a qual, por isso mesmo, converteria *política* em negócio, *arte* em culto ao feio²⁸, *ciência* em perigo e *religião* em fanatismo. Por corolário, transformaria também trabalho em alienação, educação em adestramento, felicidade em prazer, cultura em entretenimento, cidades em amontoados de gente e, em última análise, seres humanos em massa. E nós, nos alvares deste novo século que se apresenta, “gritamos” porquê?

O relatório em questão, embora não se detenha a responder tal pergunta, pelo menos reconhece que “muitas vezes, sem sequer se *aperceber* disso ou sem ter capacidade para o

em seus estudos que a consciência não é sequer “dona de si própria”, mas o juguete de forças poderosíssimas do inconsciente. Publicado em 1930, *O Mal-Estar na Civilização* é uma penetrante investigação sobre as origens da infelicidade, sobre o conflito entre indivíduo e sociedade, e suas diferentes configurações na vida civilizada. Mais precisamente, nesta obra clássica do pensamento moderno, o criador da psicanálise mergulha em sua própria teoria da cultura, segundo a qual civilização e sexualidade coexistem sempre de modo conflituoso.

²⁶ A expressão “desencantamento do mundo”, *Entzauberung der Welt* em alemão, é um conceito chave no pensamento do sociólogo Max Weber para o desenvolvimento de uma base hermenêutica na compreensão da gênese da modernidade e de seu desenvolvimento posterior. Mais do que um sintagma o “desencantamento do mundo” apresenta-se no pensamento de Weber como um conceito que traduz o significado dos pilares que fundamentaram a formação da modernidade ocidental, quais sejam, a racionalização e a desmagificação da religiosidade.

²⁷ Kafka e Wilde foram representantes, na literatura, do *Decadentismo* europeu, movimento estético-literário que criticava a moral burguesa, evocava a evasão à realidade e exaltava o heroísmo infeliz, explorando as regiões mais extremas da sensibilidade e do inconsciente.

²⁸ A estética é o ramo da filosofia que, entre outros temas, ocupa-se do belo. Contudo, e como podemos observar, um curioso fenômeno vem ocorrendo nos últimos tempos: o conceito de obra de arte se estendeu consideravelmente: ferros retorcidos, camas desarrumadas, mictórios, baratas em aquário, tubarão em formol são considerados obras de arte pela comunidade especializada, expostos em museus e galerias, alvo de olhares tanto admirados quanto espantados. Seja qual for a nova definição de obra de Arte, ela certamente não inclui a beleza como critério indispensável e eliminatório. Dentre muitos autores que compartilham esta visão, destacam-se o filósofo Roger Scruton e o escritor Mário Vargas Llosa. Em *Beleza*, de Scruton, e em *A Civilização do Espetáculo*, de Llosa, não apenas a degeneração das formas artísticas e o culto ao feio são abordados, mas algo ainda mais geral - o advento de uma sociedade voltada para o entretenimento puro e simples. Isto é, essa aspiração ao leve, ao superficial, ao divertido, tem contaminado não apenas as artes plásticas, mas o cinema, a literatura, e outros domínios da expressão humana.

expressar, *o mundo tem sede de ideais* ou de valores a que chamaremos morais, para não ferir ninguém. [...] Está em jogo — e aqui a Comissão teve o cuidado de ponderar bem os termos utilizados — a sobrevivência da humanidade” (DELORS, 1996, p. 15). Igualmente, chama atenção para o fato de que

Tendo perdido muitas das referências que lhes fornecia outrora a Tradição, as pessoas precisam recorrer, constantemente, a seus conhecimentos e à sua capacidade de discernimento para poderem orientar-se, pensar e agir. Todas as ocasiões, todos os campos da atividade humana devem contribuir para tal, a fim de fazer coincidir a realização pessoal com a participação na vida em sociedade (DELORS, 1996, p. 117)

Entretanto, apesar de assinalar estas necessidades, a UNESCO, neste último ponto, parece cair numa ingenuidade e numa contradição flagrantes. Isso, pois, ela parece subestimar que sem o aporte dos ideais os quais “o mundo tem sede”, e sem os valores tradicionais de suas sociedades para lhes orientar nas suas apostas cotidianas de vida, as pessoas em geral não conseguem se autorreferenciar de maneira segura a partir dos seus próprios conhecimentos e capacidade de discernimento. Se assim conseguissem, não estariam “gritando”, nem cegas de si mesmas, a brincar de “cabra-cega” com a vida, num “jogo de tentativa e erro”, cujas regras principais são o “empurrar com a barriga” os problemas”, o “menor esforço possível” e o “se dar bem”.

Em verdade, a “caverna” de Platão nunca foi tão contemporânea, e talvez, nem o filósofo grego tenha imaginado que ela fosse ficar tão escura. Fatalidade materialista de milênios, não fosse a nossa cumplicidade à perpetuação de certas crenças e teorias que fizeram sentido no passado, mas hoje apenas subscrevem os malogrados valores do velho paradigma e legitimam os interesses pouco salutares de nossas instituições sociais e políticas. Urge, portanto, que enxerguemos a saída da “caverna”, ainda que seja através de um pequeno feixe de luz. Isto é...

Precisamos ver que ao rompermos o nexos vital que outrora nos conectava a uma *Ordem Cósmica*, ficamos tão desorientados pela falta de referencialidade ante os processos naturais de evolução, que necessitamos hoje de abscissas e ordenadas cartesianas para darmos sentido a um único ponto no Universo. Isto é, diferentemente das culturas clássicas da antiguidade oriental e ocidental — que se situavam como partícipes da “coreografia circular” de um Todo que evoluía “dançando” sob os acordes de *Leis e Mistérios* — organizamos a nossa realidade cósmica fragmentando-a através de análises racionais que levam, em geral, a meras definições enciclopédicas. Estas definições especializadas, por sua vez, pelas suas

insuficiências semânticas, extraviam o nosso “papel cósmico”, uma vez que não fornecem dados holísticos seminais que nos permitam perceber o sentido potencial de nossas existências no magnífico “teatro universal”. Desprovidos desta identidade cosmológica, tendemos a avaliações e julgamentos precipitados acerca dos propósitos do “espetáculo em cartaz”, que frequentemente nos precipitam a incredulidades de todos os tipos, quando não, a um desalento pela constatação equivocada de que o seu “enredo” é injusto e aleatório. Ademais, para justificar a “deriva cósmica”, na qual nos encontramos há tempos, sob inspiração cartesiana, inventamos o “sujeito” e toda uma “gramática” de possibilidades semânticas para sua pretensa “liberdade” – ainda que esta seja alcançada quase sempre por meio de paródias ou improvisos existenciais, cuja dinâmica é fugir da dor e buscar o prazer incessantemente. Neste sentido, é claro que muito nos foi conveniente a adoção do *pragmatismo* e do *utilitarismo* como valores cardinais de nossa moral contemporânea. Isto é, sendo o Universo apenas uma “máquina” e a Natureza um “objeto”, nossos interesses e ações desconcertados somente poderiam encontrar legitimidade no *consequencialismo* de uma *ética* baseada em valorações *à posteriori* feitas por um sujeito que se acredita “construtor da história”.

Em outras palavras, conforme explica Almeida (2007), se voltássemos à filosofia grega clássica, encontraríamos a humanidade compreendida cosmologicamente. O ser humano, portanto, fazia corpo sólido com o cosmos – era literalmente “humano”; porção humanizada da terra. Porém, estes valores cosmológicos e culturais parecem entrar em crise com o advento da modernidade e com a descoberta cartesiana do sujeito que “pensa e deseja, logo existe”.

Precisamos ver “modelos humanos” de verdade, isto é, referenciais humanos que nos motivem a viver com toda altivez, coragem e dignidade com que sejamos capazes, à semelhança dos gregos, por exemplo, que se inspirava nos heróis, os quais protagonizam as poesias de Homero; e dos romanos, que tributavam suas origens aos irmãos *Rômulo* e *Remo*²⁹, filhos do deus *Marte*. Se disso precisamos, decerto não é apenas por uma necessidade inconsciente de ativação do arquétipo do herói em nossas vidas. Mas, porque, cristianizados ou “biologizados” pela assimilação acrítica dos mitos³⁰ que “explicam” as nossas origens, limitamo-nos a enxergarmo-nos como provenientes de um tal “éden perdido”, do qual fomos expulso por desobediência, ou como o zênite da “evolução de macacos”³¹. Por corolário,

²⁹ Eternizados no relato do historiador romano Tito Lívio.

³⁰ Aqui, o uso desta palavra serve tanto para indicar um sentido simbólico, quanto um sentido de falsificação do real.

³¹ Observemos, por exemplo, como ainda perdura, nos dias de hoje, as estéreis altercações entre os partidários do Criacionismo e do Evolucionismo, cada um dos quais disparando contra o outro, de suas “trincheiras do

tendemos a olhar para a vida não como um desafio heroico, mas como uma penitência a ser cumprida redentoramente, ou como uma competição pela sobrevivência. Sob esta ótica, reduzimos a complexidade de coisas e seres que nos rodeiam ao valor de nossas conveniências emocionais e instintuais, isto é, enxergamos tudo sob o prisma de nossas subjetividades egoístas, quase sempre serviçais de nossos ressentimentos, desejos e fantasias. Ademais, a sordidez “lógica” que tinge a cultura de massa e a sociedade do consumo – e elas próprias – deve muito a esta percepção infantil e animalizante que adotamos sobre nós mesmos. Ou seja, em nome do materialismo, desenvolveram-se, explorando as nossas carências, paixões e instintualidades mais vis, fossem através da acomodação de uma moralidade docilizadora do espírito, fossem por meio de técnicas derivadas de procedimentos pavlovianos ou de programações neurolinguísticas de todos os tipos, hoje bastante sofisticadas pelos aportes tecnológicos disponíveis.

Precisamos ver, politicamente, que o sentido da existência do *Estado* é transcendente, uma vez que ele nasce da necessidade de aplicação da justiça na sociedade. Portanto, tem *princípios e finalidades atemporais*, não se justificando unicamente a partir do atendimento das necessidades materiais dos indivíduos de uma sociedade. Porém, se não o conhecemos nesses termos ideais, é porque as nossas apostas políticas modernas e contemporâneas, confusas quanto aos seus princípios e finalidades, engendraram uma civilização que corre apressadamente sem direção, desgovernada, sendo – por isso mesmo – genocida, “geocida” e “ecocida”. Concorre, assim, contra si mesma, e avança “progredindo” tantas e tamanhas deformações em suas sociedades, que o seu futuro projeta-se num horizonte em “cinquenta tons de cinza”, capaz de empalidecer até mesmo o mais entusiasmado leitor de uma obra kafkaniana. Ademais, em seu cotidiano político de trincheira, quase nada se fala acerca das *grandes causas humanas*, mas sobre *projetos* políticos, que refletem pequenos interesses de classes, sindicatos, partidos e minorias de todos os tipos, na sua maioria motivados pela desconfiança recíproca e pela separatividade que tanto fragilizam os laços sociais. Acerca desta desgovernança geral, vale aqui assinalar como Livraga (s/d) a descreve, numa extraordinária metáfora sociopolítica, num dos seus escritos sobre os problemas do mundo atual:

[A nossa civilização] é como um trem expresso cheio de luzes, mas que não sabe discernir para que corre, onde podem terminar os caminhos e nem se seu destino é uma estação tranquila ou os horrores de um descarrilamento, ao sair trilhos ou à beira de um abismo. Além disso, seus maquinistas também ignoram quanto ainda há

conhecimento”, inconciliáveis argumentos antropogênicos.

de combustível e quebram a cabeça pensando para quê corre esse trem, quem são seus passageiros e por que viajam, pois no fundo ninguém sabe de nada. Se percorrermos esse trem, brevemente, por seus corredores metálicos, dá-nos uma impressão de prosperidade para os que viajam na primeira classe e amontoamento miserável para os da segunda classe. Porém, todos demonstram em seus rostos o medo por não saber para onde vai o trem, nem de onde vem, nem como se dirige. De tempos em tempos, os passageiros do nosso trem imaginário se reúnem para eleger aquele que se disfarçará de maquinista e seus ajudantes. Como todos querem ter o prazer infantil de guiar o trem um pouquinho, fazem propaganda e grandes discursos prometendo mais melhorias, luzes maiores e mais comida. Na classe miserável prometem que irão desalojar os da primeira classe de seus camarotes para colocá-los lá. Para os da classe privilegiada juram que soltarão os ganchos dos vagões de segunda classe, para que seus ocupantes não incomodem mais. Assim o eleito é o mais charlatão, o mais mentiroso, o mais palhaço, e começa a representar suas palhaçadas apertando botões, movendo alavancas, mas sem fazer nada além de tocar estrondosas buzinas, acelerar ou retardar a marcha desse trem, que ninguém sabe de onde vem, para onde vai, nem por que viaja ou quando e como se deterá (p. 142).

Fatalidade de quase cinco séculos de *maquiavelismos* e *contratualismos*, não fosse a nossa fanatizada crença no mito da democracia, nestes “terríveis tempos em que cegos guiam tolos”³². Isto é, inspirados nas pragmáticas recomendações para um “príncipe” se autoperpetuar no poder; sob o esteio materialista de teorias que invocam a legitimidade de supostos “contratos sociais” entre os homens num tal “estado de natureza”, muitos dos quais imaginados a partir de relatos de viajantes acerca das comunidades primitivas recém-descobertas do Novo Mundo; e ante a necessidade premente de solapar revolucionariamente, sob os auspícios do *Esclarecimento*, o autoritarismo de um *Ancien Régime* moralmente degenerado – subscrevemos na contemporaneidade uma lógica política, que de “lógica” só tem à medida que atende aos interesses daqueles que são favorecidos por uma desgovernança geral.

E a propósito, sem pretensões insidiosas, cabe aqui interrogar: são realmente afiançáveis estes e outros pressupostos que sustentam a política contemporânea? Não seriam eles componentes de um doutrinamento da *Weltanschauung*³³ moderna, que, mealhando adeptos entre liberais e esquerdistas, baseia-se num tripé corruptor: relativismo, hedonismo e ateísmo (CARVALHO, 2012)? Não seria o governo democrático, *per se*, moralmente insubstancial para nos orientar politicamente, dado as lacunas axiológicas as quais está

³² Parafrazeando Willian Sheskepeare, em sua peça *Rei Lear*. Na *República*, encontraremos a mesma ideia, porém, apresentada sob a forma de diálogo: “Adimanto — Assim me parece, pois que, como esse governo, honra mais que tudo as riquezas. Sócrates — Tenho para mim que esse homem não pensou muito em instruir-se. Adimanto — Parece que não. Caso contrário, não teria aceitado um cego’ para guiar o coro dos seus desejos e não o teria na mais alta conta”. (PLATÃO, *A República*, p. 356)

³³ *Weltanschauung* é uma expressão filosófica alemã que designa “cosmovisão” ou “mundividência”. É a orientação cognitiva fundamental de um indivíduo ou de toda a sociedade.

sustentado³⁴? Num outro tom: estaria o “Divino Platão” especulando, ou talvez escrevendo apenas para os gregos de sua época, quando colocou na boca do maior sábio da Grécia, aquelas explicações filosóficas sobre as formas de governo³⁵? Por que, ao que parece, os grandes sábios da história nunca foram paladinos da democracia? Se tudo tem um modelo natural, a partir do qual pode referenciar-se em seu devir, de onde mesmo veio a inspiração que nos levou a outorgar à “maioria” o estatuto de referencial seguro para aplicação da justiça? De onde veio o modelo natural que tem nos levado a legitimar mais a horizontalidade que a verticalidade, a quantidade que a qualidade, a periferia que o centro? Da antiga Grécia³⁶? Do Universo? Da Natureza? O que diria o núcleo de um átomo diante de tais pressupostos? E o de uma célula? Como reagiriam os formigueiros e as colmeias de todo o mundo ao saberem desta novidade? O que responderia o nosso cérebro ao restante do corpo se fosse informado acerca de uma tal “igualdade de direito de comando”? E o mar o que diria às outras fontes de água se elas decidissem correr na direção que “melhor” lhes fossem conveniente? E o Sol, o que diria diante de uma pretensa democracia planetária? Enfim, se o Universo e a Natureza são expressões de uma “cosmicidade” – isto é, de uma ordem hierárquica bela e justa – não seria porque esta maneira é mais inteligente? Ou queremos ser mais inteligentes que os nossos criadores? Na verdade, o estatuto político-jurídico da democracia sustenta-se numa transfiguração do sentido natural de hierarquia. Se bem que, tendo isso em vista, ou não, no fundo, não confiamos tanto nos pressupostos da igualdade como pensamos, sequer arriscamos a sua aplicação peremptória no âmbito de nossa principal instituição política – a família. Nesta, preferimos ser mais “aristocráticos” – no sentido platônico – do que democráticos. Ou seja, no âmbito familiar, não abrimos mão do “governo

³⁴ “Sócrates — Vive assim dia após dia e abandona-se ao desejo que se apresenta. Hoje embriaga-se ao som da flauta, amanhã beberá água pura e jejuará. Ora se exercita na ginástica, ora se entrega ao ócio e não se preocupa com nada; ora parece dedicado na filosofia. Muitas vezes ocupa-se de política e, saltando para a tribuna, diz ou faz o que lhe passa pela cabeça. Sucede-lhe entusiasmar-se pela gente de guerra, e ei-lo que se torna guerreiro. Interessa-se pelo comércio, e ei-lo que se lança nos negócios. A sua vida não conhece nem ordem nem necessidade, mas considera-a agradável, livre, feliz e se mantém fiel a ela. Adimanto — Descreveste com perfeição a vida de um amigo da igualdade. Sócrates — Creio que ele reúne todas as espécies de traços e caracteres e que é realmente o homem matizado que corres ponde à cidade democrática” (PLATÃO, *A República*, p. 370).

³⁵ “Glauco — Desejo saber quais são os quatro governos de que falavas. — É fácil satisfazer-te, pois que os governos a que me refiro são conhecidos. O primeiro e muito elogiado é o de Creta e da Lacedemônia; o segundo, que só se louva em segundo lugar, chama-se oligarquia. Trata-se de um governo repleto de vícios vários. Oposto a este vem, em seguida, a democracia. Por fim, vem a soberba tirania, contrária a todos os outros e que é a quarta e a última doença do Estado (PLATÃO, *A República*, p. 341).

³⁶ É plausível, pois, ter em vista que o “demos grego” nunca foi “massa” e que a política grega clássica, mesmo em seus períodos ciclotímicos de decadência como foi o da democracia, sempre esteve, no fundo, assentada nos princípios naturais de uma filosofia moral. Em outras palavras, a política grega antiga, pelo menos em termos ideais, sempre inclinou-se a buscar uma ordem sagrada, fosse ela encontrada nos Deuses, no Cosmos, na Natureza, na pólis ou na interioridade da alma.

dos mais sábios”. E antes que os partidários do materialismo digam precipitadamente que somos “todos iguais”, é bom ter em conta que somos sim “contemporâneos”, mas não “coetâneos”, isto é, não temos todos a mesma maturidade de consciência. Afinal, o que é um sábio? Tornaríamos-nos um, mesmo se em toda a nossa existência buscássemos nos tornar?

Com efeito, cegos para a ordem cósmica presente em todas as coisas, e nivelados “por baixo” pela crença materialista num tal princípio de igualdade (mal entendido e quase nunca bem aplicado), instituímos politicamente o básico como “norma”, a hipocrisia como “regra” e a mediocridade como “lei”. Na verdade, como bem assinalou Arendt (2001), quando tratou filosoficamente do racionalismo que transfigurou o escopo político-jurídico do estado na contemporaneidade, embora não percebamos, sequer vivemos mais num contexto de sociedades políticas, mas num contexto de sociedades administradas. Isto é, às cegas, entronizamos politicamente a ignorância e a separatividade, e para acreditar que vivemos num regime político de fato e de “direitos”, nos contentamos com as suas migalhas, quando não, com as suas metonímias, tais como a “política econômica”, a “política cultural” e a “política educacional”, umas e outras há muito cooptadas pelo autoritarismo do consumo. Ademais, não são poucos os traumas históricos que carregamos em nossa memória, dado o terror engendrado por aqueles que, compreendendo, de modo rasteiro e conveniente, os metafísicos princípios hierárquicos que regem a condição humana, criaram falsificações ideológicas, e em nome delas e de seus obscuros interesses, promoveram dominações, guerras e genocídios. Por estas razões e outras, mas, sobretudo, pelo fato de termos na modernidade rompido o fio que nos conectava à Tradição³⁷, perdemos de vista os atemporais axiomas de que política é algo sagrado e que justo é dar direitos e deveres a cada um de acordo a sua natureza e seus atos, que parecem ter sido os fundamentos jurídicos a partir dos quais foram constituídas as mais equilibradas e exuberantes experiências políticas da história. Sendo assim, é sensato, pois, considerar que precisamos urgentemente

[...] descobrir as verdadeiras origens de conceitos tradicionais, a fim de destilar deles sua primitiva essência, que tão melancolicamente evadiu-se das próprias palavras-chave da linguagem política - tais como liberdade e justiça, autoridade e razão,

³⁷ “O problema, contudo, é que, ao que parece, não parecemos estar nem equipados nem preparados para esta atividade de pensar, de instalar-se na lacuna entre o passado e o futuro. Por longos períodos em nossa história, na verdade no transcurso dos milênios que se seguiram à fundação de Roma e que foram determinados por conceitos romanos, esta lacuna foi transposta por aquilo que, desde os romanos, chamamos de tradição. Não é segredo para ninguém o fato de essa tradição ter-se esgarçado cada vez mais à medida que a época moderna progrediu. Quando, afinal, rompeu-se o fio da tradição, a lacuna entre o passado e o futuro deixou de ser uma condição peculiar unicamente à atividade do pensamento e adstrita, enquanto experiência, aos poucos eleitos que fizeram do pensar sua ocupação primordial. Ela tornou-se realidade tangível e perplexidade para todos, isto é, um fato de importância política”..(ARENDR, 2011, p. 40)

responsabilidade e virtude, poder e glória -, deixando atrás de si formas ocultas com as quais se dão quase todas as explicações, à revelia da subjacente realidade fenomênica (ARENDETT, 2011, p. 41).

Precisamos ver que o *espírito* não é uma forma de atividade da matéria, que, “chacoalhando eletricamente aminoácidos” em determinada fase de sua “evolução aleatória”, de forma simples para outras mais complexas, adquiriu consciência. Mas, se a tal fenômeno casual, tributamos toda nossa “fé científica” (que não deve ser pouca), é porque entramos numa espécie de transe engendrado pela apoteose do materialismo moderno, o qual, como num “teatro de sombras”, tem nos levado a crer que só a matéria projeta-se no Universo, que ela se autossustenta e é proveniente de si mesma. Porém, a mais notável ciência de vanguarda do século XXI – do mesmo modo como assinalavam as antigas tradições filosóficas – tem sugerido o contrário. Isto é, tem sugerido que a matéria, embora esteja subordinada a certas leis mecânicas, obedece a uma “superordem” ou “campo” que não lhe é intrínseco, mas imputada por uma espécie de consciência que lhe dá identidade formal e direção³⁸. Afinal, “o campo de energia que forma a matéria, dentro do conceito da Física Quântica, tem as mesmas características dos campos invisíveis que os metafísicos definem como espírito” (LIPTON, 2013, p. 175). Ademais, como afirma este autor, considerado um dos mais eméritos representantes da Nova Biologia, notabilizado pelos estudos que realizou sobre o poder da mente sobre a matéria (Epigenia), “se continuarmos afirmando que só a matéria existe, teremos que excluir a possibilidade da existência de uma dimensão que não vemos. No entanto, começamos a perceber justamente a importância desta dimensão quando se trata de entender a natureza e a mecânica do Universo” (LIPTON, 2013, p. 155).

Em outras palavras, e sem qualquer tipo de intencionalidade religiosa que esta ideia possa sugerir, o espírito tem a primazia em tudo que se relaciona com a vida, sendo esta, por isso mesmo, concebida como uma manifestação misteriosa de *vontade, amor e inteligência* que perpassa todo o Universo, em todas as suas dimensões, conferindo-lhe *princípio e finalidade*, desde as suas ínfimas moléculas até as suas mais complexas formações orgânicas e inorgânicas. No entanto, se a buscamos hoje através de experiências controladas de laboratório; se a circunscrevemos apenas à dimensão do orgânico e do perecível; se a

³⁸ Um século depois de Einstein apresentar sua equação de massa e energia $E=mc^2$, e o conceito de que matéria e energia estão inerentemente relacionadas, muitas pessoas ainda se apegam à ilusão de uma realidade composta apenas de matéria. A insanidade que nos cerca, e na qual muitas vezes mergulhamos sem perceber, é o resultado da tentativa de manter uma existência vinculada às ideias de Newton em um mundo onde vigoram as consequências do estudo de Einstein.

procuramos nos confins do Universo, através de sofisticadas sondas espaciais, e não a encontramos; ou ainda se meramente a compreendemos como uma oposição à morte – é porque provavelmente nos escapa o seu sentido mais profundo. E, nunca é demais ter em conta que

Antes do século XVIII a ciência enxergava a vida como um processo harmônico. Mas no século de Darwin e nos anos que se seguiram após sua morte, a figura da Natureza passou de mãe protetora a uma selva violenta. Em boa parte, esta mudança de imagem se baseou em conclusões errôneas, oriundas de observações tendenciosas e de distorções da ciência (LIPTON, 2013, p. 199).

Precisamos ver que a história da humanidade é o rastro deixado por uma única consciência em evolução, em cujas experiências cíclicas e multifacetadas no tempo-espaço, tem se aprimorado na direção da conquista do seu próprio arquétipo. Por “esotérica” que pareça esta ideia, ela nada tem de fantasiosa. Aliás, sequer foi estranha para as antigas culturas que desenvolveram a ciência astrológica e os processos filosóficos iniciáticos nas chamadas *escolas de mistérios* – essas, por sinal, pouco conhecidas pelo grande público porque quase nunca mencionadas nos manuais de história. Com efeito, nessas primeiras culturas, a história nunca foi compreendida cientificamente, mas filosoficamente. Elas, em geral, tinham em vista a humanidade não só como “Huma unidade” em si, mas também como uma especialização da Natureza, cabendo àquela primeira plasmar em sua marcha histórica as leis cíclicas desta. Isso, pois,

se todas as coisas voltam ao ponto de partida, mudando apenas a aparência, durante a transição de um para outro ciclo, a vida humana deverá estar circunscrita a esses ciclos, que dentro de outros maiores e abarcando milhares de microciclos, repetem, em outra escala, o mesmo tema numérico-musical. Estas categorias temporais foram chamadas pelos antigos filósofos hindus de *yugas*. O seu *conceito de História* assemelha-se a uma longa cadeia composta de elos ou uniões entre peças maiores ou menores; toda a cadeia perceptível era como um elo a mais de uma imensa cadeia cósmica (LIVRAGA, s/d, p. 272).

Porém, cumpre aqui ressaltar que, mesmo em tempos de reconhecimento científico de que a estrutura da matéria obedece a períodos, ciclos e ordens complexas, esta ideia contraria a maioria das correntes historiográficas contemporâneas, uma vez que as mesmas compreendem, em geral, a história da humanidade como um processo ascensional linear, apesar de alguns investigadores ocidentais – como Toynbee³⁹, Spengler⁴⁰ e Sorokin⁴¹ – terem

³⁹ Arnold Toynbee, foi um historiador britânico, cuja obra-prima é *Um Estudo de História* (1961), em que

concluído no século passado que os eventos históricos ocorrem em ciclos⁴². No fundo, essa visão linear deve-se à descrença numa dimensão espiritual da história e ao incontrolável desejo moderno de examinar tudo a partir das ciências materialistas.

Por isso mesmo, sequer desconfiamos que a principal corrente historiográfica contemporânea, com seu mantra acerca da famigerada *luta de classes*, é uma mera hipótese resultante de um olhar que procurou enxergar o homem e a sua história “de baixo para cima”. Isto é, no Marxismo, elaborado a partir dos mesmos princípios do evolucionismo darwinista, a vida foi traduzida como uma luta constante pela sobrevivência; e a “luta de classes”, em particular, como o “motor da história”, uma vez que – segundo os pressupostos desta teoria social – todo progresso histórico tem a sua origem no conflito. Na verdade, conforme afirma Banzun (1958), citado por Capra (1982, p 186), “a ênfase dada à luta, na teoria de Marx, sobre a evolução histórica, é paralela à ênfase de Darwin na luta dentro da evolução biológica. De fato, diz-se que a imagem favorita de Marx sobre si mesmo era a de ‘o Darwin da sociologia’”. Em linhas gerais, concebendo a matéria como única realidade existente; a história como um processo evolução linear; o homem como “uma criatura genérica⁴³ [...] no sentido de que ele se comporta diante de si mesmo como a espécie presente” (MARX, 2004, 115); e situando a sua compreensão dialética a partir dos patamares mais terraplanados da historicidade humana, denominada de “condições objetivas da realidade”, o *Materialismo Histórico* apresenta-se ainda nos dias de hoje como uma das mais influentes teorias de explicação totalizante da história. No entanto, apesar de suas contribuições sociais e epistemológicas, ela enfatiza exageradamente o papel da luta e do conflito, à revelia de uma

examina, em doze volumes, o processo de nascimento, crescimento e queda das civilizações sob uma perspectiva global. Para Toynbee, todo este processo obedece a um padrão comum, independentemente da época ou do lugar onde a história se passa.

⁴⁰ Oswald Spengler foi um historiador e filósofo alemão, cuja obra *O Declínio do Ocidente* (1918) ficou como um marco nos debates historiográficos, filosóficos e políticos, da intelectualidade europeia durante o século XX.

⁴¹ Pitirim Sorokin foi um sociólogo russo. Sua obra mais importante é *Social and Cultural Dynamics* (1937-1941), em quatro volumes, na qual desenvolve uma teoria cíclica do processo social.^[1] A tese se opõe ao evolucionismo e à ideia de progresso, tendo sido resumida no seu livro *The Crisis of Our Age*.

⁴² “Em cada momento histórico move-se um pêndulo que rege os acontecimentos, e tanto a sua parte fixa como a móvel constituem uma máquina maravilhosa, que não deixa nem deixará de ser uma máquina que marca o ritmo da mecânica histórica, os latidos de um coração que vive, que acelera e desacelera, que sofre às vezes taquicardias; que um dia nasceu e que acabará por morrer. Contra este ritmo universal nada podem as nossas disquisições intelectuais. É como é, e a única coisa que podemos fazer é percebê-lo ou não. Quem não o percebe, não merece regra geral o epíteto de filósofo, pois fica-se pela superfície dos acontecimentos sem se incomodar em verificar as suas causas profundas. A alienação, que perturba a razão e a percepção, deixa-os no aparente paradoxo da existência crendo que o seu tempo – o que eles vivem – é único, que o progresso é constante e linear. Mas a História (...) é cíclica e responde a motores ocultos que se desvelam somente àqueles que neles meditam profundamente”. (LIVRAGA, Jorge Angel. Revista Nova Acrópole nº 46, 1990, pp.4-5)

⁴³ Em Marx, o conceito de *ser genérico* está diretamente relacionado à produção da existência, ou seja, do processo de trabalho, mediação entre homem e a natureza externa ao homem e a natureza mutatis-mutandi do homem. Segundo ele, “a atividade vital lúcida diferencia o homem da atividade vital dos animais. Só por esse motivo é que ele é um ser genérico” (MARX, 2004, p. 116).

compreensão holística e sistêmica de que os mesmos ocorrem na natureza dentro de um contexto mais amplo de *cooperação*. Com efeito, o foco estreito do materialismo não permitiu que Marx enxergasse as *complexidades* da trama da vida e a tendência constante da natureza a um *equilíbrio dinâmico*. Ademais, nem mesmo com o suporte de outras ciências, o materialismo histórico dispõe de elementos seguros para trazer à luz as leis que regem a evolução histórica da humanidade, nem para prever o futuro da mesma, uma vez que esta caminha ciclicamente e em paralelismo dialógico com outras “historicidades” pelas sempre misteriosas espirais do tempo. Em verdade, sem uma visão filosófica e eclética, e sem confiar nos “faróis” gnosiológicos da Tradição para guiar as nossas investigações historiográficas, quase nada saberemos acerca da evolução histórica da consciência humana, e muito pouco saberemos sobre as origens das primeiras sociedades, bem como do sentido prístino que está na base de algumas de suas instituições milenárias, como o mal compreendido sistema de castas. Afinal, “o que sabemos sobre os flamejantes estandartes da proto-histórica Ariavarta, a primitiva Índia, onde os indo-europeus ergueram o seu primeiro império?” (LIVRAGA, s/d, p. 143), E sobre os pródomos da hierarquia do Estado Faraônico? E sobre as *escolas de mistérios* que reluziam do interior da Civilização Creto-Micênica⁴⁴, progenitora da cultura grega? Basta ter em vista que já foram encontrados registros arqueológicos⁴⁵ de culturas antigüíssimas, da época do Pleistoceno Superior⁴⁶, enquanto que a maioria das interpretações historiográficas sobre as sociedades não ultrapassam o limite temporal de dez mil anos atrás, que perceberemos o quão precipitadas e *nonsenses* são as conclusões de algumas correntes historiográficas modernas. Mas se ainda assim quisermos aceitá-las acriticamente, sem as devidas ponderações filosóficas, vale aqui considerar que no Egito de cinco mil anos atrás,

⁴⁴ Jean-Pierre Vernant (2002) não hesitou em afirmar que a queda do poder micênico, a expansão dos dórios no Peloponeso, de Creta a Rhodes, inauguram uma nova era da civilização grega. Uma distância intransponível estabelece-se, então, entre os homens e os deuses. O antropólogo Fernando Schwarz corrobora esta afirmação “a invasão da Hélade pelos dórios, entre os séculos XII e VIII A.C., provocou a desintegração das crenças religiosas primitivas que o universo micênico soubera preservar mantendo um equilíbrio justo entre os poderes matriciais da Terra e o espírito fecundante do Céu” (1999, p. 12). Inicia-se um ciclo de mutação profunda na mentalidade ocidental que vai conduzir à perda gradual da compreensão das funções mítica e iniciática na sociedade humana.

⁴⁵ “Perto do lago Titicaca, as impressionantes ruínas de Tiwanaku são o último vestígio de uma das mais duradouras civilizações da América do Sul. Anteriores às construções megalíticas dos incas, com pedras muito bem talhadas e alinhadas, as ruínas evocativas do deus criador Viracocha foram classificadas como Patrimônio Mundial pela UNESCO. [...] O eixo de rotação da Terra está inclinado em relação à eclíptica (o plano da órbita da Terra) em cerca de 23,5 graus, mas este valor varia ao longo de um período (relacionado com os ciclos de Milankovitch e as glaciações) de cerca de 42 mil anos, indo de um mínimo de cerca de 22 a um máximo de mais de 24 graus. Se o alinhamento de Kalasasaya se manteve desde a sua origem até aos dias de hoje, tal implicaria (à data) uma inclinação do eixo de rotação terrestre de cerca de 23,1 graus, o que corresponderia então, segundo Posnansky, a uma idade para a fundação de Tiwanaku em torno de 15.000 a.C.” (*Revista Super* 147, julho 2010)

⁴⁶ Na escala de tempo geológico, o Pleistoceno Superior é a idade da época Pleistocena do período Neogeno da era Cenozóica, que está compreendida entre 126 mil e 11 mil anos atrás, aproximadamente.

uma “dedução” como a que considera ser uma pirâmide, um monumento funerário, teria feito rir até a própria Esfinge.

Em outros campos ocorre o mesmo. Com horror, acusa-se Platão de ter sido escravagista, porém, isso é contemplado com mente moderna e esquece-se de que o escravo era um elemento lógico e natural na Hélade de 2.500 anos atrás. Se um historiador como Heródoto ou Pausânias ressuscitasse e historiasse nosso século para seus contemporâneos naturais, com a mesma estreiteza mental, ficaria escandalizado com muitas coisas que temos como “excepcionais virtudes” (LIVRAGA, s/d, p. 265).

Precisamos ver, antropologicamente, que o valor de uma cultura não se mede a partir dos seus aportes científicos e tecnológicos que ampliam as possibilidades de transporte, comunicação e longevidade dos indivíduos que dela participam, mas pelo respeito à dignidade humana e pelo nível de confiabilidade mútua entre seus indivíduos, bem como pela capacidade deles de edificar uma civilização em nome de *valores atemporais* e *grandes ideais* políticos, artísticos, religiosos ou científicos. Se não o fazemos parametrados nestes referenciais, é porque o sentido mais profundo de *cultura* está praticamente esquecido nos dias de hoje, soterrado que foi por inúmeras definições materialistas sobre a mesma, as quais adquiriram notoriedade e prevalência na sociedade contemporânea, mas que geralmente acomodam em suas semânticas, todo e qualquer tipo de produção social. Portanto, além de abrangentes, estas definições são demasiadamente polissêmicas, como verificaram Aifred Kroeber e Clyde Kluckohn, na obra *Culture: A Critical Review of Concepts and Definitions* (1963) – espécie de “catálogo” que apresenta 167 diferentes significados da palavra cultura. Porém, ainda que muitas destas definições de *cultura* tenham tido importante papel na legitimação epistemológica da ciência antropológica, e muito contribuído para o alargamento de nossa alteridade – parece oportuno reconhecer que precisamos, para a educação do século XXI, de outras menos horizontais e mais verticalizadoras. Ou melhor, precisamos mesmo é de “conceitos” – e que sejam espiritualmente auspiciosos, isto é, tradicionais, filosoficamente orientados, inspirados na Natureza e focalizados no desenvolvimento moral do homem.

Em outras palavras, por delicada que seja questão de que se existe ou não, algum padrão permanente pelo qual podemos comparar uma cultura com outra, e pelo qual podemos arriscar um palpite sobre se as culturas melhoram ou declinam, é possível afirmar com certa segurança, como fez o poeta e dramaturgo T. S. Eliot⁴⁷, em sua conhecida obra *Notas para uma Definição de Cultura* (1988), que

⁴⁷ Eliot recebeu o prêmio Nobel de Literatura em 1948.

[...] o nosso período é de declínio; que os padrões de cultura são mais baixos do que eram tempos atrás; e que as evidências desse declínio são visíveis em cada departamento da atividade humana. Não vejo razão por que a decadência da cultura não devesse ir muito mais longe, nem por que não possamos prever um período, de alguma duração, do qual se pudesse dizer que *não tem* cultura. (p. 21)

Ademais, se quisermos penetrar nos interstícios filosóficos, perceptíveis entre umas e outras destas definições antropológicas, descobriremos que cultura, em seu sentido prístino, não se opõe à Natureza, como afirmaram pela primeira vez os sofistas gregos, e como ainda pensa a maioria dos antropólogos. Antes, os seus sentidos são interdependentes e inseparáveis, devendo a cultura refletir a harmonia da Natureza, uma vez que esta lhe é superior e modelo de justiça e beleza, pois é dotada de *vontade, sabedoria e inteligência* intrínsecas. como afirmavam os pré-socráticos, segundo Vernant (2002, p.110):

Nada existe que não seja natureza, *physis*. Os homens, a divindade, o mundo formam um universo unificado, homogêneo, todo ele no mesmo plano: são as partes ou os aspectos de uma só e mesma *physis* que põem em jogo, por toda parte, as mesmas forças, manifestam a mesma potência de vida. As vias pelas quais essa *physis* nasceu, diversificou-se e organizou-se são perfeitamente acessíveis à inteligência humana: a natureza não operou ‘no começo’ de maneira diferente de como o faz ainda, cada dia, quando o fogo seca uma vestimenta molhada ou quando, num crivo agitado pela mão, as partes mais grossas se isolam e se reúnem.

Na verdade, se olharmos com mais atenção – depurando um pouco dos nossos apriorismos modernos – para as culturas cujos patrimônios material e imaterial antropológicamente fazem “saltar os olhos”, veremos que a maioria dos seus símbolos religiosos, expressões artísticas, verdades científicas e princípios políticos foram inspirados em *modelos* da Natureza. Não na materialidade dos mesmos, mas naquilo que se oculta “por detrás” de suas aparências, ou seja, seus *movimentos cíclicos*, seu *equilíbrio dinâmico*, seus *ritmos harmônicos* e seu *sentido de unidade*. Assim fizeram os mesopotâmicos e as culturas pré-colombianas, quando desenvolveram os seus calendários astrológicos para orientar as suas decisões cotidianas; os egípcios, quando estabeleceram a geografia sagrada das suas cidades solares, cada qual regida por uma divindade, ou quando aludiram à iniciação discipular à vida de um escaravelho; os hindus, quando desenvolveram a antiguíssima *Ayurvédica*⁴⁸ ou quando tomaram o elefante como símbolo da sabedoria; os chineses, quando elaboraram com

⁴⁸ **Ayurveda** é o nome dado ao conhecimento médico desenvolvido na Índia há cerca de 7 mil anos, o que faz dela um dos mais antigos sistemas medicinais da humanidade. Ayurveda significa, em sânscrito, Ciência (veda) da vida (ayur). Continua a ser a medicina oficial na Índia e tem-se difundido por todo o mundo como uma técnica eficaz de medicina tradicional.

profunda inspiração o *I Ching* ou o *Livro das Mutações*, cujo conteúdo é formado por 64 hexagramas, cada um dos quais representando simbolicamente uma potência da Natureza; os gregos, quando construíram as suas acrópoles e ergueram templos a partir das *divinas proporções*⁴⁹ da Natureza, ou quando criaram os ideais formativos da *Paidéia*; e os romanos, quando a partir do seu vocabulário campesino, deu o nome de *colere*⁵⁰ ao ato de cultivar tanto as sementes na terra, quanto ao de cultivar o espírito humano no mundo, uma vez que para os mesmos “o homem que cultiva a Natureza, cultiva a sua própria natureza”. E aludindo a estes últimos, vale lembrar que Cícero falava sobre o conceito de *cultura animi*, ou o cultivo da *humanitas*, isto é, o cultivo das virtudes e valores espirituais no mundo, designadamente através de condições de educação e segundo *grandes ideais* formativos. Outrossim, inspirados em *modelos* da Natureza – Fídias projetou arquitetonicamente o *Pathernon*; Pitágoras investigou os *números* e a misteriosa relação que os mesmos tem com as *notas musicais*; Platão teorizou sobre as propriedades dos seus *poliedros regulares* e imaginou a sua *República*; e Aristóteles, em suas obras morais, afirmou que “a sociedade também está nos desígnios da Natureza, [sendo] portanto, evidente que toda cidade está na natureza e que o homem é naturalmente feito para a sociedade política” (ARISTÓTELES. *Política*, p. 11).

Precisamos ver, finalmente, no tocante ao atingimento dos objetivos do relatório em questão, que nos dias de hoje, um sem número de teorias antropológicas, sociológicas e psicológicas, cada qual à sua maneira, tem procurado oferecer soluções para esta crise geral a qual nos acomete, mas que todas elas parecem deixar lacunas muito amplas em suas proposições – quando não contradizem-se nas suas premissas ou nas suas conclusões. Na verdade, este desafio é dos mais difíceis, porquanto o racionalismo moderno estreitou a nossa visão, ao invés de alargá-la, ao impor-nos uma crescente especialização dos fatos, conceitos e técnicas que, em geral, nos levou a “saber mais sobre cada vez menos” dos fenômenos humanos. Neste sentido, é mister reconhecer que muitas destas propostas de solução para os atuais problemas do complexo humano, sobretudo se estiverem atadas epistemologicamente ao “velho paradigma”, são tergiversações, evasivas, e serão revistas, tão logo se afirmar o *novo espírito científico*, o qual começou a surgir nos alvares deste século que se apresenta. Portanto, não obstante os subsídios que nos fornecem as ciências especializadas no contexto histórico atual, carecemos dispor de referenciais mais seguros e universais, que não estejam

⁴⁹ O número de ouro não é mais do que um valor numérico cujo valor aproximado é 1,618. Este número irracional é considerado por muitos o símbolo da harmonia. A escola grega de Pitágoras estudou e observou muitas relações e modelos numéricos que apareciam na natureza, beleza, estética, harmonia musical e outros, mas provavelmente a mais importante é a razão áurea, razão divina ou proporção divina (BELUSSI, J. M.; GERALDINI, D. & PRADO, s/d).

⁵⁰ Raiz etimológica latina da palavra cultura..

presos a subjetivismos nem a trama de interesses políticos e econômicos de instituições diversas. Nas palavras de Capra, endossadas pela Comissão que elaborou o relatório da UNESCO, respectivamente:

[...] o verdadeiro problema subjacente à nossa crise de ideias está no fato de a maioria dos intelectuais que constituem o mundo acadêmico subscrever percepções estreitas da realidade, as quais são inadequadas para enfrentar os principais problemas de nosso tempo. Esses problemas são sistêmicos, o que significa que estão intimamente interligados e são interdependentes. Não podem ser entendidos no âmbito da metodologia fragmentada que é característica de nossas disciplinas acadêmicas e de nossos organismos governamentais. Tal abordagem não resolverá nenhuma de nossas dificuldades, limitar-se-á a transferi-las de um lugar para outro na complexa rede de relações sociais (CAPRA, 1982, p.7).

[...] as reformas educativas atravessam atualmente uma fase de profundo ceticismo. Tudo ou quase tudo foi já experimentado neste domínio, e os resultados raramente estiveram à altura das expectativas. As tentativas de reformas sucessivas e contraditórias parecem ter reforçado o imobilismo dos sistemas educativos em muitos países (DELORS, 1996, p.171).

Seja como for, a boa nova é que houve um claro reconhecimento, por parte da Comissão que elaborou este relatório, de que “cabe à educação a nobre tarefa de despertar em todos, segundo as tradições e convicções de cada um, respeitando inteiramente o pluralismo, uma elevação do pensamento e do espírito para o universal e para uma espécie de superação de si mesmo” (DELORS, 1996, p.15), e isso, decerto, representa um auspicioso começo. Porém, para alavancarmos este processo de modo a não cairmos nas “armadilhas epistemológicas” do paradigma materialista ainda vigente, parece sensato afirmar que *só conseguiremos ver a nós mesmos e tudo o que tange a nossa experiência no mundo, com outra visão – “visão holística” – uma vez que a convencionalmente usada está quase cega. Em outras palavras, precisamos tomar parte ativa na construção do novo paradigma que tem sido edificado lentamente através do esforço de uma minoria possuidora de uma nova visão da realidade, que tem buscado uma mudança fundamental em nossos pensamentos, percepções e valores. Os sinais dessa transformação – de uma concepção materialista e fragmentária para uma concepção holística da realidade – já são visíveis em todos os campos do conhecimento, seja na Teoria da Complexidade e no vanguardismo de ciências como a Física Quântica, a Matemática dos Fractais e a Psicologia Analítica, com sua pletera de “cientistas-filósofos”⁵¹*

⁵¹ “Este grupo de físicos-filósofos que decidiram promover o divórcio da ciência com a filosofia materialista não tem tido a vida fácil no âmbito da investigação científica. Disso temos o testemunho pessoal de Lothar Schäfer e Basarab Nicolescu. Rupert Sheldrake já enfatizou essa realidade e quando Fritoj Capra, autor de *O Tao da Física*, se queixou desse facto a Heisenberg, este respondeu-lhe sorrindo: ‘A mim também me acusam

que inclui Edgar Morin⁵², Amit Goswami⁵³, Fritjof Capra⁵⁴, Ilyan Prigogini⁵⁵ e Carl Gustav Jung⁵⁶, dentre outros; seja no resgate dos valores atemporais das antigas tradições filosóficas, capitaneado por pensadores humanistas, tais como o filósofo à maneira clássica Jorge Angel Livraga⁵⁷, os antropólogos mitográficos Fernando Schwart⁵⁸ e Gilbert Durand⁵⁹ e o historiador das religiões Mircea Eliade⁶⁰. Aqui, por sinal, ciência nova e filosofia tradicional não divergem entre si, ao contrário, complementam-se, como evidencia Capra (1982, p.03): “os novos conceitos em física provocaram “uma profunda mudança em nossa visão do mundo: passou-se da concepção mecanicista, de Descartes e Newton, para uma visão holística e ecológica, que reputo semelhante às visões dos místicos de todas as épocas e tradições” . Acrescenta ainda este autor que:

Transformações culturais dessa magnitude e profundidade não podem ser evitadas. Não devem ser detidas, mas, pelo contrário, bem recebidas, pois são a única saída

constantemente de me dedicar demasiado à filosofia. (...) Você e eu somos outro tipo de físico”’. (LOUÇÃO, 2013)

⁵² O pensador e sociólogo francês Edgar Morin elaborou, em sua obra, profundas reflexões sobre a educação. Em sua Teoria da Complexidade, preconiza que o pensamento complexo permite abarcar a uniformidade e a variedade contidas na totalidade, ao contrário da tendência do ser humano a simplificar tudo. Ele afirma a importância do ponto de vista integral, embora não descarte o valor das especialidades.

⁵³ Ph.D em física quântica, o indiano Amit Goswami é referência mundial em estudos que buscam conciliar ciência e espiritualidade. Desenvolveu o conceito de Ativismo Quântico, mostrando que somos capazes de mudar o mundo e a nós mesmos a partir de outros fundamentos que não o materialismo: a física quântica, o desenvolvimento espiritual e o nosso poder criativo.

⁵⁴ Fritjof Capra é um físico teórico e escritor que desenvolve trabalho na promoção da educação ecológica. Capra tem dado palestras e escrito extensamente sobre as aplicações filosóficas da nova ciência. Suas obras mais conhecidas são os best-sellers *O Ponto de Mutação* e *O Tao da Física*.

⁵⁵ Ilyan Prigogini foi um físico-químico ganhador do Prêmio Nobel de Química em 1977. Sua inovadora interpretação do tempo, do caos e da instabilidade, fontes de desordem e também de ordem, nos proporciona uma renovada visão sobre a inter-relação entre ciência e filosofia.

⁵⁶ Carl Gustav Jung foi um psiquiatra e psicoterapeuta é o pai da psicologia analítica. Entre 1907 e 1912, colaborou com Sigmund Freud, de quem divergiu, criando a própria escola psicológica. Em seus estudos sobre a psique humana identificou três estruturas, para ele consideradas fundamentais: o consciente, o inconsciente pessoal e o inconsciente coletivo. Esta última camada, mais profunda e inacessível, caracteriza-se por arquétipos, que estão na origem dos mitos.

⁵⁷ Jorge Angel Livraga foi um filósofo historiador argentino, fundador da Organização Internacional Nova Acrópole. Publicou inúmeros estudos sobre as antigas culturas e civilizações, romances, ensaios filosóficos e reflexões sobre o mundo atual, bem como numerosos artigos. A intenção de fazer chegar, com sentido pedagógico, a filosofia a todo o tipo de público preside as obras deste filósofo à maneira clássica. Disso resulta que boa parte da sua produção intelectual consiste na recompilação das suas aulas e conferências, pronunciadas sobre os mais diversos temas, ainda que sempre com um fio condutor: a necessidade de despertar a consciência individual em cada ser humano. Em 1951, obteve o primeiro Prêmio Nacional de Poesia na Argentina. Em 1976, o seu trabalho foi reconhecido com a atribuição da Cruz de Paris em Artes, Ciências e Letras, com a sua posterior integração como membro na Academia Burckhardt, dentre outras distinções.

⁵⁸ Filósofo, antropólogo e egiptólogo francês, dedicado à pesquisa das estruturas simbólicas das culturas antigas.

⁵⁹ Gilbert Durand foi um antropólogo francês conhecido por seus trabalhos sobre o imaginário e mitologia das antigas tradições.

⁶⁰ Foi um historiador das religiões, mitólogo, filósofo e romancista romeno. Considerado um dos fundadores do moderno estudo da história das religiões e grande estudioso dos mitos, elaborou uma visão comparada das religiões, encontrando relações de proximidade entre diferentes culturas e momentos históricos.

para que se evitem a angústia, o colapso e a mumificação. Precisamos, a fim de nos prepararmos para a grande transição na qual estamos prestes a ingressar, de um profundo reexame das principais premissas e valores de nossa cultura, de uma rejeição daqueles modelos conceituais que duraram mais do que sua utilidade justificava, e de um novo reconhecimento de alguns dos valores descartados em períodos anteriores de nossa história cultural (p.23).

Além disso, é sempre importante enfatizar, como forma de evitarmos o comodismo negligente ante o que precisa ser transformado para a construção de um mundo novo e melhor, que

a indiferença é o peso morto da história. É a bola de chumbo para o inovador, é a matéria inerte na qual frequentemente se afogam os entusiasmos mais esplendorosos. A indiferença atua poderosamente na história. Atua passivamente, mas atua. É a fatalidade; é aquilo com o que não se pode contar; é aquilo que confunde os programas, que destrói os planos mais bem construídos. É a matéria bruta que se rebela contra a inteligência e a sufoca. (GRAMSCI apud SCHLESENER, 2000, p.188)

Mas como *ver* por meio de uma “visão holística”? Talvez, reacendendo *antigas lamparinas* ao invés de “grandes holofotes”, haja vista aquilo de que precisamos mesmo – antes de *Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Conviver e Aprender a Ser* - é “aprender a ver”.

A filosofia tradicional, como uma “lâmpada” que nunca se apaga, em seu estilo próprio de iluminar as coisas, os seres e os fenômenos que os envolvem, busca, em tudo, o seu cerne, os seus elementos fundamentais, essenciais, e que tenham valor de universalidade. Neste sentido, ela procura situar-se fora das demandas circunstanciais do espaço e do tempo, a fim de produzir respostas que sirvam ao homem de qualquer lugar e de qualquer época, pois “a educação, descompartmentada no tempo e no espaço, torna-se uma dimensão da própria vida” (DELORS, 1996, p. 117). E que não se pense que revisitando alguns *arquétipos históricos* da esquecida *arte de viver*, estaremos retornando meramente ao passado, mas iluminando a nós mesmos e o mundo contemporâneo com a mesma e eterna luz da sabedoria, que fez com que alguns povos da antiguidade ocidental e oriental desenvolvessem processos civilizatórios mais humanamente balanceados e fulgurantes. Mas, se ainda assim voltarmos cegos desta revisita ao *atemporal* do passado, nunca é demais lembrar que

as perturbações visuais são duplas, e por dupla causa: da passagem da luz à sombra, e da sombra à luz. Se compreendêssemos que o mesmo se passa com a alma, quando visse alguma congênere perturbada e incapaz de ver, não riria sem razão, mas repararia se ela não estaria antes ofuscada por falta de hábito, por vir de uma vida

mais luminosa, ou se, por vir de uma maior ignorância a uma luz mais brilhante, não estaria deslumbrada por reflexos demasiadamente refulgentes? (PLATÃO, *A República*, p.301).

PARTE II

ACORDAI!

*Acordai!
Acordai, homens que dormis
A embalar a dor
Dos silêncios vis!
Vinde, no clamor
Das almas viris,
Arrancar a flor
Que dorme na raíz!*

*Acordai!
Acordai, raios e tufões
Que dormis no ar
E nas multidões!
Vinde incendiar
De astros e canções
As pedras e o mar,
O mundo e os corações...*

*Acordai!
Acendei, de almas e de sóis,
Este mar sem cais,
Nem luz de faróis!
E acordai, depois
Das lutas finais,
Os nossos heróis
Que dormem nos covais.*

ACORDAI!

José Gomes Ferreira

3. A TRADIÇÃO E OS CAMINHOS DA SABEDORIA: “UM TESOURO A SE REDESCOBRIR”

Hoje vi um caminho... Mentiria se dissesse que é a primeira vez que vejo um, nem sequer foi a primeira vez que vi este caminho de que falo hoje. Mas, na verdade, foi a primeira vez que o vi com estes olhos especiais que se podem traduzir em palavras e experiências. Vi o caminho como uma linha sinuosa que se arrasta pela terra adaptando-se fielmente a todo o relevo, subindo e descendo, virando para um lado e para o outro, mas sempre rente a essa terra que lhe serve de apoio. Vi-o paciente e seguro, ele mesmo a transitar por outro caminho imponderável que é o tempo... contaram-me mil coisas deste caminho que serviu para suportar velhos iberos, valentes romanos, esforçados homens medievais e sonhadores renascentistas... e hoje, coberto com novo asfalto, liga-se a rápidas e modernas estradas, de homens também rápidos e modernos que dificilmente se detêm a contemplar um caminho... No entanto valeria a pena deter-se e ver e escutar com sentidos sutis o ensinamento do velho caminho. Na sua fervente horizontalidade sugeriu-me a pergunta como contraparte: e onde estão os caminhos verticais, os que subindo da terra ao céu marcam as rotas da alma? Porque se o homem fosse apenas transeunte da Terra bastar-lhe-ia deslizar como uma serpente sobre os caminhos terrestres. Mas o homem caminha de pé: um extremo do seu corpo apoia-se na terra e daí ergue-se vertical apontando para cima. Não terá, então, caminhos essa alma que, sendo vertical, conseguiu verticalizar o corpo?

Délia Steinberg Gúzman

Segundo Fernando Schwartz (1999), antropólogo francês notabilizado pelos estudos que fez sobre as antigas civilizações, destacadamente a egípcia, no homem contemporâneo, sobretudo do Ocidente, prevalece o hábito de aprender a realidade das coisas exteriores ao espírito e de dar maior importância aos fenômenos observáveis. Porém, ressalta este representante do chamado “novo espírito antropológico”, que para se passar do estágio do simples conhecimento à verdadeira compreensão da natureza humana é indispensável considerar como as antigas culturas conceberam o homem e o universo através de seu imaginário. Com vanguardismo, é nisso que tem se empenhado a *Escola Antropológica Mitográfica*, representada notadamente por este autor e outros, como Gilbert Durand e Mircea Eliade, “possibilitando ao homem de hoje a oportunidade extraordinária de se lembrar de suas origens e, assim, recuperar conscientemente o patrimônio de Sabedoria que nele existe” (Schwartz, 1999, p. 8).

Conhecido como *Tradição Filosófica*, ou simplesmente *Tradição*, este patrimônio, em sua singular forma de transmissão *mestre-discípulo*, como “a seiva que vitaliza o carvalho”⁶¹, atravessou toda a história da humanidade, fazendo nela brotar, em seus diversos ramos, “flores de sabedoria”, também chamadas de *Escolas de Filosofia*. Estes centros de sublimado conhecimento filosófico, artístico e científico, por sua vez, cada qual a sua maneira, foram decerto os precursores da verdadeira *educação*, ou o ato de *eduzir* do homem os seus próprios potenciais internos, únicos capazes de levá-lo à superação da ignorância e, por conseguinte, ao reconhecimento da sua autêntica identidade ontológica.

Canalizando os esforços míticos dos *Deuses* e *Heróis*, e o *sagrado ofício* dos sábios em transmitir o valor da busca interior e das virtudes, floresceram em todos os cantos e recantos do mundo, raramente como “girassóis”, e quase sempre como “flores de lótus” que precisaram irromper a rígida “crosta de lodo” que as encobriam. Em outras palavras, por obscuras razões históricas, a ação aberta das *Escolas de Filosofia* e dos verdadeiros filósofos, pelo menos nestes dois últimos milênios, no Ocidente, foi quase impossível. Se na Antiguidade, elas estiveram abertas a todos, isto é, a qualquer um que se propusesse a passar pelas provas morais e cognitivas que selecionavam quem podia ou não *trilhar o seu caminho*, no Medievo foram fanaticamente perseguidas, e na Modernidade, racionalmente desacreditadas. Na verdade, antes mesmo da “névoa” materialista que encobriu estas vias da *Tradição* durante estes períodos, obrigando-as a se ocultarem sob a forma de ordens militares-religiosas ou confrarias de construtores, sombras de outros obscurantismos perseguidores já haviam levado ao incêndio da *Escola Pitagórica*; ao envenenamento de *Sócrates* e ao “suicídio” de *Sêneca*; culminando com o total colapso do grandioso Império Romano. Segundo Livraga (s/d), este Império:

[...] foi sacudido pela crise da sua própria grandeza material e por um desconcerto filosófico-religioso que se agravou a ponto de abalar até as mais humildes camadas sociais. Os Mistérios Metafísicos do Egito, a Magia dos Caldeus, os Oráculos Gregos e o Culto filosófico à Vesta Romana afundaram-se, assaltados pela superstição e pela corrupção dos valores originais (p. 86).

Porém, os impulsos humanizadores que as *Escolas de Filosofia* empreenderam deixaram marcas indeléveis na história, haja vista que, inúmeras sociedades humanas de que temos conhecimento devem a estes centros de sabedoria os seus respectivos esplendores culturais e escaladas civilizatórias. Qualquer investigação sensata na história constatará tanto

⁶¹ Tradicionalmente, para os celtas, o carvalho era um símbolo de força e resistência. Nesta acepção sagrada, este antigo povo europeu relacionava esta árvore imponente e de grande longevidade, com a sua própria história.

a existência de tais desenvolvimentos, quanto os métodos de educação em que foram baseados, que integravam *Ontologia*, *Epistemologia* e *Axiologia* num único *corpus de conhecimento*, cuja finalidade sempre foi a do *aprimoramento espiritual humano*.

No Antigo Egito foram genericamente chamadas de *Casas da Vida*; no Tibete, de *Lamaserias*; na cultura Asteca, de *Calmecac* e na Índia dentre tantas variantes, ainda hoje, podemos encontrar umas poucas escolas remanescentes da *Tradição dos Upanishads*⁶², ou “dos que sentam aos pés do Mestre”. Muitas das escolas filosóficas do Oriente, inclusive, legaram para o Ocidente fragmentos de algumas de suas antigüíssimas práticas internas, como o *Yoga*, a *Meditação* e as *Artes Marciais*, que originalmente só tinham sentido e finalidade sagrados quando integradas no *corpus* de conhecimento ao qual pertenciam.

No Ocidente Antigo, brotaram genuinamente no terreno fértil da Grécia, assimilaram características das variedades do Oriente e se espalharam nos domínios de Roma, nutrindo-a, quando a mesma empreendia o seu processo civilizador. Em outras palavras – de Crotona, onde foi fundado o *Museu* ou a *Escola Pitagórica*, à Alexandria dos *filaleteus* ou “amantes da Verdade”; de Atenas, berço da *Academia*⁶³ de Platão e do *Liceu* de Aristóteles, a Roma de Sêneca e dos epicuristas – estas “flores de sabedoria” difundiram o “doce perfume” do Conhecimento em todas as plagas do Velho Continente e proximidades. E mesmo após recolherem-se na escuridão de mil anos a que foram submetidas⁶⁴, *renasceram* exuberantes, dando origem a uma nova “primavera humana”: o *Renascimento Cultural*. Como afirma Livraga (s/d, p. 115),

esse estranho movimento filosófico, artístico, científico e religioso, apareceu como um estouro que iluminou a negra Europa Medieval com o antigo brilho grego e panteísta. Nele Apareceram, ao mesmo tempo, em diferentes lugares, esplêndidos edifícios de estilo romano, esculturas dignas de Fídias e murais que não teriam sido desenhados pelo já mítico Apeles. A música desembaraçou-se dos seus estreitos

⁶² Os Upanishads são parte das escrituras Shruti hindus, que discutem principalmente meditação e filosofia, e que são consideradas pela maioria das escolas do hinduísmo como instruções religiosas.

⁶³ A *Academia* de Platão é a *Escola de Filosofia* por antonomásia, prova disso é que se tomou seu nome para a Academia da Língua, Academia de Ciências, Academia de História etc. Em um artigo que trata sobre a busca da verdade e da excelência acadêmica, o professor. Dr. Mario Sapag-Hagar, presidente da Comissão Superior de Avaliação da Universidade do Chile (1991-1998), elucida: “Quando Platão regressou a Atenas no ano de 387 a.C, estabeleceu uma escola de filosofia em um jardim, a pouco mais de 1km de distância da cidade, com oliveiras, estátuas e templos, denominada *Academos*, em homenagem a seu primitivo proprietário, o legendário herói do Ático. Esta Academia de Platão perduraria durante novecentos anos como centro da vida intelectual grega e chegaria a se constituir como a precursora do pensamento universitário de hoje, ao que transmitiria sua virtude, suas ferramentas, sua força e sua missão. Missão de transmitir o saber por meio da docência, de criar conhecimento e formas novas mediante a pesquisa científica e artística e, por último, de transmitir a cultura, ou seja, como afirma Ortega, aquele sistema de ideias vivas que cada tempo possui e desde as quais o tempo vive” (*Grandes escolas de filosofia*. In: Revista Esfinge. Disponível em: < <http://revistaesfinge.com.br>>).

⁶⁴ Em 529 de nossa era, o imperador Justiniano, de Bizâncio, mandou fechar as últimas escolas de filosofia que conseguiram sobreviver após o colapso do Mundo Antigo.

limites e os aparelhos de física, assim como os tratados de filosofia, foram criados na ordem dos milhares.

Hoje, praticamente esquecidas e estigmatizadas como “esotéricas” (no pior sentido do termo), estas “flores de sabedoria” novamente estão recolhidas ou, talvez, silenciosamente renascendo, esperando pacientemente o ocaso do rigoroso “inverno” que as impedem de florescerem exuberantes. Seu distinto perfume, porém, discretamente, já aparece no ar, podendo ser apreciado apenas por aqueles que pressentem a chegada de mais uma “primavera humana”. Eis o caráter atemporal do que sempre retorna, eis o mistério do que nunca morre, eis “a Tradição e os Caminhos da Sabedoria, um Tesouro a se Redescobrir”.

É oportuno ressaltar, no entanto, que os argumentos mitológicos e filosóficos que serão apresentados nos ensaios a seguir, sobretudo os que se baseiam nos antigos tratados éticos orientais, são pouco convencionais numa investigação acadêmica. Tampouco os sentidos e significados atribuídos a alguns mitos, e à própria filosofia, são suficientemente convincentes, se apreendidos isoladamente, sem os aportes lógicos e simbólicos das matrizes as quais foram extraídos e das quais fazem parte. Neste sentido, torna-se necessário apresentar panoramicamente a história e os principais fundamentos destas *matrizes filosóficas* que compõem o magnífico patrimônio filosófico da *Tradição* – pelo menos das que mais inspiraram as reflexões produzidas neste trabalho.

3.1 A TRADIÇÃO FILOSÓFICA GRECO-ROMANA

Generativamente, do “ventre encantado” da Grécia Arcaica – do *Orfismo*⁶⁵, de *Delfos*⁶⁶, de *Elêusis*⁶⁷, dentre outros mistérios – nasceu a filosofia clássica, inaugurando uma nova fase da história desta civilização, chamada de *período antropológico*. Daí em diante, a filosofia, no Ocidente, se dedicaria quase que exclusivamente aos problemas do homem e de suas relações. Este período, também chamado de Socrático, foi prolixo na produção e na organização da filosofia moral grega, iniciada por Sócrates e desenvolvida, sobretudo, por Platão e Aristóteles. Sobre Sócrates, sabe-se que ele ensinava na praça de Atenas, dialogando

⁶⁵ Orfismo é o nome dado a um conjunto de crenças e práticas religiosas originárias do mundo grego helenista.

⁶⁶ A cidade de Delfos era a sede do principal templo grego, dedicado ao deus Apolo, e em cujos subterrâneos funcionava o famoso oráculo.

⁶⁷ Os mistérios de Elêusis (também conhecidos como mistérios eleusinos) eram ritos de iniciação ao culto das deusas agrícolas Deméter e Perséfone, que se celebravam numa localidade da Grécia próxima a Atenas. Eram considerados os de maior importância entre todos os que se celebravam na antiguidade.

com seus discípulos e interlocutores, utilizando-se da *maiêutica*⁶⁸ e da *ironia* para “despertá-los” a buscarem a verdade. Seu principal discípulo foi Platão, que fundou uma escola, a *Academia*, onde educava seus discípulos, ensinando os mesmos a arte de pensar dialeticamente e de viver moralmente. Através dos diálogos que escreveu, em que seu mestre aparece sempre como personagem central, Platão nos legou muitos ensinamentos filosóficos, tais como a *Teoria das Idéias* e da *Reminiscência da Alma*. O mais conhecido destes diálogos é a *República*, que tem como tema central a Justiça. Aristóteles, discípulo de Platão, também fundou uma escola, o *Liceu*, mas não lecionava dentro de uma sala e sim caminhando com seus discípulos, daí a sua escola ter sido chamada de “peripatética”⁶⁹. Aristóteles foi o grande sistematizador do conhecimento de sua época. Seus textos sobre *ética*, levaram-no a ser considerado, por alguns estudiosos, o fundador desta disciplina. Neles, Aristóteles fez uma análise do agir humano que marcou decisivamente o modo de pensar ocidental. Ensinava, por exemplo, que todo o conhecimento e ação humanas visam a algum bem, sendo a felicidade o bem supremo de todos os homens, somente alcançável através das virtudes. Ainda hoje a cultura ocidental, em todas as suas dimensões, é tributária à filosofia desenvolvida por esses três pensadores, que juntos, configuraram o que alguns estudiosos chamaram de “milagre grego”. Porém, as conquistas de Alexandre Magno – que acabariam por aproximar a cultura grega da oriental, formando a cultura helenística⁷⁰ – parecem ter criado nas cidades-estados gregas, condições favoráveis ao nascimento de uma nova filosofia: o *Estoicismo*. Tendo o seu nome derivado da palavra grega *Stoa* (Pórtico), onde seus integrantes se reuniam, o Estoicismo foi a escola filosófica fundada no séc. III a.C. por Zenão de Citium. Na história da chamada “filosofia do Pórtico”, que abarca cinco séculos, desenvolveram-se “vários estoicismos”: o “antigo” (Zenão, Cleantes, Crisipo), da Grécia, que desenvolveu mais a física e a lógica; o “médio” (Panécio e Posidônio), que se expandiu em Roma e se preocupou mais com os problemas humanos e a ética; e o “novo” (Sêneca, Epícteto e Marco Aurélio), da época imperial romana, que revelou acentuada tendência à prática, além de forte inclinação para a religiosidade. Elaboraram uma lógica formal original, tendo como base a proposição e não o conceito, sendo, porém, mais decisiva a influência desta doutrina no campo ético. Segundo o Estoicismo, o sumo bem é a virtude, somente alcançável pelo controle das paixões, pela imperturbabilidade em relação aos males físicos e da alma e pela aceitação consciente do

⁶⁸ Assim, ironia e maiêutica, constituíam, por excelência, as principais formas de atuação do método dialético de Sócrates.

⁶⁹ "Peripatético" é a palavra grega para “ambulante” ou “itinerante”.

⁷⁰ A Cultura Helenística ou Helenismo foi o resultado da fusão dos elementos da cultura helênica grega com a cultura ocidental.

destino imposto pela *Razão Universal* (Logos). Defendia também a identidade fundamental de todos os homens, tendendo em política ao *cosmopolitismo*.

3.2 A TRADIÇÃO FILOSÓFICA INDIANA

Mais do que uma filosofia antiga oriental, o Hinduísmo é ainda hoje o sistema religioso e social da maior parte da população da Índia. Tem sua origem na antiga religião dos *Vedas*⁷¹, sendo, na verdade, uma forma renovada da antigüíssima religião bramânica, constituindo, por isso mesmo, uma revivescência do vedismo, porém, consubstanciada a várias ideias, atitudes e práticas de outras religiões orientais, como o *Jainismo*⁷² e o *Budismo*. Tal fato explica a grande diversidade de deuses, crenças, seitas e costumes que apresenta. Seu núcleo essencial é a crença na trindade constituída por *Brama*, *Vishnu* e *Shiva* (*Trimurti Hinduísta*) e seu texto sagrado mais importante é o *Mahabârata*. Esta extensa e volumosa epopeia indiana, atribuída ao poeta Vyasa⁷³, é considerada por muitos estudiosos, um verdadeiro manual de psicologia evolutiva que visa o conhecimento da natureza do "Eu" e a sua relação eterna com toda a *Criação Universal*. Relata a luta entre duas famílias rivais de laços "consanguíneos" – os *Kuravas* (defeitos) e os *Pandavas* (virtudes) pela posse de Hastinapura, "a cidade dos elefantes", que correspondia historicamente a um vasto território no Indústão, ocupado pela tribo Ariana dos *Bâratas*. Desta luta, saem vencedores os *pandavas* que eram protegidos pelo deus *Krishna*, uma das encarnações "históricas" do deus *Vishnu*. Em meio a esta narração épica, surgem ensinamentos filosóficos que fazem desta obra, um dos mais belos e comoventes tratados éticos da história. O *Bhagavad Gitâ* é a sua parte mais conhecida, consistindo numa espécie de "evangelho hinduísta" que, sob a forma de diálogo, contém os conselhos de *Krisna* a *Arjuna*, herói dos *Pandavas*.

3.3 A TRADIÇÃO FILOSÓFICA CHINESA

Fundada por Confúcio no século VII a.C., o *Confucionismo* é uma filosofia moral cuja essência reside num código moral baseado na sinceridade, respeito, bondade e justiça, virtudes e valores que devem constituir o objetivo do indivíduo e do Estado. Isso, pois, nesta

⁷¹ Os Vedas são as escrituras sagradas associadas à religião hindu.

⁷² O jainismo é uma religião antiga originária da Índia. Ensina sobretudo que o caminho para a libertação e para a felicidade é viver uma vida sem violência e de renúncia.

⁷³ Vyasa é uma figura central de devoção na maioria das tradições hinduístas. É considerado o autor do poema épico hindu *Mahabârata*.

doutrina, a paz de espírito individual e o equilíbrio social obtido pela cooperação são considerados os princípios mais importantes para a conquista da felicidade humana. Desde as suas origens arcaicas, que o conceito de “Céu” é determinante nesta filosofia, pois, segundo os antigos chineses, é Ele quem preside o destino humano, isto é, cabe ao homem descobrir as suas leis e aproveitá-las para o seu aperfeiçoamento moral através das virtudes (Ren). Afirma também a existência de dois princípios opostos, mas complementares: *Li*, força criadora da qual provém a tendência ao bem e à ordem; e o *Tsi*, matéria passiva da qual se origina a tendência à desordem e ao mal. Os Analectos, coletânea de ensinamentos morais atribuídas ao mestre Confúcio, é a mais estimada e conhecida obra do Confucionismo. É bem provável que esta doutrina tenha sido influenciada pelas ideias do *Taoísmo*, filosofia de profundo misticismo criada por Lao-Tsé que, à época de Confúcio, expôs em sua obra conhecida como *Tao Te-King*, um conjunto de aforismos para o desenvolvimento virtuoso através dos princípios da *não-ação*⁷⁴.

3.4 A TRADIÇÃO FILOSÓFICA BUDISTA

Fundada por Sidharta Gautama, o *Buda*, é uma filosofia não-teísta profundamente comprometida com a eliminação do sofrimento existencial humano. Segundo alguns estudiosos, historicamente surgiu e desenvolveu-se na Índia como reação aos excessos formais e intelectuais do Bramanismo, ramificando-se com o passar do tempo em três correntes principais: a *Hinaiana* (“Pequeno Veículo”), a *Maaiana* (“Grande Veículo”) e a *Vajraiana* (“Veículo de Diamante”) – cada uma das quais subdivididas em várias escolas. Por sua índole universal o Budismo expandiu-se para fora da Índia, penetrando em várias culturas asiáticas, dentre as quais a japonesa (Zen-Budismo) e a tibetana (Budismo Tibetano). O *Sermão de Benares*⁷⁵, atribuído ao Buda, encerra a essência desta doutrina, que se baseia na procura do *Caminho do Meio* e nas *Quatro Verdades Nobres*. Para se atingir o *Caminho do Meio*, devem ser evitados os extremos de prazer e de ascetismo. As *Quatro Verdades Nobres* são: 1) “a existência é dor”; 2) “a causa da dor” é o apego aos objetos sensíveis e a multiplicação dos desejos; 3) “o homem pode se libertar” da dor, pela renúncia consciente a esses desejos; e 4) “a libertação baseia-se no *Nobre Óctuplo Caminho*”, isto é, retidão nas atividades humanas de pensar, decidir, falar, trabalhar, viver, esforçar-se, entender e

⁷⁴ O que o Taoísmo chama de não-ação é uma ação sem intenção, uma ação não intencional. “O caminho é uma constante não-ação. Que nada deixa por realizar” (*Tao Te King*, cap. 37).

⁷⁵ O Sermão de Benares constitui o principal ponto de referência doutrinal do Budismo e das suas diferentes escolas.

concentrar-se. Composto por máximas em forma de versos, o *Dhammapada*, ou o “Caminho da Lei”, é o texto budista mais conhecido e traduzido no Ocidente.

4. APRENDER A CONHECER

Houve um tempo em que todos os homens eram deuses. Mas eles abusaram tanto de sua divindade que Brahma, o mestre dos deuses, tomou a decisão de lhes retirar o poder divino. Resolveu então escondê-lo em um lugar onde seria absolutamente impossível reencontrá-lo. O grande problema era encontrar um esconderijo. Brahma convocou um conselho dos deuses menores, para juntos resolverem o problema. – Enterremos a divindade do homem na terra, foi a primeira ideia dos deuses. – Não, isso não basta, pois o homem vai cavar e encontrá-la. Então os deuses retrucaram: – Joguem a divindade no fundo dos oceanos. Mas Brahma não aceitou a proposta, pois achou que o homem, um dia iria explorar as profundezas dos mares e a recuperaria. Então os deuses concluíram: – Não sabemos onde escondê-la, pois não existe na terra ou no mar lugar que o homem não possa alcançar um dia. Brahma então se pronunciou: – Eis o que vamos fazer com a divindade do homem: vamos escondê-la nas profundezas dele mesmo, pois será o único lugar onde ele jamais pensará em procurá-la. Desde esse tempo, conclui a lenda, o homem deu a volta na terra, explorou escalou, mergulhou e cavou, em busca de algo que se encontra nele mesmo.

Um professor de filosofia foi ter com um mestre zen, Nan-In, e fez-lhe perguntas sobre Deus, o nirvana, meditação e muitas outras coisas. O Mestre ouviu-o em silêncio e depois disse. – Pareces cansado. Escalaste esta alta montanha, vieste de um lugar longínquo. Deixa-me primeiro servir-te uma chávena de chá. O Mestre fez o chá. Fervilhando de perguntas, o professor esperou. Quando o Mestre serviu o chá encheu a chávena do seu visitante e continuou a enchê-la. A chávena transbordou e o chá começou a cair do pires até que o seu visitante gritou: – Pára. Não vês que o pires está cheio? – É exatamente assim que te encontras. A tua mente está tão cheia de perguntas que mesmo que eu responda, não tens nenhum espaço para a resposta. Sai, esvazia a chávena e depois volta.

Desde que o universo foi criado ou se autocriou que tudo nele é *conhecido em si mesmo* ou por *Aquele* que o criou. O *Conhecimento* é, pois, o próprio universo ou o oculto sentido de sua multiplicação em outros tantos “versos” que, conformados em estrofes circulares de seres e coisas oscilantes de significados, movem-se a compor o misterioso e infinito poema da *Verdade Universal*. Desde que o mundo foi criado pelo universo, que ele se conhece como criação daquele que tudo conhece, uma vez que, sincronicamente, reescreve, em movimentos e leis, o próprio conhecimento de seu criador. E desde que o homem foi criado pelo mundo, ou no mundo, que tudo para ele é conhecimento, porque desconhecido é tudo para *aquele que ainda não se conhece*. Eis por que o homem é o próprio labirinto que

procura escapar; a própria esfinge que procura desvendar; e o próprio universo que procura conhecer. Eis porque “conhecer-se a si mesmo” é seu excelso, sua senda, seu destino.

Talvez por isso que – do grego “*gnosis*”, transliterado para o latim “*cognoscere*” – *conhecimento* é uma palavra que designa, em sua acepção mais transcendental e incognoscível, a *unidade oculta* de tudo que existe separadamente, sendo portanto a própria *Verdade encerrada em Si mesma*; e em suas acepções mais ordinárias, cujas *verdades são menores* porque *transitórias*, é um termo polissêmico designativo de todos os fenômenos que nos envolvem e de tudo que precisamos saber sobre eles. Se aquele primeiro, somente nos é acessível pela via da *intuição* ou da *razão superior*; estes últimos, “por nos cercarem de todos os lados, nos incitam de diferentes maneiras, e impulsionam a nossa inteligência a andar por veredas desconhecidas, de modo que é impossível escapar deles (ZENI, 2012) – e se “dos fenômenos não temos como fugir, então é sábio tê-los por aliados” (SPINELLI, 2006, p.236); ou como diz Epicuro (1980), citado por Spinelli (2006, p. 236), “com eles devemos nos unir para podermos fazer indução a respeito do que é invisível”.

Seja a verdade que for, e da altura que for, o homem sempre foi um ser de conhecimento, e como tal, sempre buscou saber acerca das coisas e seres que lhe cercam, do visível e do invisível, do temporal e do atemporal, de si mesmo, do outro e do Universo. Neste sentido, como argumenta Platão pelos lábios do seu mestre, em seu *Simpósio*, se buscamos somente aquilo que desejamos, e sendo a atividade do desejo um gradiente de amor que vai desde os patamares das realizações ordinárias até a contemplação do *Belo*, a busca pelo saber é o próprio amor à sabedoria. Com efeito, “uma das coisas mais belas é a sabedoria, e o Amor é amor pelo belo, de modo que é forçoso o Amor ser filósofo e, sendo filósofo, estar entre o sábio e o ignorante” (PLATÃO, *O Banquete*, p. 31). Por esta razão, talvez, que quando o temário em questão é o conhecimento, e mais especificamente a sabedoria, lembramos quase sempre da palavra filosofia, cujo significado remete originalmente ao amor a esta ideia.

No tocante ao *Belo* como sabedoria, ele sempre foi a fonte de inspiração poética de *aedos*⁷⁶, *rapsodos*, *bardos*⁷⁷, *trovadores*, *sacerdotisas* e *manus*⁷⁸ de todas as plagas humanas onde pôde ser intuído, sendo pois evocado, em muitas culturas, através de cantos que expressavam verdades que a razão não conseguia alcançar. Disso decorre o fato da maioria dos antigos livros sagrados da humanidade não serem prosaicos, mas poéticos, isto é, serem

⁷⁶ Na Grécia antiga, Aedos e Rapsodos, eram artistas que transmitiam através da poesia as verdades dos Deuses e os memoráveis feitos dos seus antepassados.

⁷⁷ Na Europa antiga, um bardo, era uma pessoa encarregada de transmitir histórias, mitos, lendas e poemas de forma oral, cantando as histórias do seu povo em poemas recitados.

⁷⁸ Segundo as tradições filosóficas orientais, um *manu* é considerado o fundador de uma religião.

belíssimos poemas compostos por “hinos aos deuses” ou “cânticos de sabedoria”, como o livro sagrado hindu *Bhagavad Gitâ*, literalmente em sânscrito “canção do divino”; a *Torá* hebraica (Antigo Testamento), cujas sagradas escrituras estão dispostas em *versículos*; o *Alcorão* ou “Recitação”, cujos *ayats*⁷⁹ cantados pelos mulás, ainda hoje podem ser ouvidos das minaretes das mesquitas islâmicas; o *Bardo Todol* tibetano, cujos réquiens de instrução aos mortos eram acompanhados pelo *canto das dakinis*⁸⁰; o livro religioso dos escandinavos, o *Kalevala*, que reúne uma série de cantos aos deuses e heróis da antiga Terra do Norte; e todos os códices astecas, em que as imagens serviam para recordar as litanias e poesias longuíssimas que conservavam todo o saber da sua cultura. Seguindo este mesmo caminho, a cultura grega clássica fundou-se nos antiquíssimos hinos órficos e nas poesias de Homero e Hesíodo; e “a civilização romana sustentou a sua "consciência nacional" nos versos da *Eneida*⁸¹, e mais que as declarações amorosas de infinitos amantes foi a doçura dos cantos de Ovídio⁸² ou de Catulo⁸³” (FERNANDEZ, 2012, p. 8). Ademais, disse Confúcio: “estudai os poemas, eles podem nos fornecer estímulo e observação, capacidade de comunhão e um veículo para aliviar a dor” (*Analectos*, 9:68). E afirmou Platão, desta vez em *Ion*⁸⁴, apesar de suas ressalvas “republicanas” quanto ao papel dos *poemas arcaicos* na formação do cidadão político, que o verdadeiro poeta é porta-voz de um deus⁸⁵; que a sua alma é um instrumento musical que o Deus toca quando quer dar a sua mensagem aos homens; que os sábios não podem rebater o canto de um poeta, pois a “música entoada” por esse último encontra-se mais além dos conhecimentos racionais; enfim, que o poeta canta, não ensina, pois ele mesmo não pode explicar o mágico e sublime conteúdo dos seus versos alados. Nas palavras do próprio filósofo grego: “[...] é colhendo nas fontes de *mel* de certos jardins e vales das Musas que nos trazem as *melodias* – tal qual as abelhas, também eles próprios dessa maneira voando. E estão dizendo a verdade: porque o poeta é coisa leve, e alada, e sagrada, e não pode poetar até que se torne inspirado e fora de si, e a razão não esteja mais presente nele” (PLATÃO, *Ion*, p. 50). Enfim, como sintetiza Detienne (1988, p.23):

⁷⁹ Versículos que compõem as suras ou subdivisões do *Alcorão*.

⁸⁰ Espécie de “orquestra” de voz que imitava os sons da Natureza.

⁸¹ A *Eneida* é uma epopeia em doze cantos, escrita em versos pelo poeta Virgílio. Narra a lenda do herói Eneias, sobrevivente da Guerra de Troia e ancestral dos fundadores da Roma antiga. É uma das maiores obras da literatura universal.

⁸² Foi um poeta romano do início da era imperial.

⁸³ Caio Valério Cátulo foi um sofisticado poeta romano que viveu durante o final do período republicano.

⁸⁴ *Sobre a Inspiração Poética*.

⁸⁵ “Por isso o deus, tirando-lhes fora a razão, utiliza-se deles como serviçais, e também dos roferidores de oráculos e dos adivinhos divinos, para que nós, os ouvintes, saibamos que não são eles - aos quais a razão não assiste - que falam essas coisas assim dignas de tanta estima, mas que é o próprio deus quem fala, e por meio deles se pronuncia a nós”. (PLATÃO, *ION*, p. 51)

[...] o poeta é sempre um “Mestre da Verdade”. Sua “Verdade” é uma “Verdade” assertórica: ninguém a contesta, ninguém a contradiz. “Verdade” fundamental, diferente de nossa concepção [moderna], *Alétheia* não é a concordância da proposição e de seu objeto, nem a concordância de um juízo com outros juízos; ela não se opõe à “mentira”; não há o “verdadeiro” frente ao “falso”. A única oposição significativa é a de *Alétheia* [Verdade] e de *Léthe* [Esquecimento]. Nesse nível de pensamento, se o poeta está verdadeiramente inspirado, se seu verbo se funda sobre um dom de vidência, sua palavra tende a se identificar com a “Verdade”.

Nas antigas tradições do Oriente, esta *Verdade* é amplamente conhecida com o nome de *Jnana* ou “o conhecimento da realidade última”, que somente poderia ser alcançado através do Jñāna-yoga ou pela via do discernimento (*Viveka*) entre o real e o irreal. Platão, ao fundamentá-la metafisicamente em sua famosa *Teoria das Ideias*, em seus diálogos *Timeu-Crítias*, *Teeteto* e *República*, a denominou *episteme*⁸⁶ ou *o saber pleno de certeza, o conhecimento da essência das coisas, a própria Ideia do Bem*, isto é, *o mais elevado nível de verdade a que pode atingir a consciência humana*, porquanto – segundo este filósofo – os deuses trataram de descobrir a “visão” do homem, para que o mesmo “ao contemplar as órbitas do Intelecto no céu, aplicasse-as às órbitas [de sua] atividade intelectual [dianóia] que são congêneres daqueles, ainda que as [suas] tenham perturbações e as deles sejam imperturbáveis.” (PLATÃO, *Timeu-Crítias*, p. 128).

Porém, salvo em períodos de encantamento cultural, em que o conhecimento era versificado em poemas ditados pelas próprias divindades, definir o que é verdade ou não, tornou-se um problema demasiadamente complexo para os homens de todos os tempos. Por isso a filosofia sempre procurou compreender, ao longo da história, através da *Teoria do Conhecimento*, as fundamentais questões de sua própria vocação epistemológica, isto é, “por que conhecer?”, “quem conhece?”, “como se conhece algo?”, “o conhecimento verdadeiro é o subjetivo, relacionado ao sujeito que conhece o objeto, ou o objetivo, relacionado ao objeto que se deseja conhecer?”. Em nossos *Tempos Modernos*, por exemplo, muito se discutiu acerca disso, e muitas foram as diferentes conclusões filosóficas a que chegaram alguns pensadores. Entretanto, neste período, destacaram-se os materialistas, cujas teorias, em alguns casos, tornaram-se “verdadeiros paradigmas”, como no caso do amplamente conhecido

⁸⁶ Segundo Silva (2010), citado por Zeni (2012), as palavras comumente utilizadas para traduzir para a língua portuguesa o termo grego *episteme* são: *saber, sabedoria, conhecimento e ciência*. Elas, de certa maneira, englobam as nuances e ‘diferenças’ de significados daquela palavra. Em Platão, diz Silva, *episteme* correntemente “designa um processo ou um estado mental contrastante com a simples opinião. A busca do significado próprio desse termo é justamente o objeto do *Teeteto*, que parece jogar com distintas formas de conhecimentos referidas com o mesmo nome *episteme*” (SILVA, 2010, p. 141, nota 4). Outrossim, afirmam Brisson & Pradeau (2010, p. 36), a *episteme* “é o nome que designa a percepção que a alma tem da realidade, do que existe [...] Evidentemente, nesse assunto não é possível se ater apenas ao testemunho da sensação para dele deduzir um conhecimento do que é percebido”.

grande paradigma cartesiano-newtoniano, que ao reduzir a racionalidade humana a um mero instrumento de aferição, converteu o *Kosmós*⁸⁷ grego, o *Manvântara*⁸⁸ hindu e o *Orum*⁸⁹ africano em fenômenos estritamente mecânicos, neutros, homogêneos, mensuráveis, calculáveis, sem hierarquia e sem valores; portanto, sem qualidades transcendentais. Na verdade, este paradigma é o próprio esteio epistemológico a partir do qual tomou impulso o materialismo científico e filosófico modernos, com suas miríades de especializações e sempre tendente a isolar dimensões particulares da realidade, como se esta pudesse revelar as suas verdades mais profundas fragmentadamente. Em outras palavras, e consoante ao que já foi provocativamente exposto no capítulo I, ao dissiparmos as trevas do “materialismo metafísico” cristão que durou quase um milênio, por força de um poderoso combate contra todo tipo de dogma e superstição contaminantes, acendemos epistemologicamente luzes tão ofuscantes, que praticamente permanecemos cegos para as *verdades da vida*, uma vez que tanto a escuridão quanto o excesso de luz podem cegar. Se assim fizemos, não foi por um “elogio à loucura”⁹⁰, mas por reação descontrolada ao paradigma anterior – como um pêndulo quando é esticado até o extremo de um de seus lados e solto abruptamente. Seja como for, fizemos à luz do ceticismo e, portanto, à revelia do que de mais verdadeiro a própria humanidade acumulou de conhecimentos filosóficos sobre si mesma, sobre o universo e sobre a onipresença dos arquétipos deste, naquela – como os que foram investigados por Karl Gustav Jung no século passado, permitindo-lhe trazer à baila o conceito de *inconsciente coletivo*⁹¹.

Por estranhos e desacreditados que sejam para mentes modernas, os pressupostos que assinalam a relação arquetípica “universo-homem”, ou numa outra chave, “Natureza-

⁸⁷ Substantivo *Cosmos* deriva de um verbo cujo significado é "ordenar", "arranjar", "comandar" - é utilizado por Homero em referência aos generais gregos comandando suas tropas para a batalha. Um *kosmos*, portanto, é um arranjo ordenado. Mais que isso, é um arranjo dotado de beleza: o termo *kosmos*, no grego comum, significava não apenas uma ordenação, como também um adorno (daí o termo moderno "cosmético"), algo que embeleza e é agradável de se contemplar. O *cosmos* é o universo, a totalidade das coisas. Mas é também o universo *ordenado* e o universo *elegante*. O conceito de *cosmos* apresenta um aspecto estético. (Costuma-se dizer que é isso, inclusive, que o torna caracteristicamente grego.) Mas também, e a nosso ver de maneira mais importante, tem um aspecto essencialmente científico: o *cosmos* é, necessariamente, ordenado - e portanto deve ser, em princípio, explicável. (Barnes, 1997, p. 200)

⁸⁸ O Grande Plano de manifestação ou *Manvântara*, explica o Livro dos Vedas, refere-se a uma Respiração completa de Brahma.

⁸⁹ Reza uma história africana, originária de Ketu, que no início de tudo havia o Orum, o espaço infinito, e lá vivia o deus supremo Olorum, o Deus criador.

⁹⁰ Em alusão às entrelinhas de *Elogio da Loucura*, em que o humanista Erasmo de Roterdã, critica todos os racionalistas e escolásticos ortodoxos que punham o homem ao serviço da razão (e não o contrário) e estende um véu de compaixão por sobre a natureza humana.

⁹¹ *Inconsciente Coletivo*, segundo o conceito da psicologia analítica criado pelo psiquiatra Carl Gustav Jung, é a camada mais profunda da psique. Em geral, tem sido compreendido como um arcabouço de arquétipos cujas influências se expandem para além da psique humana.

homem”, referem-se à senda do *conhecimento superior* e nada têm de fantasiosos ou especulativos; e se tiverem, não será tão diferente de alguns “axiomas” modernos que asseguram que “a vida surgiu do acaso”, “a matéria da matéria”, “o homem do macaco” e “a história da luta de classes”. Referem-se pois à filosofia – aqui entendida em sua acepção natural, pitagórica, tradicional, como “amor à sabedoria” – único conhecimento capaz de servir à vida na sua unidade, despertar consciências e unir os homens em torno de um ideal de fraternidade, beleza, justiça ou verdade. Afinal, para que mais serviria a filosofia? Por afrontosas que pareçam estas provocações, elas são muito importantes, pelo menos se tivermos em vista que para a maioria das pessoas, sempre tendente a avaliar tudo pela aparência dos papéis sociais, o conhecimento filosófico não pode ser compreendido, senão por um seleto grupo de acadêmicos que gozam de uma privilegiada capacidade intelectual. Em outras palavras, por irônico que seja, a filosofia, que é o conhecimento para a vida por excelência, abdicou da própria vida e trancou-se em si mesma, contraditoriamente num momento de profunda crise existencial humana, deixando-nos de espólio a sociologia e a psicologia, quando não, o alento sedativo da psiquiatria. Estas, porém, apesar de suas contribuições instrumentais e epistemológicas, sem a filosofia para lhes nutrir de valores e ideais, jamais poderão servir como saberes capazes de impulsionar o desconsertado homem atual a uma transformação humanizadora. Sendo assim, esta crítica faz-se pertinente e necessária, sobretudo porque a ideia de se valer do conhecimento filosófico como um aporte para solucionar problemas complexos da existência ou ordinários do cotidiano, ou ainda a ideia de simplesmente buscá-lo como um senso de orientação para as tomadas de decisão na vida, soam estranhas e são refratárias nos “grandes centros do saber filosófico” dos dias atuais. Talvez porque, na condição de intelectuais, seus artífices geralmente “amam a filosofia”, porém, como profissão, não como um conhecimento atemporal cujo propósito mais sagrado é ensinar o homem a *arte de viver*. Se bem que nada os obriga a isso, como assinala Carvalho (2012), exceto a decisão, que livremente tomaram, de buscar antes a segurança de uma identidade profissional do que a ordem da vida interior, conciliando sem maiores dramas de consciência o rigor das investigações com a fragmentação e desarmonia das suas personalidades.

No fundo, a verdade é que pouco importa se entrincheiramente alguns profissionais da filosofia sejam marxistas, nietzscheanos, estruturalistas, neo-positivistas, sartreanos ou qualquer outra coisa, uma vez que, como afirma Carvalho (2012), nenhuma dessas linhas de orientação faz por si o menor sentido, se separada do projeto ordenador originário inaugurado por Platão e Aristóteles. Principalmente porque elas se definem umas pelas outras dentro dos

limites de um debate filosófico “profissional”, com problemas e termos estabelecidos por uma longa tradição acadêmica, ao passo que os clássicos gregos nos dão um senso de orientação muito mais abrangente, um senso de orientação não na rede das discussões universitárias, mas na vida em geral.

Talvez por isso, que Lovenjoy, proverbialmente tenha dito que a história da filosofia é uma coleção de notas-de-rodapé a Platão e Aristóteles. Seja como for, porém, isso não altera a realidade na qual se encontra a filosofia nos dias de hoje, isto é, em crise, pelo menos quanto ao seu “estatuto de verdade”, dado o relativismo acrítico, o antiuniversalismo e a desconfiança em relação a todo tipo de certeza moral, que a transformaram em apenas mais um discurso contemporâneo, quando não numa crônica pós-moderna. Se bem que, parece realmente mais fácil, cômodo e confortável um mundo sem filosofia, ou com algumas de tipo meramente intelectual ou politicamente ativista, uma vez que o subjetivismo moral tem satisfeito o nosso afã de “liberdade” – ainda que esta seja exercitada mais na escolha da “cor da embalagem”, “do canal que melhor entretém” e da “corrente filosófica pela qual se deve militar”, do que na formação de um caráter valoroso, de um psiquismo equilibrado e de um comportamento exemplar. Todavia, se não estivéssemos infelizes e paranoicos por desconfiarmos uns dos outros; inseguros quanto ao nosso próprio futuro; vazios de humanidade; e, enfim, desencorajados ante os desafios da própria vida, poderia ser essa uma aposta sensata. Mas não é, e parece que já estamos notando isso à duras penas.

Neste sentido, sendo a filosofia: o saber humano a partir do qual, desgarrados dela ou não, derivaram todos os demais saberes; o conhecimento cujas verdades, desacreditadas ou não, apoiam-se na inequívoca *ordem da natureza*; enfim, sendo a filosofia um caminho atemporal para a felicidade, uma vez que, ao que parece, nunca existiu um sábio infeliz em toda a história – é sensato, pois, voltarmos nossa atenção para as verdades atemporais que ela sempre ofereceu. Isto é, se como assevera Platão (*Timeu-Crítias*, p.128), a filosofia é o “bem maior do que qualquer outro que veio ou possa vir alguma vez para a espécie mortal, oferecido pelos deuses; [e como tal] o maior bem facultado pelos olhos (...)”, cabe a nós reconhecer o que de mais importante ela nos assinalou em sua *Teoria do Conhecimento* – a saber, que *aprender a conhecer* é aprender a conhecer-se a si mesmo, e por corolário, é aprender a perceber a unidade por detrás da separatividade; a ver a vida com profundidade e beleza e a viver moralmente. Enfim, que aprender a conhecer é humanizar-se.

Com efeito, a vocação natural da filosofia sempre foi a de crivar o conhecimento com princípios e finalidades, imanentes ou transcendentais, para que o homem, na sua relação consigo mesmo e com o mundo, pudesse buscar aquilo que é próprio para a sua realização

ontológica. Para tanto, ela operou dialeticamente sobre as verdades aparentes da vida humana, de modo a conseguir desenterrar das entranhas destas realidades fenomenológicas, algumas verdades essenciais sobre a *identidade humana*. Estas verdades, porém, não são pressupostos ou especulações resultantes de um “certo modo de ver as coisas”, mas axiomas, uma vez que até hoje são capazes de inspirar o homem a buscar conhecer aquilo que inequivocamente o leva à felicidade – a saber, *virtudes* e *valores*; enfim, *sabedoria*. Ademais, elas estão lastreadas na experiência de vida dos filósofos e sábios de todos os tempos, os quais foram quem primeiramente colocaram o caminho da sabedoria sob os pés, a caminhar de modo a se tornarem o próprio caminho – afinal, o que mais quis dizer o maior sábio do Ocidente com “*Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida*”?

Portanto, podemos depreender que para a filosofia, a busca pelo conhecimento só se justifica se ela estiver crivada de uma *finalística moral*, devendo o homem, portanto, primeiramente, aprender a conhecer-se a si mesmo, sob o risco de transformar essa busca num delírio perigoso. Por esta razão, todas as tradições filosóficas procuraram esclarecer axiomáticamente, cada qual a sua maneira: o que constitui e a que está condicionada a existência do homem (“o que sou?”, “de onde eu vim?”); e qual o sentido da vida humana (“para onde vou?”). Logo, cumpre aqui apresentar esquematicamente algumas notas sobre tais axiomas, sem maiores aprofundamentos, mas chamando atenção para o caráter atemporal dos mesmos, uma vez que divergem apenas na forma como foram concebidos, mas não em seus conteúdos de profundos significados. Ademais, por antigos que sejam estes axiomas, mesmo se alguns não tiverem sido registrados sob a forma de obras escritas, ainda hoje podemos encontrá-los sob a forma de vestígios arqueológicos, permanências antropológicas e ressignificações simbólicas. Isso, pois, embora as grandes reflexões *filosóficas* do homem não permaneçam claras em sua consciência histórica, uma vez que se desvanecem pela ação do caleidoscópico devir da própria história, elas se transformam e acabam por se esconder em diversos “sítios culturais”, tais como *arquitetura*, *instituições*, *formas de agir*, *palavras* e *linguagem*. Essas grandes *reflexões* estão, portanto, ativas em nossa cultura atual, mas ocultas, pelo menos para a esmagadora maioria das pessoas. Porém, nem tanto por aqueles que, ao investigarem os arquétipos que tangem o psiquismo humano e os seus móveis inconscientes para fins econômicos, não raramente os utilizam disfarçadamente em seus programas neurolinguísticos e em seus receituários de autoajuda, visando manobrar o comportamento das massas incultas ao seu bel prazer.

Segundo uma “chave de explicação filosófica”, presente em duas das mais antigas tradições de que temos conhecimento – a egípcia e a hindu – o homem é uma *unidade*

complexa, funcional, porém, constituída septenariamente por dimensões de diferentes naturezas, cada qual com sua dinâmica particular e suas próprias leis de necessidade e suficiência. Três delas *concernem* ao “ser do homem”, à sua espiritualidade ou àquilo que nele é incorruptível e o faz se sentir parte de uma “orquestração universal”, independentemente do nome do maestro que a esteja regendo. As quatro restantes, *tangenciam* o “ser do homem”, dando-lhe múltiplas possibilidades de expressão em sua existência, porém, condicionando-o à transitoriedade dos seus fenômenos e a necessidades sensoriais de todo tipo, como a sobrevivência a todo custo e o desejo de possuir ou dominar tudo que lhe pareça possível.

Mais especificamente, a *tríade espiritual humana* é, na verdade, o *tríplice mistério da unidade cósmica* refletido no homem, daí porque estes antigos povos consideravam o Universo um “macrocosmos”, e o homem um “microcosmos” – como podemos conferir, sob a forma de “véus”, na divisa sagrada de Delphos, “conhece-te a ti mesmo e conhecerás a verdade e o universo”; na obscura sentença de Heráclito, “o caminho que sobe e o que desce são um mesmo e único caminho”; no aforismo cristão, “assim na terra como no céu”; no *preceito de ouro* tibetano “Para que tu te tornes conhecedor de Todo Ser⁹, tu tens primeiro que conhecer o Ser”; e na suprema máxima do *Caibalion*⁹², dos egípcios, ao que parece, de onde os anteriores derivaram, “o que está embaixo é como o que está em cima, e o que está em cima é como o que está embaixo”. Na onomástica das religiões filosóficas destes antigos povos, esta trindade⁹³ cósmica foi chamada pelos hindus de *Brahma, Vishnu e Shiva*; e pelos egípcios de *Osíris, Ísis e Hórus*, – correspondendo hierarquicamente, no homem, às três potências de sua espiritualidade: *vontade, amor e inteligência*. Estas, por sua vez foram chamadas pelos hindus, respectivamente, de *Atman, Budhi e Manas*; e pelos egípcio, de *Shu* ou *Atmul, Cheybi e Ba*.

No tocante às quatro dimensões condicionadoras da existência humana, foram consideradas como meios de expressão ou o *aporte quaternário* para as experiências do homem no mundo, mas também como aquilo que põe à prova a sua “identidade ontológica”, ao envolvê-lo numa ordem imanente de devires e paixões inescapáveis. Pelos hindus,

⁹² O *Caibalion* (Kybalion) é um livro sobre os Princípios Herméticos. Contêm a essência dos ensinamentos de Hermes Trismegisto tal como ensinado nas escolas herméticas do Antigo Egito e da Grécia.

⁹³ É interessante perceber que em todas as tradições existe o aspecto trino da Divindade. Para Platão, *Justo, Bom e Belo*; para Plotino, *Ser, Inteligência, Criação*; para os persas *Ormuz, Arimã e Mitra*; para os Caldeus, o *Pai, o Criativo e o Etéreo*; para a *Cabala, Coroa, Sabedoria Infinita e Inteligência Divina*. Se considerarmos também a doutrina cristã, somamos a esse grupo a Santíssima Trindade *Pai, Filho e Espírito Santo*. Trata-se do Triplo Logos Solar que é encontrado praticamente em todas as antigas tradições filosóficas.

receberam o nome de “shariras” ou “veículos”, do mesmo modo sendo concebido pelos egípcios. Assim, nestas tradições, respectivamente, a dimensão física do homem foi chamada de “stula-sharira” e de “cha”; a dimensão energética ou vital do homem, de “prana-Sharira” e de “ankh”; a dimensão emocional do homem, de “linga-sharira” e de “ka”; e a dimensão mental do homem, de “kama manas” e de “ab hati”.

No entanto, vale ressaltar que estas sete dimensões não se tratam de divisões meramente mensuráveis ou facilmente cognoscíveis, uma vez que são, na verdade, diferentes “motores” que animam a existência do homem. Se bem que, por um lado estes “motores” confirmam a importância do número sete na relação arquetípica Universo-Homem. Afinal, “sete são as cores básicas, os dias da semana, as notas musicais... E, seguindo a mesma lei, sete são os escalões que compõem o Homem, considerados como veículos, planos ou formas de expressão” (LIVRAGA, s/d, p. 17). Ademais, não foram apenas os hindus e os egípcios que os conceberam para explicar a complexidade existencial humana, sendo também encontrados na igualmente simbólica tradição tibetana, porém, poeticamente. Diz-se em seus “preceitos de ouro” que o homem somente ouvirá o “som insonoro” da Unidade que lhe habita, quando antes tiver aprendido a ouvir os seus outros seis sons místicos*:

Antes de colocares o teu pé sobre o degrau superior da escada, na escala dos sons místicos, debes escutar de sete maneiras a voz do teu *Deus interior*⁹⁴. O primeiro som é como a voz doce do rouxinol cantando uma canção de despedida para sua companheira. O segundo vem como o som de um címbalo prateado dos Dhyanis, acordando as estrelas cintilantes. O próximo é como o lamento melodioso de um espírito do oceano, preso em sua concha. E este é seguido pelo canto da Vina⁹⁵. O quinto alcança o teu ouvido como o som agudo da flauta de bambu. Ele muda em seguida para o toque de uma corneta. O último vibra como o rolar distante e pesado de um trovão pela nuvem. O sétimo engole todos os outros sons. Eles morrem, e então já não são ouvidos. Quando os seis⁹⁶ são destruídos e colocados aos pés do Mestre, então o discípulo se une⁹⁷ ao Um, torna-se esse Um e nele vive. (*A Voz do Silêncio*, 2005, pp. 69-71)

Já a tradição grega – talvez por ser muito mais recente, sobretudo em comparação à egípcia, como sugere⁹⁸ Platão em sua obra *Timeu-Crítias* – simplificou a *constituição septenária* numa *constituição ternária*, porém, sem amputá-la em seus mais profundos

⁹⁴ O “Eu Superior”.

⁹⁵ Vina é um instrumento de cordas indiano semelhante ao alaúde.

⁹⁶ Os seis princípios significam que a personalidade, ou “Eu Inferior”, é aniquilada e a individualidade interna emerge e perde-se no sétimo ou Espírito.

⁹⁷ O discípulo unifica-se com *Brahma* ou *Atman*.

⁹⁸ “[...] Foi então que um dos sacerdotes já de muita idade lhe disse: ‘Ó Sólon, Sólon, vós, Gregos, sois todos umas crianças; não há um grego que seja velho’. Ouvindo tais palavras, Sólon indagou: ‘O que queres dizer com isso?’ ‘Quanto à alma (psique), sois todos novos’ – disse ele. ‘É que nela não tendes nenhuma crença antiga transmitida pela tradição, nem nenhum saber encanecido pelo tempo’”. (PLATÃO, *Timeu-Crítias*, p. 83)

significados. Foi chamado separadamente pelos gregos de “os três centros do homem” ou de “nous”, “psique” e “soma”, configurando juntos e interpenetrados o famoso *Caduceu de Hermes*⁹⁹ – numa mitológica alusão à consciência humana, única capaz de, como *Hermes*, subir ao *Olimpo* (Céu) ou descer ao *Hades*¹⁰⁰.

Desde os primórdios da cultura helênica que a palavra *Nous* tem designado, em geral, a “inteligência cósmica” que ordenou o universo, mas que também se encontra no homem, conferindo-lhe, dentre outras faculdades, a de aspirar à sabedoria. Na mitologia, está representado pela inteligência de Zeus, adquirida após engolir a deusa da *astúcia* e da *prudência*, a sua primeira esposa, a oceânide Métis. Não por coincidência, a partir deste “ato divino”, Zeus gestou em sua própria “cabeça” uma nova deusa, tuteladora da humanidade, que já nasceu adulta e pronta para o combate. Chamou-se *Atenas* – etimologicamente, do grego *Atheonóia* ou *theos* + *nous*, que significa “deusa da sabedoria”. De modo semelhante, porém, racional, *Nous* foi concebido também por Parmênides, em sua teoria sobre o “ser imóvel”, e por Anaxágoras, em suas concepções sobre onipresença no ética do *cosmos*. Em sua República, ao referir-se à *realidade inteligível*, Platão o situa como a “inteligência superior” do homem e o distingue em *diánoia* e *nóesis*. A *diánoia* se refere ao conhecimento matemático-geométrico; a objetos abstratos que são conhecidos por uma razão discursiva que procede por hipóteses; e a *nóesis* é a captação pura das *Ideias*, conhecidas pela intuição intelectual (ZENI, 2012). Aristóteles, por sua vez, diferencia-o das percepções sensoriais, concebendo-o como um tipo superior de entendimento humano. Enfim, para os gregos, de uma maneira ou de outra, *nous* é o próprio “cume do homem” ou a espiritualidade humana.

Simbolicamente representada na cultura grega pela figura de uma borboleta de asas translúcidas, o que sugere pureza, mas também instabilidade e frenesi em seu comportamento, *Psiquê* ou “Alma” é a dimensão do *Microcosmo Humano*, a partir da qual são vivenciadas as experiências humanas que estão para além do corpo físico, manifestadas através de uma complexa trama de emoções e pensamentos. Sendo assim, para os gregos, como afirma Livraga (s/d), ela era considerada o eterno elemento não educado do homem, oscilando perpetuamente entre bons e maus momentos que dependiam de casualidades ou de circunstâncias exteriores, mas sem possibilidade de manejo consciente por parte do próprio homem. Talvez por isso que, mitologicamente, eles a representaram sob a forma de uma linda e inocente

⁹⁹ O Caduceu de Mercúrio, o símbolo da medicina, representa os três canais sutis principais e centrais situados invisivelmente ao longo da coluna vertebral, sendo o local de confluência e distribuição de todas as energias captadas pelo corpo energético e pelos centros de força (chacras), consubstanciando assim na estrutura mais diretamente ligada à consciência comum e àquelas latentes. (BONTEMPO, 1995)

¹⁰⁰ Designa tanto o “Senhor do Submundo”, quanto o inferno grego.

jovem, de beleza sobrenatural, que não contendo seu desejo de saber com quem estava enamorada, acaba por descobrir que era consorte do próprio amor, fazendo-o sofrer pela sua desconfiança e sendo abandonado por ele. Assim, como nos conta o *mito de Eros e Psiquê*, ela terá de enfrentar corajosamente inúmeros desafios para superar a sua ingenuidade e conquistar a sabedoria, provando assim que merece ter de volta a companhia do seu eterno apaixonado, o poderoso *Deus do Amor*. O sentido do conto é bem claro: “Psiquê é o símbolo da Alma humana purificada pelas paixões e infelicidades e preparada a gozar, no Amor, uma felicidade eterna” (LIVRAGA, s/d, p. 13).

Movido por instintos, *Soma* era considerado pelos gregos a dimensão propriamente animal do homem, cujos reflexos obedecem a uma mecanicidade inteligente que o condiciona a pulsões, desejos e necessidades de ordem estritamente biológica. Era, pois, vista como a dimensão dos sentidos, das energias corpóreas e da materialidade da dor e do prazer do homem.

Enfim, seja através de uma *constituição septenária* ou de uma *constituição ternária*, podemos verificar que o homem foi concebido, pelo menos por três das mais exuberantes culturas de que temos conhecimento, como um ser constituído por uma *dimensão superior*, reconhecida como *essencialmente humana*, porque espiritual, infável, incorruptível, atemporal, eterna e incognoscível; e uma *inferior*, reconhecida como *aparentemente humana*, porque perecível, efêmera, transitória, temporal, empírica e fenomenológica. Sendo assim, afirmavam que daquela primeira emana as verdadeiras potências do homem – as virtudes e os valores; e desta última nascem todos os desafios que demarcam a sua condição existencial, a começar pela finitude que lhe é imposta inexoravelmente, e com a qual deve aprender a lidar. Se pelos hindus e egípcios esta *dimensão superior* foi chamada de “Tríade Espiritual”, os gregos, grosso modo, denominavam-na de “Eu Humano”, uma vez que para eles a verdadeira identidade do homem não se encontrava na sua expressão psicossomática ou inferior – conhecida como “Eu Animal” –, mas na misteriosa interseção entre a sua dimensão noética e psíquica. Eis porque mitologicamente aludiam à figura equilibrada do *Centauro*¹⁰¹, símbolo da animalidade conduzida pela parte humana, ao homem que governava seu “Eu Animal” através do seu “Eu Humano”; e a figura monstruosa do *Minotauro*¹⁰², símbolo da submissão da parte humana à animalidade dos instintos e das emoções descontroladas, ao homem governado pelo seu “Eu Animal”.

¹⁰¹ Na mitologia grega, os centauros eram seres mitológicos com corpo de cavalo e tronco e cabeça de ser humano.

¹⁰² Segundo a mitologia grega, o Minotauro era um ser com cabeça e cauda de touro e corpo de homem que habitou um labirinto na ilha de Creta.

Na verdade, para muitos povos da Antiguidade, o homem nunca foi um animal, sendo considerado um ser cuja essência sequer pertence a este reino, isto é, um ser cuja identidade situa-se numa dimensão muito para além de sua aparência animal e seu enigmático psiquismo. Como contraparte, era concebido filosoficamente como um ser dotado de faculdades transcendentais, e por isso mesmo, capaz de elevar sua própria consciência ao patamar de uma compreensão holística da realidade, de superar os seus múltiplos condicionamentos existenciais e de harmonizar-se consigo mesmo e com tudo que lhe rodeia. Assim, quer seja de uma maneira prática, através de técnicas iniciáticas, como fizeram os hindus e egípcios; quer seja de uma maneira racional e direta, fazendo perceber com exemplos claros a vivência interior, como fizeram os gregos; quer seja relacionando o homem com os deuses, o cosmos e a natureza terrestre, como fizeram todos os antigos, sempre se procurou desentranhar os mistérios do homem (LIVRAGA, s/d).

Porém, vale ressaltar que, nestas tradições, esta dualidade que conforma a existência humana – que bem se assemelha a formulação foucaultiana de homem como um “duplo empírico-transcendental”¹⁰³ – nunca foi vista como constituída por duas dimensões inconciliáveis, mas hierarquicamente dispostas no homem, conforme as leis da natureza que regem a sua evolução. Neste sentido, o homem é, pois, “uma encruzilhada existencial”, um ser dividido, de natureza conflituosa, pelo menos enquanto não fizer imperar, consciente e harmonicamente, a sua dimensão *triádica* ou *noética* sobre a sua dimensão *quaternária* ou *psicossomática*. Para tanto, terá de fazer de si mesmo um “campo de batalha”, uma vez que sua parte humana somente emergirá das circunstâncias temporais nas quais está submersa, quando a sua consciência começar a conquistar esforçadamente *o terreno do atemporal*. Em outras palavras, é implícita ou explicitamente axiomático em todas as tradições filosóficas, que a *guerra interior* é, por excelência, o impostergável processo o qual todo homem terá de buscar conscientemente, caso queira humanizar-se, pois, para estas antigas culturas, o humano de um homem somente nascerá quando a consciência dele se posicionar numa altura tal de si mesmo, que as virtudes e os valores atemporais, imperando sobre a sua personalidade, tornem-se a razão fundamental de sua existência. Decerto, isso explica porque os mestres de sabedoria de todos os tempos sempre asseveraram que a espiritualidade leva à realização humana, bem como justifica porque o conteúdo de seus ensinamentos são, em geral, os mesmos, configurando assim uma *ética atemporal*. Isto é, tanto a vida dos mestres quanto os

¹⁰³ A figura do homem moderno enquanto um duplo empírico transcendental, tal como a caracteriza Michel Foucault, principalmente na introdução à Antropologia de um ponto de vista pragmático de Kant. Segundo esse filósofo, nossa modernidade é marcada pela descoberta kantiana do transcendental. Desde então, o homem pode ser pensado tanto empiricamente quanto transcendentemente.

ensinamentos por eles deixados, independentemente de como estes foram registrados, são meios de transmissão de uma *Moral Transcendental* que podemos encontrar em todas as civilizações e em todos os povos, desde os mais antigos até os mais recentes.

No limite vivencial desta moral, por exemplo, Sócrates preferiu a morte a se retratar ante os atenienses que o acusaram de negar os deuses e corromper a juventude; Leônidas enfrentou, com seus 300, as incontáveis hordas persas de Xerxes; e Epicteto falou sobre a “arte de viver”, mesmo sendo constantemente mal tratado pelo seu proprietário. Inspirado nos fundamentos epistemológicos dela decorrentes, Pitágoras fundou o *Museu*; Platão, a *Academia*; Aristóteles, o *Liceu*; Zenão, a *Stoa*; Epicuro, o *Jardim*; e Plotino, a *Escola dos Filaleteus*. Fundamentados em suas nuances cosmológicas, os antigos povos construíram suas pirâmides, seus templos e seus calendários astrológicos; desenvolveram sua geometria sagrada, sua educação pautada em valores espirituais e suas *escolas iniciáticas*. Ademais, foi com base em seus *arquétipos*, que o poeta e escritor espanhol Miguel de Cervantes criou o idealista *Dom Quixote*; que o gênio da Renascença, Leonardo Da Vinci, desenhou o enigmático *Homem-Vitruviano*; que o magistral compositor, Amadeus Mozart, compôs a magnífica *A Flauta Mágica*. Enfim, foi com base em seus pressupostos racionais, que o filósofo Immanuel Kant, em sua *metafísica dos costumes*, fez surgir uma nova versão da antiga *Regra de Ouro* dos grandes mestres de sabedoria – que por sinal, hoje, para nossa atual maneira de viver deveria ser muito cara. Eis os seu *Imperativo Categórico*: “Aja apenas segundo a máxima que você gostaria de ver transformada em lei universal”.

Igualmente, por meio de orientações muito práticas e objetivas, porém, sem os floreios racionais característicos do pensamento ocidental, esta *Moral Transcendental* repousa solenemente em grande parte das obras da literatura oriental, especialmente nos *Upanishads*: “Mate o desejo de viver”, “Este desejo se concentra apenas no corpo, o veículo do eu materializado, e não do Eu que é eterno, indestrutível, que não mata nem pode ser morto” diz Krishna a Arjuna no *Katopanishad*; “Mate a sensação”, “Olhe do mesmo modo para o prazer e a dor, o ganho e a perda, a vitória e a derrota.”, e ainda “Busque refúgio apenas no Eterno”, ensina o *Sutta Nipata*. “Destrua o sentido de separatividade”, “A mente (*Manas*) que segue os sentidos oscilantes torna a alma (*Buddhi*) tão indefesa quanto o barco que o vento leva à deriva pelas águas”, repete Krishna de muitas maneiras diferentes no *Bhagavad Gîtâ* (BLAVATSKY, 1983). Do mesmo modo, a encontraremos fundamentando o *Budismo*, especialmente nas *Quatro Nobres Verdades* e no laborioso *Caminho Óctuplo* assinalados por esta doutrina, cujo propósito é levar o caminhante à libertação – não da dor, mas do sofrimento engendrado pelo inerente egoísmo de sua personalidade. Diz o *Dhammapada*:

“Indo do lar para o sem-lar, o caminhante deve abandonar todos os estados obscuros e cultivar os brilhantes. Ele deve buscar o grande prazer do desapego (Nibbana¹⁰⁴), tão difícil de ser gozado. Desistindo de prazeres sensuais, sem impedimentos, deve se purificar das impurezas da mente” (*Pandita Vagga*, 6,12). Já na versão tibetana desta doutrina, esta moral, bem como o caminho filosófico que a sustenta, foram expressos sob a forma de inúmeros “preceitos de ouro”, tais como:

Ai de ti, portanto, discípulo, se houver um só vício que ainda não abandonaste; porque então a escada cederá e te derrubará. O pé desta escada se apóia na lama profunda dos teus pecados e falhas, e, antes que tu possas tentar atravessar este amplo abismo de matéria, tens que lavar os teus pés nas Águas da Renúncia. Cuida para não pôr um pé ainda sujo no primeiro degrau da escada. Ai daquele que ousa sujar um degrau com pés enlameados. O barro mau e pegajoso seca, torna-se resistente, e então gruda os seus pés naquele ponto. E, assim como um pássaro preso pela isca do caçador astuto, ele fica impossibilitado de obter mais progresso. Os seus vícios tomam forma e o arrastam para baixo. Seus pecados erguem suas vozes como a risada e o soluço do chacal depois que o sol se pôs. Os seus pensamentos se tornam um exército e o levam para longe como um escravo e um prisioneiro. Mata teus desejos, Lanu, torna teus vícios impotentes, antes que seja dado o primeiro passo da viagem solene. Estrangula os teus pecados e torna-os mudos para sempre, antes de erguer um pé para subir pela escada. Silencia os teus pensamentos e fixa toda tua atenção em teu Mestre¹⁰⁵, que ainda não vês, mas sentes. Funde os teus sentidos em um só sentido, se queres estar seguro contra o inimigo. É por este sentido apenas – que está escondido dentro do vazio do teu cérebro – que o caminho íngreme até o teu Mestre pode ser revelado diante dos teus olhos turvos. (*A Voz do Silêncio*, 2005, p.75)

Entretanto, nenhuma proposição filosófica oriental iluminou tanto “o campo de batalha” que terá de se transformar o homem, na vivência desta moral, como a encontrada no *Bhagavad Gîtâ*. Segundo Livraga (s/d, p. 28) “o *Bhagavad Gîtâ* representa o Homem e sua luta, toda a humanidade e sua luta para alcançar uma dimensão atemporal, para fazer suas as vivências e estados mais profundos do espírito”. Nesta obra, considerada uma das mais antigas da história, o príncipe *Arjuna* é desafiado pelo seu próprio destino a reconquistar *Hastinapura*, a “cidade da sabedoria”, tomada de assalto pelos seus parentes, os ambiciosos *Kuravas*. Orientado por Krishna, e reconhecendo que terá realmente que lutar contra aqueles que, pouco antes, eram seus “pares”, organiza um poderoso exército de *Pandavas*, e com estes aliados, dirige-se ao *Kurushetra*¹⁰⁶, terreno do inimigo, para o tão esperado combate. Assim,

[...] de um lado, na vasta planície queimada pelo sol, os elefantes e cavalos preparados para a luta. Resplandecem as armas empunhadas pelas mãos nervosas

¹⁰⁴ Nibbana é a denominação para a libertação transcendente e singularmente indescritível que é o objetivo final dos ensinamentos do Buda.

¹⁰⁵ Eu Superior.

¹⁰⁶ Campo de batalha.

dos guerreiros kuravas. As bestas resfolegam, soam as conchas místicas, treme a vida, e a morte sorri esperançosa. No meio, temeroso, conduzindo seu carro de ouro e pedras preciosas, está Arjuna. Atrás dele, o exército dos seus pandavas, brilhantemente disposto como seus inimigos e tão poderoso quanto eles (LIVRAGA, s/d, p. 30).

No Ocidente, a tradição filosófica grega, em seus alvares, muito influenciada pelas culturas egípcia e hindu, foi a fiel representante desta moral universal. Os gregos, por exemplo, à época de Sócrates, ou seja, após perderem o antigo senso cosmológico de orientação na vida, em que a ordem da existência humana aparecia como uma imagem do cosmos, fizeram emergir a filosofia como tentativa de encontrar um novo princípio ordenador já não na contemplação do Universo visível, mas na interioridade da alma (CARVALHO, 2012). Para Platão, por exemplo, um homem é tão mais humano quanto mais justa for a sua ordem política interior e exterior, isto é, quanto mais intensa for a luz do Bem projetada sobre sua consciência, permitindo-lhe contemplar o seu próprio Ser e pautar as suas ações conforme as exigências morais da ideia contemplada. Em outras palavras, ao definir o conceito de justiça em sua República, o qual foi concebido como a principal *virtude* do indivíduo e da sociedade, Platão assinala que o homem deve buscá-la na ideia do Bem, não só porque ela o realizará individual e socialmente, mas porque o mais feliz dos homens é o sábio, pois o sábio, por conhecer o *Bem*, é o mais justo.

Aristóteles, por sua vez, apesar de contrapor-se às concepções *eidônicas*¹⁰⁷ de seu mestre, afirma também que o homem humaniza-se somente através do exercício das *virtudes*, neste caso, através de sua prática cotidiana, habitual, uma vez que elas são, por excelência, o caminho moral para se alcançar a verdadeira liberdade, bem como para conquistar a felicidade – considerada por ele, o *Bem Supremo*. Em sua *Ética a Nicômaco*, afirmou “o estagirita”:

Refiro-me à virtude moral, pois é ela que diz respeito às paixões e ações, nas quais existe excesso, carência e um meio-termo. Por exemplo, tanto o medo como a confiança, o apetite, a ira, a compaixão e, em geral o prazer e a dor, podem ser sentidos em excesso ou em grau insuficiente; e, num caso como no outro, isso é um

¹⁰⁷ "Platão descobre que para aproximar-se das coisas é preciso reconhecê-las como tais e que esse reconhecimento se faz mediante um acompanhamento de seus contornos, de suas linhas-limites, de seus aspectos, de sua aparência, o que na língua grega de Platão se diz com as palavras *eídos* e *ideia*. Seguir as ideias das coisas significa seguir os limites de seu contorno." (SCHUBACK, 1999, p. 172) . Esse limite não vem do ver da nossa visão, mas do já ter visto na medida em que já vigoramos em tudo que se dá a ver, retraindo-se, velando-se. Por isso podemos ter ideias e não ficar presos ao que já se conheceu e viu. É o poder ver no já visto o não-visto, isto é, no passado o presente do futuro. É isso o ideal. Tal nos advém por vigorarmos no Ser. Somos entre-ser, ou seja, o sendo no limite e não-limite do Ser (Dicionário de Poesia e Pensamento In: Google).

mal. Mas senti-los na ocasião apropriada, com referência aos objetos apropriados, para com as pessoas apropriadas, pelo motivo e da maneira conveniente, nisso consistem o meio-termo e a excelência característicos da virtude. Analogamente, no que tange às ações também existe excesso, carência e um meio-termo. Ora, a virtude diz respeito às paixões e ações em que o excesso é uma forma de erro, assim como a carência, ao passo que o meio-termo é uma forma de acerto digna de louvor; e acertar e ser louvada são características da virtude. Em conclusão, a virtude é uma espécie de mediania, já que, como vimos, ela põe a sua mira no meio-termo. Por outro lado, é possível errar de muitos modos (pois o mal pertence à classe do ilimitado e o bem à do limitado, como supuseram os pitagóricos), mas só há um modo de acertar. Por isso, o primeiro é fácil e o segundo difícil — fácil errar a mira, difícil atingir o alvo. Pelas mesmas razões, o excesso e a falta são característicos do vício, e a mediania da virtude: Pois os homens são bons de um modo só, e maus de muitos modos (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, p. 38).

No entanto, nenhuma escola moral universalista do Ocidente levou ao extremo a ideia de se alcançar uma ordem interior através da prática das virtudes, como o Estoicismo. Nascida na Grécia no século III a. C., e conhecida como a *Filosofia do Pórtico*, procurou ensinar que o homem não possui uma natureza submissa às circunstâncias, ao contrário, o tomava como um ser superior, capaz de se impor através da razão e da vontade ao meio circundante, não devendo se deixar vencer nem pelos prazeres e honrarias, nem pelas opiniões alheias, dores e desgraças humanas. Proclamava, pois, a guerra interior, isto é, o domínio das paixões como a verdade essencial de sua doutrina moral. Nas palavras bem ilustrativas de Condorcet, citado por Livraga (s/d, p. 210):

Os estóicos fizeram consistir a virtude e a felicidade na posse de uma Alma insensível perante o prazer e a dor, livre de todas as paixões, superior a todos os temores, não reconhecendo outro bem que não fosse a virtude, nem outro mal que não fosse o remorso. Acreditavam que o homem tinha poder de sobra para atingir tal altura de desenvolvimento de uma vontade firme e constante e que assim, independente da fortuna e sempre dono de si mesmo, chega a ser inacessível ao vício e à desgraça.

Posto este breve panorama acerca de como as antigas tradições concebiam o homem e o sentido potencial de sua existência, não seria a *Teoria do Conhecimento*, nestes termos, a “chave” que abre a própria *trilha da sabedoria* que conduz o homem ao conhecimento de si mesmo? Em outras palavras, sendo o homem, dentre todos os seres desta orbe, o único que não nasce pronto; a *natureza humana* um manancial de potencialidades latentes, capazes de transmutar o “animal racional” num “super-homem”; esta última uma condição somente alcançável através da sabedoria, uma vez que reconhecidamente os verdadeiros “super-

homens” da história são Jesus, Sidharta, Krishna, Orfeu¹⁰⁸, Confúcio, Lao-Tsé, Sócrates, Vyasa, Inhotep, dentre outros sábios; e, finalmente, sendo que um “sábio” é para um homem, o que uma “borboleta é para uma lagarta – o que fundamentalmente precisamos conhecer? Isto é, “quem investigará o bem ensinado Caminho da virtude, como um perito em fazer grinaldas, ao escolher as flores?” (*Puppha Vagga*, 4:1).

Por fim, vale aqui ressaltar, para melhor esclarecer, que a referida *dimensão inferior*, nunca foi considerada por estas tradições como a “dimensão maligna” do homem, já que se encontra quase sempre inclinada às “tentações do mundo”, como se apregoa em alguns discursos religiosos; nem os seus arroubos de desejo são meras casualidades existenciais. Ao contrário, se ela tende à inclinar-se às necessidades “mundanas”, é justamente porque os seus componentes são *imanências* da matéria, respondendo cada qual a leis harmônicas de sobrevivência e a mecanismos dinâmicos e inteligentes que lhes são peculiares e que foram aperfeiçoados atavicamente pela natureza de acordo a finalidades que concerne à evolução humana. A harmonia do *veículo físico*, por exemplo, é a *lei fundamental* de todo o complexo orgânico do corpo humano, uma vez que o seu *equilíbrio homeostático*¹⁰⁹ é sustentado pelo esforço de convivência cooperativa por parte dos seus mais diferentes componentes, desde os corpúsculos intracelulares até os mais sofisticados tecidos – todos a cumprir dinamicamente os seus respectivos papéis, que lhes foram conferidos pela sempre justa Natureza. Do mesmo modo acontece com a unidade harmônica dos veículos *energético, emocional e mental*, apesar destes serem constituídos por substâncias cuja “homeostase” é ainda mais complexa. Além disso, como todos obedecem a uma finalidade evolutiva que transcende as suas necessidades particulares, por mais que constituam *unidades harmônicas em si*, encontram-se *articulados entre si*, conformando uma unidade ainda maior, conhecida genericamente como “quaternário”, ou simplesmente “personalidade”, em sua acepção latina. Esta unidade, por sua vez, funciona dinamicamente a partir de uma *convivência naturalmente hierarquizada* entre seus componentes, em que os ditames dos mais sutis imperam sobre os dos mais densos –

¹⁰⁸ Na cultura grega Arcaica, Orfeu é precursor da poesia e da música, sendo estas consideradas reveladoras da verdade eterna. Nos santuários de Apolo que possuíam a tradição órfica era celebrada uma festa misteriosa durante o equinócio da primavera em homenagem ao nascimento de Orfeu, “pai dos híbridos”, “salvador melodioso dos homens”, “imortal”, “três vezes coroado nos infernos, na terra e nos céus”. Na mitologia Grega, Orfeu, filho de Apolo e uma sacerdotisa do templo, conquistou o seu nome de iniciação após vinte anos de provas no Egito com os sacerdotes de Mênfis, e o recebeu de seus mestres como símbolo de sua missão. O nome Orfeu ou Arpha significa “o que cura pela luz”. Segundo Schuré (1956, p. 79) “Orfeu brilha através das épocas como o raio pessoal de um gênio criador, cuja alma vibrou de amor em suas masculinas profundidades pelo Eterno-Feminino, e em cujas recônditas profundezas respondeu-lhe esse Eterno-Feminino que vive e palpita sobre a tríplice forma na natureza, na Humanidade e no Céu”

¹⁰⁹ Homeostase é a condição de relativa estabilidade da qual o organismo necessita para realizar suas funções adequadamente para o equilíbrio do corpo.

haja vista que os gregos reiteradamente afirmavam "mente sã, corpo são", e não o contrário. Porém, são apenas "veículos", "meios de expressão", ou ainda, "máscaras", conforme a tradição grega arcaica nos assinala, cujo sentido é oferecer ao "ator" as *condições justas e necessárias* para que o mesmo, atuando *tragicamente no* "teatro do mundo", pudesse se expressar de modo a conquistar a sua verdadeira identidade, o que somente aconteceria quando a sua *aparência* se tornasse o fiel reflexo de sua *essência*. Daí o porquê de Hesíodo e Platão chamarem o "homem pleno de virtudes", de "Homem de Ouro", numa alusão evidente à rara propriedade deste mineral de se mostrar harmônico em sua própria estrutura interna e externa.

Eis que por sermos "homens de plástico", uma vez que plastificamos nossos sonhos e afetos em favor de uma tal felicidade de aparências, "comicamente" nos identificamos mais, não com o ator, mas com as "máscaras" que temporariamente estamos usando – de um modo tal que acreditamos realmente *ser* elas próprias, mesmo em suas deformidades e delírios. Na verdade, como ignoramos o que somos em profundidade nem perguntamos filosoficamente o porquê de estarmos vivos, não buscamos conhecer o "devido lugar" que cada componente da nossa personalidade deveria ocupar e a "quem" todos deveriam obedecer, para que pudéssemos, através de uma ordem interior, conhecer o *caminho da sabedoria*. Em outras palavras, negligenciamos as grandes perguntas da existência – e como geralmente o "corpo físico" quer conhecer somente aquilo que lhe dá prazer; o "corpo emocional" aquilo que lhe agita; e o "corpo mental" aquilo que lhe envaidece – confundimos desinformação com informação, informação com conhecimento, e conhecimento com sabedoria, o que nos leva também a desconhecer o que deveríamos conhecer para nos realizarmos humanamente. Contra este desconcerto, recomenda um preceito de ouro tibetano:

Antes que a Alma possa ver, a Harmonia interior deve ser alcançada e os olhos físicos precisam ficar cegos para toda ilusão. Antes que a Alma possa ouvir, a imagem (o homem) deve tornar-se surda tanto para rugidos como para sussurros, e tanto para o bramido dos elefantes quanto para o leve zumbido do vaga-lume dourado. Antes que a Alma possa compreender e possa lembrar, ela deve estar unida ao Orador Silencioso, assim como a forma pela qual a argila é modelada se une, primeiro, à mente do oleiro. Porque então a Alma irá escutar, e ela lembrará. E então falará, ao ouvido interno, A Voz do Silêncio. (*A Voz do Silêncio*, 2005, p.59)

Em outras palavras sagradas, "o amor pela inteligência, sem o amor pela sabedoria, degenera em frivolidade" (*Analectos*, 8:68) e o "excesso de conhecimento conduz ao esgotamento e não é melhor do que manter-se no centro" (*Tao Te King*, cap. 5). Pois, "em verdade, a visão do pensamento começa a enxergar com agudeza quando a dos olhos tende a

perder sua força” (PLATÃO, *O Banquete*, p.45). É por isso que “cuidadoso entre os descuidados, completamente desperto entre os adormecidos, o sábio avança como um cavalo rápido, deixando o pangaré fraco para trás” (*Appamada Vagga*, 2:9).

No entanto, a sociedade moderna, tracionada pelos “cavalos-de-potência” de sua vertiginosa *indústria cultural*, com suas poderosas técnicas de desinformação de massa, tem limitado o acesso da nossa consciência aos conhecimentos dos planos biológico e psicológico da condição humana. Assim, o que mais temos assistido atualmente é perda de consciência moral, espiritual; um verdadeiro fechar-se do homem, ainda que intelectualmente, no *Eu Animal*. Em outras palavras,

a indústria cultural transformou-se num conjunto de proposições protocolares e, por isso mesmo, no profeta irrefutável da ordem existente. Ela se esgueira com maestria entre os escolhos da informação ostensivamente falsa e da verdade manifesta, reproduzindo com fidelidade o fenómeno cuja opacidade bloqueia o discernimento (ADORNO & HORKHEIMER, 1947, p. 70).

Destarte, presos neste “labirinto epistemológico” a que chamamos “civilização cognitiva”¹¹⁰, de modo infantil, congratulamo-nos por conhecer aquilo que “não conhecemos” e por relativizar tudo aquilo o que não cabe em nossos laboratórios, como se as transitórias verdades *empiricamente comprovadas* por instrumentos de medição, valessem mais do que as atemporais verdades *vivenciadas* pelos filósofos e sábios da Tradição.

Assim, desde os tempos modernos, vivemos orientados pelo utilitarismo de conhecimentos os quais privilegiam explicações acerca de como funciona quase tudo – de elétrons a galáxias – e por conhecimentos filosóficos que pouco oferecem condições reais de aprimoramento moral, uns e outros quase sempre insuficientes para explicar como “funciona” a vida internamente e como ela pode ser vivida com vontade, amor e inteligência. Se bem que a vida humana tem sido sim explicada, contudo, sempre que o seu funcionamento for explicado a partir de uma ótica materialista – que tenderá a relativizá-la e exteriorizá-la incansável e insustentavelmente, atribuindo-lhe sentidos *a la carte* e *carpe diens* de todos os tipos, ou como em muitos casos, negando-lhe um sentido –, quase nada de sua dimensão mais profunda será apresentada e, conseqüentemente, pouco contribuirá tal explicação para a conquista do equilíbrio, da sobriedade e da clareza, tão necessárias para vivermos em harmonia com nós mesmos e com tudo que nos envolve. Com efeito, parece que neste emaranhado de teorias instrumentais biológicas, filosóficas, psicológicas, antropológicas etc, acerca do homem e de tudo que tange a sua existência no mundo, confusos, perdemos a noção do que é prioritário conhecer para a constituição de uma “sã consciência” e de uma “boa

¹¹⁰ Assim considerada pela Comissão que elaborou o Relatório da UNESCO.

vida”, aqui entendida a partir do atemporal conceito aristotélico de *felicidade*, que é igualmente concebido em todas as tradições filosóficas – a saber, o de eudaimonia ou “vida soberana”, “vida que vale a pena ser vivida por si só”, isto é, sem adaptações ontológicas, improvisos vocacionais ou qualquer tipo de condescendência àquilo que não seja moralmente aceitável; enfim, “vida virtuosa”.

Entretanto, se nos alvares da Modernidade não tivemos como vislumbrar a que ponto chegaríamos com a busca desenfreada e “irracional” pelo conhecimento, hoje podemos constatar que muito do que foi conhecido, a altos custos humanos e ecológicos, é estéril e desnecessário para se alcançar a tão sonhada felicidade, e também extremamente perigoso para homens espiritualmente flagelados. Isto é, esta busca, por mais que tenha nos levado à opulência material, à ampliação da longevidade e ao advento de tecnologias capazes de resolver muitos problemas humanos, paradoxalmente, levou-nos a criar outros tantos, a impor, através de descobertas atômicas, o pavor da destruição da humanidade pela própria humanidade e a “pasteurizar”, quase que globalmente, um “way of life” antiestético, injusto e destrutivo. Ademais, esquecemos do “Minotauro”, sequer lembramos de que entramos no labirinto para combatê-lo. Ao invés disso, parece que nos tornamos seus aliados, quando não, seus serviçais. Talvez por isso negligenciamos o “fio de Ariadne”¹¹¹, que ainda se encontra amarrado em nossas mãos e que poderia nos lembrar da original razão pela qual entramos no labirinto. Se bem que Platão já nos alertava acerca dessa dificuldade que os homens têm de sair da caverna, mesmo se conseguissem ver a luz que se projeta fora dela. Em sua fulgurante metáfora epistemológica, conhecida como *Mito da Caverna*, disse pelos lábios de seu mestre Sócrates:

Considera agora o que lhes acontecerá, naturalmente, se forem libertados das suas cadeias e curadas da sua ignorância. Que se liberte um desses prisioneiros, que seja ele obrigado a endireitar-se imediatamente, a voltar o pescoço, a caminhar, a erguer os olhos para a luz: ao fazer todos estes movimentos sofrerá, e o deslumbramento impedi-lo-á de distinguir os objetos de que antes via às sombras. Que achas que responderá se alguém lhe vier dizer que não viu até então senão fantasmas, mas que agora, mais perto da realidade e voltado para objetos mais reais, vê com mais justeza? Se, enfim, mostrando-lhe cada uma das coisas que passam, o obrigar, à força de perguntas, a dizer o que é? Não achas que ficará embaraçada e que as sombras que via outrora lhe parecerão mais verdadeiras do que os objetos que lhe mostram agora? (PLATAO, *A República*, p. 298)

¹¹¹ A filosofia

Tendo em vista este rápido balanço, e dada a confusão epistemológica que nos acomete atualmente, é mister que reconheçamos francamente o que realmente precisamos *aprender a conhecer: a espiritualidade humana* – porém do tipo sã, filosófica, semelhante àquela que Livraga (s/d) assinala ao referir-se a Arjuna, o herói do Bhagavad Gitâ. Qual seja: a espiritualidade do tipo que nos leve a expressar amor pela humanidade sem que precisemos nos entrincheirar em nenhum credo religioso; que nos leve a ver a *Verdade* para tornar positiva a nossa luta para a conquista de nós mesmos; enfim, que nos leve a batalhar pelo êxito atemporal das virtudes, isto é, batalhar não mais por uma fração, mas pelo todo.

Cabe agora, portanto, sairmos pela mesma “porta” através da qual entramos neste “labirinto”, isto é, pela porta do conhecimento; desta vez, *superior*. Antes, porém, aprendamos a combater o “Minotauro” de nós mesmos. Para tanto, comecemos logo a discernir, para melhor aproveitarmos tudo o que de real valor conhecemos e evitarmos austeramente tudo o que deprecia e atravanca o aperfeiçoamento moral da humanidade. E já que alargamos “infinitamente” as fronteiras do conhecimento humano, seria sensato, pois, investigarmos, mais a fundo, a mencionada *Senda do Conhecimento Superior*, que sempre permaneceu incólume sob a “cortina de fumaça” do materialismo de todos os tempos, isto é, a trilha deixada pelos grandes “mestres da vida”, sábios e verdadeiros filósofos, cujos ensinamentos atemporais nos atentam ao que a vida decerto sempre solicitou que nós *aprendêssemos a conhecer: valores, virtudes, enfim sabedoria*.

5. APRENDER A FAZER

Um velho mestre-de-obra estava pronto para se aposentar. Ele informou ao chefe que estava cansado e desejoso de sair da indústria de construção e passar mais tempo com sua família. Ele ainda disse que sentiria falta do salário, mas realmente queria se aposentar. A empresa não seria muito afetada pela saída do mestre-de-obra, mas o chefe estava triste em ver um bom funcionário partindo e então lhe pediu para trabalhar em mais um projeto como um favor. O mestre-de-obra concordou, mas era fácil ver que ele não estava entusiasmado com a idéia. Ele prosseguiu fazendo um trabalho de segunda qualidade e usando materiais inadequados. Foi uma maneira negativa dele terminar sua carreira. Quando ele acabou, o chefe veio fazer a inspeção da casa e, entregando-lhe uma chave, disse ao mestre-de-obra: — Essa é sua casa. Ela é o meu presente para você.

Um sábio rei encarregou uma equipe de funcionários para escrever uma História dos trabalhadores mais ilustres do Reino. Os encarregados, então, lançaram-se a investigar a vida e obra de todos os engenheiros, arquitetos, carpinteiros, professores, músicos, cozinheiros, etc do reino. Ao final de muitos anos, apresentaram ao rei um conjunto de quarenta volumes. Mas o rei já estava com sessenta anos. Não teria tempo para ler tantos livros. Pediu-lhes então o seguinte: — Por favor, reduzam essas biografias para metade, talvez assim eu as consiga ler. Os encarregados, passados alguns anos, apresentaram vinte volumes. Mas o rei, já com setenta anos, disse-lhes: — Ainda é muito. Por favor, resumam tudo isso ao máximo. Resumir não foi fácil, mas conseguiram redigir um único volume. Quando o trabalho estava já feito, o rei entrou em agonia. Murmurou: — Resumam tudo isso em poucas palavras. Então os encarregados murmuraram aos ouvidos do rei.— Todos trabalharam muito e com competência. O rei, agonizante, ainda teve voz para perguntar: — E deixaram o mundo melhor do que o encontraram?

Desde que o Universo foi criado ou se autocriou que tudo nele trabalha, pois todo Existente só existe por causa do trabalho de construção da suprema obra de arte daquele que, em trabalho, foi criado; ou através dele, autocriou-se. Desde que o mundo foi criado pelo Universo que tudo nele trabalha artisticamente em função do seu trabalho circular de se fazer arte criada, dentro da suprema obra de seu Criador. E desde que o homem foi criado pelo mundo, ou no mundo, que ele trabalha para conhecer-se a si mesmo e o trabalho artístico daquele que criou seu artista criador, porque, refletidamente, reconhece-se também como sua obra de arte. Neste sentido, se tudo que existe foi criado e somente pode existir se trabalhando, uma vez que as coisas e os seres que existem são o sumo-trabalho do conhecimento e da construção de si mesmos, como tudo, o homem é, portanto, o próprio artista da obra de arte que é. Porém, um artista “desperto”, pois dentre tantos que nesta orbe se

trabalham a si mesmos inacabadamente, parece ser o único que tem de fazê-lo sem a certeza de que o seu trabalho de se construir artisticamente está de acordo com os cânones artísticos da *Criação Universal*. Eis por que o trabalho humano é o impreciso cinzel que esculpe o homem, e a filosofia, a sua “mestra-escultora” – única capaz de orientá-lo a decidir por entalhar-se a si mesmo com precisão e esmero, a permanecer esculpindo ilusões.

Do latim *facere* (*facio-ere*), a palavra fazer é sinônimo de *realizar, executar, construir, compor, fabricar, produzir, concluir*, designando, enfim, todo “trabalho criador”, que é uma de suas acepções mais recorrentes. Porém, é curioso notar que o sentido polissêmico da palavra *fazer* não encontra consonância semântica com a etimologia da palavra *trabalho*. Isto pois, se a primeira é designativa de todo ato criativo e transformador, manifestado através de um sentimento estético, como evidencia a origem etimológica da palavra *poesia* (do grego *poien*, fazer); a segunda, assinala geralmente um sentido de “castigo”, uma vez que etimologicamente provém da palavra latina *tripalium*, “três paus”, que denominava uma antiga ferramenta agrícola que, decaída em sua utilização, transformou-se num instrumento de penitência utilizado pelos romanos para surrar prisioneiros e escravos. Por essa razão, cabe aqui, de modo sintético e propedêutico, subscrever algumas breves notas sobre como o *afazer excelente do homem* foi vinculado à “tortura”, bem como sobre algumas “entrelinhas históricas” desta curiosa vinculação.

Como vimos, a etimologia da palavra trabalho é latina. Entretanto, uma investigação mais atenta sobre a cosmovisão dos antigos romanos, certamente, nos levará a perceber que os mesmos, não tiveram autênticas razões antropológicas – pelo menos a partir das matrizes culturais as quais se “apaixonaram edipianamente” e das quais são legítimos herdeiros – para vincular o *natural* afazer do homem à ideia de “castigo” ou “penitência”. A menos que esta vinculação tenha sido resultante de uma corrosão dos seus mais altivos valores e ideais.

Em outras palavras, em períodos arcaicos, como idealisticamente os gregos e os seus “filhos”, os romanos, conceberam as sociedades em que viviam como um “espelho” de uma *Ordem Cósmica*, a organização das mesmas, quanto à disposição dos seus diferentes papéis sociais, acabou refletindo, ainda que com certa opacidade, a própria hierarquia da Natureza. Com isso, grosso modo, surgiu uma “divisão natural do trabalho” que valorizava hierarquicamente tanto os *afazeres nobres* (*ergon*, para os gregos; *opus*, para os romanos) quanto os *afazeres ordinários* (*ponos*, para os gregos; *labor*, para os romanos) – cada um dos quais congregando campos de atividades que lhe eram concernentes, de acordo com suas qualidades técnicas e morais, isto é, assim considerados “nobres” ou “ordinários”, porque, se para o exercício daqueles exigia-se geralmente um apuramento técnico associado a uma

elevada *dignidade moral*; para o exercício destes, quase nada se exigia disto, ou apenas o necessário para a prática dos mesmos com certa eficiência. Entretanto, decaído esse *ideal hierárquico* inspirado na Natureza, por força dos próprios movimentos ciclotímicos da história, esse reflexo social, outrora fundamentado numa *metafísica moral* que remontava às mais profundas raízes históricas destas tradições, antes apenas opaco, desfigurou-se. Isto é, adquiriu feições materialistas, sendo então seus afazeres enaltecidos ou menosprezados de acordo com o estatuto econômico que adquiriram socialmente, e conforme, respectivamente, a menor ou maior demanda de esforço físico utilizado para a sua execução. Destarte, podemos depreender que, mesmo antes do trabalho ser considerado genérica e nominalmente um “castigo-penitência”, alguns afazeres já haviam sido aviltados nestas sociedades, sendo seus “trabalhadores”, desprestigiados social e politicamente, sobretudo porque o escravismo, enquanto instituição lógica desta época, também desfigurou-se. Em Roma, por exemplo, já na segunda metade do período republicano, verificou-se uma progressiva desvalorização dos afazeres ordinários, de responsabilidade dos escravos e dos plebeus, enquanto os patrícios incumbiam-se dos afazeres artísticos, filosóficos, religiosos e, sobretudo, políticos – por vezes, sem qualquer tipo de sacralidade que remontasse algum ideal. Porém, foi nos estertores desta moribunda *Caput Mundi* e de seu cosmopolita império, que se disseminou o poderoso argumento que justificaria, de uma vez por todas, a vinculação entre *afazer humano* e *sofrimento*, e desta, para o *tripallium* – não por coincidência, engendrada por aqueles que, proliferando-se, irremediavelmente, tornaram-se uma das principais causas desta ruína civilizatória.. Mais precisamente, ao tomarem insolitamente para sua doutrina o antigüíssimo mito hebraico da criação do homem como um acontecimento *ipsis liter* – isto é, como um acontecimento histórico – os criadores do “pecado original”, mais conhecidos como “cristãos”, trataram de interpretar o cosmológico acontecimento de expulsão de “Adão e Eva” do Éden, como uma condenação a ser paga por toda a humanidade através do trabalho, uma vez que *castigo* maior não poderia recair sobre ela, que antes vivia uma vida paradisíaca, mas doravante, pelo pecado original que cometeu, teria de “comer do teu próprio pão com o suor do teu rosto” (*Gênesis*, 3:19). Assim, sob o impulso deste argumento inoculador do “não” à vida e da culpa, e do seu proselitismo redentor, cujo efeito só poderia ter sido arrebatador numa civilização escravocrata decaída pela corrupção e pelo vício, esta concepção de trabalho como um inescapável “suplício” alastrou-se e fecundou a própria história do Ocidente, a se perpetuar até os dias de hoje, haja vista que a exteriorização do sentido do trabalho ou a aversão ao mesmo são apenas mais uns de seus disfarçados rebentos, neste caso, contemporâneos. Como afirma Bueno (1988), ao investigar a origem etimológica da palavra

trabalho, a equiparação entre trabalho e sofrimento não é o de simples cansaço; representa, também, uma condição social adquirida. Enfim, afirma este autor que:

O significado de sofrimento e de punição perpassou pela história da civilização, diretamente se relacionando ao sentido do termo que deu origem à palavra trabalho. Essa vem do latim vulgar *tripalium*, embora seja, às vezes, associada a *trabaculum*. *Tripalum* era um instrumento feito de três paus aguçados, com ponta de ferro, no qual os antigos agricultores batiam os cereais para processá-los. Associa-se a palavra trabalho ao verbo *tripaliare*, igualmente do latim vulgar, que significava "torturar sobre o *trepalium*", mencionado como uma armação de três troncos, ou seja, suplício que substituiu o da cruz, instrumento de tortura no mundo cristão. Por muito tempo, a palavra trabalho significou experiência dolorosa, padecimento, cativo, castigo. (BUENO, 1988, p. 25).

Assim, por razões desta natureza, neste capítulo, a palavra trabalho não será mencionada em sua malograda ressignificação cristã, uma vez que a sua proposição semântica é evidentemente estéril. Tampouco será referida em suas acepções modernas, quase sempre influenciadas pelos muito bem formulados conceitos de “solidariedade orgânica” e de “alienação” fornecidos, respectivamente, pelas teorias durkheimiana e marxista da sociologia clássica – uma e outra, porém, demasiadamente materialistas e, portanto, incapazes de alcançarem a significação evocada nas linhas deste tomo. Qual seja: a filosoficamente ideal, de trabalho como *poiesis*¹¹², isto é, de trabalho como afazer que transforma o próprio homem numa “obra de arte” de si mesmo e embeleza ainda mais o mundo.

Para tanto, é importante frisar que, nas antigas tradições, sobretudo em seus períodos arcaicos, o *ideal de trabalho* sempre esteve assentado em concepções filosóficas sobre o homem, as quais naturalmente o conceberam como um ser transcendental, isto é, dotado de um espírito meta-histórico, “peregrino”, que em sua caminhada evolutiva, acumula aprendizados, buscando, a partir das muitas e diversificadas experiências vivenciadas no tempo e no espaço, conquistar a si mesmo ou a sua *essencial identidade*. Em outras palavras, estas antigas culturas, cada qual à sua maneira, entendiam a vida humana como um eterno processo de aperfeiçoamento, ou seja, conceberam-na sob uma perspectiva não fatalista, em que a morte, longe de ser um final definitivo, era apenas uma passagem do espírito para outro plano de experiência, neste caso, fora da matéria. Neste sentido, a morte era apenas um

¹¹² Aqui o termo é platônico, porém, utilizado genericamente. Isso, pois, se levarmos em consideração os diversos textos platônicos em que se discute a teoria da arte, veremos que o conceito de *poiesis* varia, conforme as intenções filosóficas do autor. Disso decorre algumas ambiguidades e muitas gradações conceituais que vão desde o conceito apresentado em *A República*, em que *poiesis* aparece como uma criação que apenas copia o Real, até os conceitos apresentados em *O Banquete* e em *Ion*, onde *poiesis* é, respectivamente, uma criação relacionada à percepção do Belo e uma criação resultante de uma inspiração divina.

momento de transição para outro curso de aprendizagem que, ciclicamente encerrado, abriria caminho para um novo “mergulho” desta *consciência espiritual* no mundo fenomênico e circunstancial das experiências sensíveis, configurando deste modo a misteriosa alternância dos “Dióscuros¹¹³”, simbolicamente “explicado” na mitologia greco-romana. Este “eterno retorno”, este “ser” ou “não ser” constantes, bem se assemelha ao movimento parabólico de um “delfim” quando sai do mar para respirar, mas depois retorna “costurando” as duas dimensões em que habita. Decerto alguma relação com este movimento fizeram os gregos arcaicos, muito bons observadores da Natureza, quando deram o nome de *Delphos* ao seu mais célebre oráculo, uma vez que este lugar sagrado “simbolizava a união entre o céu e a terra, devendo seu nome à palavra delphi, que significa em grego *órgão gerador feminino*” (ELIADE, 1956, p. 13), transliterando-se para o latim *delphinus* (golfinho), que significa *útero*. Talvez por isso que, pelos gregos, esse *fenômeno natural* foi chamado de *palin genesis*, que significa literalmente “novo nascimento”. E a propósito, pelos preceptores filosóficos destes últimos, os egípcios, foi denominado *metamorphé* e associado ao deus *Osíris*, cujo culto era rendido num templo homônimo, na cidade de Abidos; pelos hindus, de *metempsychose*; e pelos povos pré-colombianos, de *capui sigil*. O budismo, por seu turno, considera este, um processo transcendental o qual participam naturalmente o homem e todos os seres sencientes (*Roda de Sansara*). Numa de suas obras fundamentais, *O Dhammaphada*, encontramos, por exemplo, o seguinte fragmento, cuja recomendação sugere uma devida atenção para este aspecto componente da condição humana: “Sabendo que esse corpo é como espuma, e compreendendo sua natureza de miragem, o caminhante deve destruir os bastões floridos de Mara¹¹⁴ e passar além do campo de visão do rei da morte” (*Puppha Vagga*, 4:3). Já no *Bhagavad Gitâ*, “Krishna expõe essa *Lei* a Arjuna, ensinando que o *espírito* forja-se através de inúmeras experiências, assumindo corpos que o vestem, pois do mesmo modo que tudo é cíclico na Natureza, assim também é no homem” (LIVRAGA, s/d, p. 37) – diz Krishna ao seu discípulo: “como a gente tira do corpo as roupas usadas e as substitui por novas e melhores, assim também o habitante do corpo (que é o Espírito), tendo

¹¹³ O tema dos “gêmeos divinos” foi relativamente comum na mitologia grega; havia notoriamente, Zeto e Anfíon, de Tebas (os “dióscuros tebanos”); Parrásio e Licasto, da Arcádia; Idas e Linceu, da Messênia; e Castor e Polideuces, de Esparta. No mito que conta a história destes últimos, por exemplo, atormentado pela perda do irmão, Pólux suplica a Zeus que devolva a Castor a sua vida. Comovido com tamanha fraternidade, o senhor dos Deuses propõe a única solução para salvar o jovem: Pólux deve dividir a sua imortalidade com o irmão, alternando com ele um dia de vida e outro de morte. Pólux concorda sem hesitações e a partir deste instante os irmãos passaram a viver e morrer alternadamente.

¹¹⁴ Para o Budismo, Mara é o oposto de Buda, ou seja, uma vez que Buda representa a iluminação, Mara é a ilusão. Isto é, personificado como o demônio que teria tentado impedir Siddhartha Gautama de alcançar a iluminação. Vive no interior de cada pessoa tentando mantê-la adormecida na ilusão Maya do mundo.

abandonado a velha morada mortal, entra em outra, nova e recém-preparada para ele” (*Sankhya Yoga*, 2:22). Isto é, se após a noite vem o dia, após o inverno vem à primavera, e após o período onírico vem o período de vigília, também após a vida vem à morte e após a morte vem à vida, porque se um desses processos não fosse compensado pelo seu contrário, girando, por assim dizer, em círculo, mas sempre se fizesse a geração em linha reta, de um dos contrários para o seu oposto, sem nunca voltar desta para aquele, nem andar em sentido inverso, tudo acabaria numa forma única e ficaria num só estado, cessando, por isso mesmo, a geração (PLATÃO, *Fédon*, p. 16). Igualmente, até mesmo por alguns doutores da Igreja, como Orígenes, esta ideia foi aceita e explicada nos termos da filosofia patrística, afinal “o espírito é o que vivifica, a carne para nada aproveita” (João, 6:63).

Ademais, inspirado na tradição órfico-pitagórica, da qual foi legítimo depositário, Platão apresentou dialeticamente a *Teoria da Reminiscência*¹¹⁵, como uma evidência da *imortalidade da alma*, em suas obras *Fédon*, *Fedro*, *Mênão* e *República*; nesta última, por exemplo, no capítulo X, ele descreve o processo de *Transmigração da Alma*, através da *Alegoria de Er*, “um homem valoroso, [...] filho de Armênio, originário de Panfília, [...] que morrera numa batalha e dez dias depois, [...] ressuscitou e assim que recuperou os sentidos, contou o que tinha visto no além” (PLATÃO, *A República*, p. 456). Antes, porém, introduz este tema provocativamente, através de um diálogo entre Sócrates e Glauco:

Sócrates — Mas o que, sendo tão grande, poderia ter lugar num curto espaço de tempo, visto que todo esse tempo que separa a infância da velhice é bem curto em comparação com a eternidade? Glauco — Não é nada. Sócrates — Ora! Achas que um ser imortal deva inquietar-se com um período tão curto como esse, e não com a eternidade? Glauco — Claro que não. Mas onde queres chegar com esse discurso? Sócrates — Não observaste que a nossa alma é imortal? (PLATÃO, *A República*, p. 447).

Mais ESPECIFICAMENTE, influenciado pelas ideias de Parmênides e Heráclito, cujas divergências foram por ele conciliadas em sua *Teoria das Ideias* – Platão, na *alegoria de Er*, nos ensina que as almas precisam renascer muitas vezes para purificarem-se de seus erros cometidos no passado, até que não mais precisem voltar ao mundo da experiência, quando então alcançam a imortalidade. Afirma ainda este filósofo grego que a morte é um mero vestíbulo, onde permanecerá a alma até ser “convocada” novamente à existência, cujo formato será projetado no mundo da experiência, de acordo com as necessidades

¹¹⁵ Segundo essa teoria, não só possuímos um conhecimento pré-adquirido das Ideias, como também relembramos delas, em maior ou menor grau, apreendidas em vidas progressas.

compensatórias desta nova oportunidade de aprendizado. No mito esta convocação é feita pelas *Moiras*¹¹⁶, especialmente por *Láquesis*, que declara:

“Almas efêmeras, ides começar uma nova carreira e renascer para a condição mortal. Não é um gênio que vos escolherá, vós mesmos escolhereis o vosso gênio. Que o primeiro designado pela sorte seja o primeiro a escolher a vida a que ficará ligado pela necessidade. A virtude não tem senhor: cada um de vós, consoante a venera ou a desdenha, terá mais ou menos. A responsabilidade é daquele que escolhe. Deus não é responsável” (PLATÃO, A República, p. 463).

No entanto, se a verdade ensejada neste mito nos parecer, de um ponto de vista racional, estranhas ou fantasiosas porque empiricamente improváveis, sendo portanto incompreendida por nós como uma *lei natural*; ou ainda, se para o nosso entendimento moderno os mitos são apenas fabulações imaginárias de povos que desconheciam o *método científico*, é sempre bom ter em vista a *humildade socrática*, se não, pelo menos

[...]as sábias palavras de Platão, que pregava que quando uma verdade é muito grande para ser compreendida pelo semidesperto espírito do homem, os deuses a velam, entregando-a sob a forma de preciosos contos, de tal maneira que só os sábios conhecem e interpretam o que se oculta atrás deles”. Se os mitos se opõem ao “logos” é justamente no sentido inverso ao que geralmente se interpreta nos livros de filosofia. Os mitos estão além da lógica e não se pode descobrir o seu verdadeiro valor pelo caminho da razão, enquadrada dentro da lógica. É “outra coisa” à qual se chega por “outro caminho”. (LIVRAGA, s/d, p. 34)

Entrementes, pondo de lado as convicções deste filósofo grego e demais evidências acerca deste fenômeno, por nós comumente chamado de *reencarnação*, indaguemos a nós mesmos reflexivamente: de onde provém os talentos que inegavelmente manifestam-se em alguns homens desde muito cedo, sem que os mesmos tivessem tido qualquer tipo de formação para tal? Num único exemplo, de onde provieram os conhecimentos que levaram Mozart¹¹⁷ a desenvolver uma prodigiosa habilidade musical com apenas cinco anos de idade?

¹¹⁶ Na mitologia grega as Moiras eram as três irmãs que determinavam o destino, tanto dos deuses quanto dos seres humanos. Eram três mulheres lúgubres, responsáveis por fabricar, tecer e cortar o fio da vida dos mortais.

¹¹⁷ Aos quatro anos já tocava violino e cravo de forma tão fluente quanto uma criança com o triplo de sua idade e o triplo de tempo de estudos musicais. Aos cinco anos Mozart já compunha minuetos e outras peças pequenas, porém, todo este poder criativo e musical não era visto por seu pai apenas com alegria, mas também com muito medo e alarme. O pai de Mozart não tinha a menor ideia de como e o que mais poderia ensinar ao filho, pois este não gastava mais do que 30 minutos para solucionar os problemas mais complexos que o pai lhe oferecia. Vaidoso, o pai de Mozart estremeia diante de tal genialidade, porém, não deixou de tirar dela tudo o que pode. "Aproveitou" todo o poder criativo de seu pequeno filho para adquirir uma pequena fortuna. Levava-o para as casas aristocráticas e principescas e fazia-o executar alguns jogos musicais. O que fez com que Mozart passasse a maior parte de sua infância e adolescência viajando. Mesmo tendo uma vida totalmente movimentada, aos 12 anos Mozart já era um compositor de altíssima qualidade, seus "métodos" de composição, no entanto, eram um

Como, nesta idade, compôs sonatas tão magníficas, a ponto de ser considerado um gênio da música – ou ainda, “um milagre divino”, como afirmava o seu pai – antes mesmo de se tornar um jovem? Apenas a sua formação como musicista clássico o levou a *aprender a fazer as* magníficas composições que lhe são atribuídas? Ou o destino havia reservado-lhe um papel histórico? Pelo que apregoam as tradições filosóficas, resulta-nos pelo menos reconhecer que, além do aparato racional, dispomos também de intuições que podem se manifestar desde a mais tenra idade, e que decerto poderão ser indicativos de vocações e talentos inatos para o trabalho. Especialmente sobre a intuição ou “saber sem pensar”, cumpre ainda lembrar que a história das descobertas científicas está repleta de acontecimentos que lhe dizem respeito. O químico Friedrich Kekulé, por exemplo, segundo relata Urban (2003), adormeceu em frente de sua lareira, sonhou com uma serpente que mordida o próprio rabo e despertou com a exata noção de que o *anel de benzeno* tinha estrutura espacial hexagonal fechada em si mesma, o que lhe resolveu um problema que o atormentava havia anos. Famosa também é a história do físico Isaac Newton, que teria derivado a equação da gravitação universal num insight que lhe ocorreu ao observar a queda de maçãs maduras no pomar de Woolsthorpe, onde ele costumava passar suas tardes meditando. Do mesmo modo, na noite entre os dias 10 e 11 de novembro de 1619, Descartes tem três sonhos que ele próprio interpreta como uma premunição de seu destino: inventar uma “ciência admirável”, na qual estariam unificados todos os conhecimentos humanos. E o próprio Mozart costumava afirmar que os temas de suas peças eram-lhe antecipados também em sonhos que, em geral, conforme dizia, eram mais sublimes do que quando transformados em composições.

Posto isso, podemos depreender que o ideal do trabalho humano, segundo essas antigas tradições filosóficas, nos termos transcendentais em que está assentado, fundamenta-se na teoria do *conhecimento inato* e da *vocação humana*. Em outras palavras, apoia-se numa ideia filosófica, segundo a qual, a Natureza humana é detentora de todo o conhecimento necessário para a evolução do homem, estando ele naturalmente vocacionado a fazer aquilo que melhor lhe oportunizar condições de humanização. Tendo que, para isso, porém, *conhecer-se a si mesmo*, isto é, descortinar as verdades e as potências criativas existentes dentro de seu próprio universo interior, como os talentos e os dons, por ele conquistados após um sem número de experiências existenciais. Para tanto, como asseveram Platão e outros

tanto quanto diferentes. Por ter tido uma vida cheia de viagens, Mozart criou uma maneira de compor só sua: primeiro ele criava a música em sua cabeça, até em seus menores detalhes, enquanto fazia outras coisas como jogar bilhar, ensinar piano, etc. Depois, logo que tinha a oportunidade de sentar-se em frente a uma partitura em branco, escrevia a música que trazia em sua cabeça com tal fervor e rapidez que não houve quem não tivesse ficado impressionado com tamanha força criadora. (Almanaque UOL. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/musicamozart.htm>)

grandes sábios do Oriente, precisará esforçar-se progressivamente de modo a fazer com que a sua consciência eleve-se, da experiência sensível ao mundo das ideias, uma vez que todo o *Conhecimento* encontra-se encerrado na essência humana, cabendo ao homem, através de suas *reminiscências*, atualizá-lo o quanto for possível, pois “recordar é o que denominamos aprender” (PLATÃO, Fédon, p.16). Ou ainda mais acabadamente, como escreveu Richard Bach, em seu platônico romance *Ilusões: As Aventuras de um Messias Indeciso*, retratando um momento em que o mestre-aviador orienta o seu discípulo, ambos personagens centrais desta obra, dizendo-lhe:

Aprender é descobrir aquilo que você já sabe; *fazer é demonstrar que você o sabe*; ensinar é lembrar aos outros que eles sabem tanto quanto você; a sua única obrigação em qualquer vida é ser sincero consigo mesmo; ser sincero com outra pessoa ou outra coisa não só é impossível, como ainda é a marca de um falso messias (BACH, 1977, p. 25).

Muito para além do inatismo cartesiano,¹¹⁸ o conhecimento inato, segundo a Tradição, não se limita à esfera humana, sendo concebido também como tudo aquilo que cada ser ou coisa tem de potência dentro de si mesmo, em estado latente, para se tornar em sua existência aquilo que está destinado a ser. É, pois, o próprio destino de tudo que existe no Universo, haja vista, tudo que existe reclama o direito de ser o que de fato é, e por isso busca a si enquanto realidade última, perseguindo o seu ideal. De modo que, “se alguém quisesse explicar a causa de como alguma coisa nasce ou morre ou existe, teria apenas de descobrir qual é a *melhor maneira* para ela existir, sofrer ou produzir, seja o que for” (PLATÃO, Fédon, p. 41). Este reclame, pois, é o próprio trabalho que singulariza cada ser ou coisa em sua incansável luta pela existência, porquanto é o único movimento capaz de mantê-los existindo até o fim dos seus ciclos e de conferir-lhes identidade, uma vez que, pela *Lei da Necessidade*¹¹⁹, precisam impor a “vontade de existir” à qual estão vocacionados, contra toda entropia que lhes é naturalmente adversa e devota da “não-existência”. Em outros termos, todo ser ou coisa, está animado por uma *identidade ideal* que somente pode expressar-se relativamente, através do movimento dinâmico engendrado pelo seu próprio trabalho de existir, isto é, no plano da

¹¹⁸ Descartes apregoa que as ideias inatas subsistem no ser do homem, em algum lugar profundo da sua mente racional, representando a sua essência verdadeira, imutável e eterna, razão pela qual, segundo ele, servem de fundamento a todo o saber científico.

¹¹⁹ A necessidade deve entender-se, aqui, nos dois sentidos que esta palavra pode ter em Platão. Ela exprime primeiramente as leis essenciais do Devir, tais como são inscritas nas Formas. Mas, desde que as almas saem das mãos do Demiurgo, desde que se tratar de implantá-las em corpos, a Necessidade inteligível vai encontrar a causa errante, a Necessidade mecânica e cega: é esta que estabelece as ‘leis’ das reencarnações, é dela que depende a adunção, feita à alma imortal, de uma alma e de um corpo mortal, é ela que mergulha a alma ao contato do mundo corporal, numa perturbação profunda. (GOLDSCHMIDT, 1963 *apud* PAULO, 1996, p. 52)

existência, cada qual *só se é, trabalhando vocacionado enquanto fenômeno neguentrópico*¹²⁰. O sol, por exemplo, para existir fenomenologicamente, converte bilhões de toneladas de hidrogênio em outros tantos bilhões de toneladas de hélio por segundo, trabalho vocacionado que lhe confere uma singular identidade em relação a outros astros. Aliás, se o hidrogênio e o hélio se permitem transformar, é porque subatomicamente estão vocacionados a trabalhar, cada qual de um modo muito específico, com padrões de velocidade e vibração característicos, os quais lhes conferem distinção, identidade e uma função cósmica, “pois tudo, no Universo, está em atividade constante, e nada pode subtrair-se à lei geral” (*Karma Yoga*, 3:23). Do mesmo modo, numa semente de laranja e numa lagarta, “preexistem” ideais, destinos que foram traçados em suas não-existências, mas que somente se realizarão através dos seus trabalhos existenciais vocacionados de se tornarem respectivamente laranjeira e borboleta. Assim, sendo plausíveis esses pressupostos, podemos depreender que todas as formas de manifestação trabalham em suas existências, operando no mistério, para responder a uma utilidade cósmica. Tal manifestação é convocada pelas suas “não-existências”, isto é, pelos seus respectivos *arquetipos* ou *vocações ideais*, como enigmaticamente nos convida a refletir Lao Tsé em seu *Tao Te King*: “raios convergem ao vazio do centro da roda: através dessa não-existência¹²¹ existe a utilidade do veículo; A argila é trabalhada na forma de vasos: através da não-existência existe a utilidade do objeto; [...] Assim, da existência vem o valor E da não-existência, a utilidade” (*Tao Te King*, cap. 11). Ou ainda, como considera o filósofo renascentista Giordano Bruno: “causa e princípio são o que constituem as coisas”, ainda que elas só possam ser compreendidas nos seus limites, pois, segundo ele, “sem as suas próprias restrições, elas ‘não existem’” (BRUNO apud RAYGADA, 2012, p. 17). Enfim, se todos os fenômenos do Universo são expressões de uma incognoscível *vontade de ser*, é evidente que o seu criador “pôs os olhos no que é eterno; se fosse ao contrário – o que nem é correto supor –, teria posto os olhos no que devém. Portanto, é evidente que [Ele] pôs os olhos no que é eterno, pois o Universo é a mais bela das coisas devenientes, e o demiurgo é a mais perfeita das causas” (PLATÃO, *Timeu-Crítias*, p. 95). Entretanto, “como é lamentável que tão poucos homens possam tirar proveito da dádiva, do presente de valor ilimitado que é a compreensão da verdade, a percepção correta das coisas existentes, e o conhecimento do não existente!” (*A Voz do Silêncio*, 2005, p. 94).

¹²⁰ “A Neguentropia, cujos sinônimos são: anatrofia, sintropia ou negentropia (entropia negativa = entropia com o sinal invertido), contra-entropia, antientropia, ou ainda, entalpia, significa o movimento da energia no sentido de mais informação, maior organização, mais vida, saúde, progresso e aumento da complexificação, de um determinado sistema”. (PAIM & PAIM, 2004, p. 342)

¹²¹ Num sentido filosófico oriental, quer dizer o “vazio que contém tudo”.

Neste sentido, se este “chamado arquetípico” é aquilo que convoca todos os seres e coisas a buscar o melhor de si mesmos através do trabalho vocacionado, a vocação natural do homem é buscar a sabedoria, uma vez que o sábio é para este, o que a laranjeira e a borboleta são, respectivamente, para a semente de laranja e a lagarta, pois somente “quando um homem, [...] quebrou os vínculos dos desejos do seu coração e está internamente satisfeito consigo, atingiu a Consciência Espiritual e firmou-se no conhecimento” (*Sankhya Yoga*, 2:55). Isto é, para se tornar o que é em essência, à semelhança do Sol, o homem precisa converter “toneladas” de condicionamentos de sua personalidade em outras tantas “toneladas” de virtudes; e para tanto, precisará, à semelhança do hidrogênio e do hélio, vibrar numa frequência tal, que lhe permita transformar-se no melhor de si mesmo. Eis porque este é o seu sumo-trabalho, a sua obra alquímica.

Na verdade, nenhum ser ou coisa pode chegar à ideia pura de si mesmo ou à sua essencial identidade sem trabalhar, pois, como assevera a filosofia oriental, o conhecimento é superior a ação, mas só se chega ao Conhecimento através da ação, “porém, considerados do alto, ambos são um só caminho (*Vijnana Yoga*, 3:3). Porém, diferentemente da condição existencial dos demais seres, a condição existencial humana – adquirida não por “milagre”, mas sim por conquista – exige inexoravelmente do homem arbitrar sobre o seu próprio trabalho, sendo ele, por isso, responsável tanto pela bem-aventurança alcançada em sua existência, quanto pelos seus descaminhos. Isso pois,

a harmonia do Universo é a expressão da vontade livre de Deus. Não é a ordem natural que submete suas leis à vontade divina, mas, ao contrário, tal ordem é a própria "liberdade" divina manifestada. Essa é a suprema liberdade alcançada pelos que chegam a compenetrar-se com a unidade do Cosmos. A liberdade, que é contingência e eleição arbitrária, não é um dom, mas uma consequência do estado de imperfeição em que muitos homens se encontram em relação a Deus. O sábio alcança, pois, a suprema liberação quando rege sua conduta harmonizada com as leis do Universo (BRUNO apud RAYGADA, 2012, p. 7).

Destarte, o homem é, pois, um ser livre, porém dotado de uma liberdade condicionada aos ditames do seu próprio arquetipo, tendo por isso mesmo, um trabalho excelente que o distingue dos demais seres – a saber, o de servir *conscientemente* à “Obra Demiúrgica”, isto é, o de trabalhar-se a si mesmo de modo a favorecer o serviço dos demais seres e coisas que lhe rodeiam, pois, conforme afirmou Amenemope¹²² citado por Livraga (s/d, p.88), “o amor pelo trabalho leva o homem a Deus”. Em outras palavras, “para poder-se agir sabiamente, é

¹²² Amenemope foi o quarto faraó da XXI dinastia. Governou o Egito durante o Terceiro Período Intermediário entre 993 e 984 a.C..

necessário possuir sabedoria; e quem possui sabedoria, não age por si mesmo, mas serve apenas de instrumento à Vontade Divina” (*Karma Sanyasa-Yoga*, 5:ep.). Afinal, “o mundo é um meio para provar aos homens o quão perecíveis são os sistemas de valores fundados na matéria, já que tudo se dissolve em uma Causa Final, insubstancial e etérea” (LAO TSÉ apud LIVRAGA, s/d, p. 98). É por isso que Krishna orienta o seu discípulo: “Toma-me por exemplo, ó príncipe. Nada há, no Universo dos Universos, que eu deseje ou que seja necessário que para mim não se faça; nem há coisa alguma atingível que eu não tenha já atingido. E, contudo, estou em constante ação e movimento, agindo sempre e incessantemente” (*Karma Yoga*, 3:22).

Assim, resulta-nos fácil perceber o sentido sagrado do trabalho, apregoado nos tratados éticos das antigas tradições filosóficas, sobretudo se considerarmos que, para os povos que o conceberam, o *Cosmos* era uma *hierofania*¹²³, e ao estar sacralizada a existência humana, segundo Eliade (1956), o trabalho implicava um valor litúrgico que possibilitava o homem, principalmente das sociedades arcaicas, inserir-se no sagrado. Em outras palavras, segundo este autor, diferentemente de como é concebido pelo pensamento racional moderno, o mundo era concebido pelo pensamento simbólico, não só como um “ser vivo”, mas também como um “ser aberto” a interações sagradas. Outrossim, visto nesta perspectiva sagrada, um instrumento de trabalho nunca era “apenas um objeto”, e sim, um receptáculo de algo mais, de uma realidade que transcendia o plano da existência do próprio objeto. Num exemplo:

o campo lavrado é algo mais que uma parte de terra; é também o corpo da Terra Mãe; a enxada é um phallus, sem que por isso deixe de ser uma ferramenta; o lavro é ao mesmo tempo um trabalho “mecânico” (efetuado com ferramentas fabricadas pelo homem) e uma união sexual orientada para a fecundação hierogâmica da Mãe Terra (ELIADE, 1956, p. 114).

Devotando este mesmo sentido sagrado ao trabalho, eis que foram construídas as catedrais europeias de estilo românico e gótico, e outras tantas esplendorosas obras arquitetônicas da humanidade, ainda mais antigas e misteriosas, como as *Pirâmides do Egito*. Porém, como as evidências apontam, estas últimas ainda estão envolta de um grande enigma, mas sobretudo obscurecidas pelas fantasiosas especulações de algumas correntes historiográficas materialistas, que atribuem a sua construção e a da *Esfinge* a escravos que

¹²³ A palavra hierofania vem de duas palavras gregas: “hierós” (santo, sagrado) e “fanein” (manifestar). Hierofania é então toda e qualquer manifestação do Sagrado. Segundo Eliade “A hierofania consiste “estruturalmente” na “escolha” de certos elementos do cosmo, segundo o critério de sua forma, força, eficácia, singularidade [...] Ela se funda no princípio da ‘pars pro toto’ (a parte pelo todo), pois tais elementos manifestam, pela sua singularidade, uma presença particular de algo mais amplo e superior: o Sagrado [...]”.

trabalhavam sob o látigo e as ordens de megalomaníacos faraós. Então, para os propósitos deste capítulo, parece mais sensato apoiarmo-nos no exemplo das catedrais europeias, uma vez que muito já se escreveu sobre elas e sobre suas confrarias de construtores. E sobre estas últimas, vale aqui enfatizar, que a mais famosa foi a *Confraria dos Pedreiros*, mais conhecida como *Maçonaria*, cuja simbologia fundiu princípios, técnicas e práticas de construção que remontam os conhecimentos filosóficos egípcios, hebreus, caldeus, fenícios, gregos, romanos e bizantinos; em suma, a todo o *Corpus da Tradição* europeia. Com efeito, um estudo pormenorizado sobre elas revelará uma rica cosmovisão que integrava o homem ao Cosmos, sustentada por práticas iniciáticas e estudos de Geometria, Aritmética, Astrologia e Alquimia, além de outros conhecimentos tradicionais; bem como o sentido sagrado do trabalho que desenvolviam – a saber, o de transmutar o “homem de chumbo” em “homem de ouro”, recriando através dos seus atos, a obra do *Grande Demiurgo*. Isto é, nelas, o trabalho era desenvolvido com a finalidade de se penetrar na essência do homem e das coisas trabalhadas, buscando fazer destas um fiel reflexo das virtudes (constância, perseverança, ritmo, disciplina e unidade) e das faculdades psíquicas humanas (atenção, criatividade, memória e imaginação). Deste modo, e não compulsoriamente, os *cavalheiros-construtores* destas fraternidades, verdadeiros filósofos da ação, atingiram a ordem estética, a perfeição simétrica, enfim, a magnificência arquitetônica verificável numa catedral, como na obra alquímica se passa do grosseiro ao sutil e belo, após um sério e sistemático trabalho de purificação interior e exterior que se transmuta em harmonia e sentimento de identidade com o Universo (ROBLES, 2013). Trataram-se, portanto, não de meras corporações de ofício, mas de *Escolas de Filosofia*, onde secretamente, pelo menos para os seus membros mais graduados, transmitia-se os saberes filosóficos da Tradição. Ou seja, através da *Ética Atemporal*, seus membros-filósofos procuravam reproduzir individual e coletivamente, aquilo que pode ser identificado no próprio comportamento da Natureza,

[...] pois, se observarmos bem, na Natureza não há arbitrariedade: as coisas são feitas com muita inteligência para que sobrevivam e se relacionem de forma harmônica. Nela não há destruição com maldade, caos social ou miséria, e o comportamento ético em uma sociedade é capaz de reproduzir nesse âmbito as condições de harmonia que a natureza promove entre os seres que dela fazem parte (ECHENIQUE, 2009, p. 9).

Em outras palavras, conforme aludiu o “Maharal¹²⁴”, filósofo judeu do Renascimento, citado por Robles (2013), se na terra encontra-se o poder de fazer crescer diversas plantas, o homem é a terra de si mesmo, porque tem o poder de fazer crescer em si mesmo todas as virtudes, tendo para isso que trabalhar sua própria terra, pois nasce para aperfeiçoar-se a si mesmo, e até que não morra, seu trabalho não termina. E, a propósito deste movimento cultural que expandiu as fronteiras do pensamento ocidental, a partir do século XIV, fazendo alvorecer um novo período de sacralização do homem e do trabalho em meio às trevas do medievo, notória importância tiveram para o seu desenvolvimento as *Escolas de Filosofia*. Foram elas, verdadeiros motores ocultos do Renascimento, e não a ascensão da burguesia, como afirmam os historiadores do materialismo histórico, o principal vetor responsável pelo florescimento das artes e ciências desse período. Dentre as mais importantes, por exemplo, destaca-se a *Academia Neoplatônica de Florença*, fundada por Marsílio Ficino¹²⁵, que congregou os mais renomados artistas, sábios, filósofos, astrólogos, místicos e cientistas da Renascença. A influência dessa escola foi tão decisiva no processo de florescimento dessa nova “primavera humana”, que dos seus canteiros filosóficos conformou-se uma das mais notáveis cadeias de mestres e discípulos da história ocidental, cujos elos, alguns já obscurecidos pela própria ação do tempo, iam complexamente desde Pléton até Cervantes, passando por Della Mirândola, Poliziano, Giordano Bruno, Agrippa, Paracelso, Copérnico, Galileu, Erasmo, John Dee, Rabelais, Boticelli e Rafael. Ecléticos e inspirados em ideais humanistas que acabariam por se tornar a marca heurística do próprio espírito renascentista, estes *artistas-cientistas-filósofos* procuraram reunir em seus trabalhos, e através deles, o homem com a sua criadora, a Natureza; ambos vistos como criações perfeitas do trabalho de Deus – pois, como afirmou Giordano Bruno antes de ser queimado vivo pela “santa” Inquisição, “a Natureza é Deus mesmo ou é a Virtude Divina que se manifesta nas mesmas coisas” (BRUNO apud RAYGADA, 2012, p. 5). E apesar de suas peculiaridades laborais, ao que se sabe, todos os nomes deste movimento filosófico tiveram em comum a marca distintiva da busca pelas virtudes, uma vez que suas metas principais eram o aperfeiçoamento moral e a perfeição estética e intelectual.

¹²⁴ Judá Loew ben Betzalel foi uma importante referência no estudo de Talmud, Cabalá e filósofo renascentista que serviu como rabino-chefe em Praga a maior parte de sua vida.

¹²⁵ Filósofo, filólogo, médico, músico e sacerdote, recordado como “o outro Platão”, por haver protagonizado em Florença o renascimento do pensamento platônico, é o arquétipo do homem humanista. Propiciou uma profunda mudança na sociedade europeia. Dele e de sua Academia todo o Renascimento se nutriu intelectual e espiritualmente. (PALOMARES, Julián. *Protagonistas da História*. In: Revista Esfinge. Disponível em: < <http://revistaesfinge.com.br/protagonistas-da-historia-%E2%80%93-aristoteles-a-paixao-de-saber/> >.)

Dessa pletera de gênios, cuja cifra conta-se em milhares nos quase quatrocentos anos de esplendor cultural do Renascimento, imbuído de uma profunda necessidade de tudo conhecer para tudo fazer, destacou-se Leonardo Da Vinci, o mais célebre *gênio universal* da história. Tão extraordinário foi seu talento para o trabalho, que não apenas se limitou a um campo de atividade humana, sobressaindo-se em tudo que empreendeu, e que abarcava as mais diversas áreas do conhecimento. Seus biógrafos, incluindo Giorgio Vasari, afirmam unanimemente que foi ao mesmo tempo, e com muita destreza e criatividade, arquiteto, botânico, urbanista, designer de cenários e figurinos, cozinheiro, humorista, engenheiro, bom cavaleiro, inventor, geógrafo, geólogo, matemático, cientista militar, músico, escultor, físico e pintor. Mais conhecido, porém, pelas belíssimas e enigmáticas pinturas que artisticamente realizou, em *A Última Ceia*, podemos ter uma ideia de alguns princípios e valores que nortearam os trabalhos de Da Vinci. Isto é, nesta magnífica obra, por exemplo, “a serenidade de Cristo, expressa pelo inigualável *senso de ordem e de perspectiva* de Leonardo, contrasta com a emoção humana e o caos à sua volta, para nos oferecer um momento de transcendência sem paralelo na história da arte” (GELB, 2000, p. 34). Na verdade, embora geralmente tivesse assumido nas cortes europeias em que trabalhou, como na do Rei da França Francisco I, os cargos oficiais de pintor, engenheiro e arquiteto, “a principal função de Da Vinci era conversar, refletir e filosofar” (GELB, 2000, p. 42)¹²⁶. Sobre a fascinante e atípica personalidade desse gênio, acrescenta ainda Gelb (2000, p. 52)

Em seu livro *The Creators: A History of Heroes of the Imagination*, Daniel Boorstin, ganhador do prêmio Pulitzer, informa-nos quais as motivações que ele não tinha. "Diferentemente de Dante, ele não tinha paixão por uma mulher. Ao contrário de Giotto, Dante ou Brunelleschi, ele parecia não ter nenhum compromisso e fidelidade cívica. Nenhuma devoção para com a Igreja ou Cristo. De bom grado aceitava encomendas dos Medicis, dos Sforzas, dos Bórgias ou de reis franceses - dos papas ou de seus inimigos. Não tinha o sensual espírito mundano de um Boccaccio ou de um Chaucer, a ousadia de um Rabelais, a piedade de um Dante ou a paixão religiosa de um Michelangelo." A fidelidade, a devoção e a paixão de Leonardo voltavam-se para a busca da verdade e da beleza. Como disse Freud: "Ele transformava sua paixão em curiosidade".

Com efeito, não é somente a partir de suas pinturas e dos comentários de seus biógrafos que podemos perceber a maestria do seu trabalho, mas também por meio das anotações filosóficas, das composições musicais, dos projetos de engenharia, dos desenhos

¹²⁶ Segundo Cellini, citado por GELB (2000, p. 42), Francisco I afirmou: “nunca houve outro homem no mundo que soubesse mais do que Leonardo, e isso não apenas em escultura, pintura e arquitetura, pois ele era também um grande filósofo”.

esotéricos e, até mesmo, das receitas culinárias, que ele deixou registrados meticulosamente em seus diários e manuscritos. Na verdade, em praticamente tudo que produziu, podemos perceber que foi a sua espiritualidade não-religiosa, somada ao seu aguçado interesse em descobrir a essência das coisas, que o levou a desenvolver a singular maneira de trabalho que lhe foi tão característica –qual seja, a de trabalhar qualquer coisa em seus mínimos detalhes e matizes e com a clara consciência de que o trabalho era sempre uma excelente oportunidade para desenvolver os seus potenciais humanos. Neste sentido, em se tratando de um “mestre do fazer”, no tocante ao temário deste capítulo, é sensato, pois, considerar algumas notas do diário de Da Vinci, mais precisamente as que passaram a ser conhecidas como *Os 7 Princípios de Leonardo*, que certamente podem ser aplicados para formação tanto de uma personalidade harmônica polivalente, quanto de uma ideia de trabalho criativa, transcendente e transformadora. Estes princípios são: *Curiosità, Dimostrazione, Sensazione, Sfumato, Arte-Scienza, Corporalità, e Connessione*.

Segundo Gelb (2000), tendo como base os registros deixados por Da Vinci em seus manuscritos e diários, *Curiosità* é o primeiro dos seus princípios, definido como um modo de enfocar a vida baseado numa insaciável curiosidade de criança e em uma sede inextinguível por estudar tudo que levasse ao aperfeiçoamento humano, à ampliação dos horizontes próprios e à reflexão sobre o sentido da existência do homem e dos fenômenos que o envolvem. Escreveu o maior gênio da Renascença:

Eu palmilhava o campo procurando respostas para coisas que não entendia. Por que havia conchas no alto das montanhas assim como vestígios de coral e de plantas e algas que normalmente só se encontram no mar. Por que o trovão demora mais que aquilo que o provocou e por que a luz se torna imediatamente visível enquanto o trovão leva tempo para se deslocar. Por que se formam círculos na água a partir do ponto onde foi atingida por uma pedra, e por que um pássaro se mantém suspenso no ar. Esses problemas e outros estranhos fenômenos ocuparam minha mente durante toda a minha vida. (DA VINCI apud GELB, 2000, p. 54)

Conhecido como *Demonstracione*, este segundo princípio expressa a necessidade de libertar a mente de todo tipo de limite, superstição, preconceito, estereótipo e condicionamento; de aprender a pensar com autonomia; de submeter o conhecimento ao teste da experiência; bem como de perseverar e de se dispor a aprender com os próprios erros. Sobre estas ideias, escreveu Leonardo: “a experiência nunca erra; o erro é tirar conclusões que não derivam dos seus experimentos” e “Ninguém deveria imitar os modos de uma outra pessoa, porque então mereceria ser chamado de ‘neto’ da Natureza e não de ‘filho’ dela. Dada a abundância das formas naturais, é importante ir direto à Natureza...” (DA VINCI apud

GELB, 2000, p. 79). O Terceiro é chamado de *Sensacione* justamente porque este princípio expressa a arte de “ver”, “ouvir” e “sentir”, enfim, de afinar e de aperfeiçoar conscientemente os órgãos dos sentidos que nos deu a Natureza. Para Leonardo: “os cinco sentidos são os guias da Alma” (DA VINCI, apud GELB, 2000, p. 95). Porém, pôde também constatar que a maioria das pessoas “olha sem ver, ouve sem escutar, toca sem sentir, come sem sentir o gosto, move-se sem consciência dos próprios movimentos, inspira sem atentar para odores ou fragrâncias e fala sem pensar” (DA VINCI, apud GELB, 2000, p. 95). O quarto princípio é o *Sfumato*, que chama atenção para a necessidade de se relacionar serenamente com o incerto, o ambíguo, o desconhecido, o insólito ou o paradoxal. Aqui, vale assinalar o quão útil seria a adoção premente desta ideia pelos homens da sociedade contemporânea, uma vez que os mesmos acostumaram-se a quase que somente pensar e agir a partir de esquemas prontos, pré-fabricados e convencionais. Sobre este princípio, e aludindo à pintura mais famosa de todos os tempos, “Freud escreveu que a Mona Lisa é

[...] a mais perfeita representação dos contrastes que dominam a vida amorosa de uma mulher [...]. O sorriso de Mona Lisa situa-se no limite entre o bem e o mal, a compaixão e a crueldade, a sedução e a inocência, o efêmero e o eterno. Ela é o equivalente ocidental do símbolo chinês do yin e do yang. (GELB, 2000, p. 139)

O quinto princípio, conhecido como *Arte-Scienza* descreve a aspiração que todo homem deveria buscar em equalizar os seus interesses artísticos e científicos, de modo a equilibrá-los, integrando assim lógica e imaginação. Não é difícil, pois supor que esse princípio também muito contribuiria, nos dias de hoje, para o desenvolvimento no homem, de uma visão global e multifacética sobre tudo que lhe rodeia, equilibrando inclusive as funções de ambos os seus hemisférios cerebrais. Talvez por isso que o grande mestre da Renascença pedia frequentemente aos seus discípulos – conforme descrevem seus biógrafos – que observassem pedras, fumaça, brasas, nuvens e lama, e que desenvolvessem a capacidade de ver nessas formas triviais uma imagem das paisagens divinas. Recomendava também que se estudasse “A ciência da arte e a arte da ciência” (DA VINCI apud GELB, 2000, p. 155). O penúltimo princípio, denominado *Corporalita*, enseja a busca pela harmonia entre corpo e mente – outrora tão perseguida entre os filósofos greco-romanos – e expressa a necessidade de cultivar a correta posição corporal, a ambidestria, o equilíbrio, a tenacidade física e a habilidade para dominar o próprio corpo. Ambidestro física e psicologicamente, Da Vinci acreditava que devíamos assumir a responsabilidade por nossa própria saúde e bem-estar, afirmando, pela primeira vez na modernidade, que atitudes e emoções se refletem em nível

fisiológico. Finalmente, o último princípio, chamado de *Conessione*, aponta para a necessidade de se reconhecer a afinidade e a profunda e inter-relação entre todos os seres, coisas e fenômenos, para o desenvolvimento de uma compreensão holística e sistêmica de mundo. Escreveu o maior gênio de todos os tempos: "Toda a parte se dispõe a unir-se com o todo, para assim escapar à própria incompletude." (DA VINCI apud GELB, 2000, p. 203).

Por concluir, este septenário de ensinamentos filosóficos constitui o próprio *Homem-Vitruviano*¹²⁷ em estado de potência dentro de cada um de nós, como um conjunto de princípios de nossa própria “arquitetura interior”, onde nobres ideais entrelaçam-se com frívolos desejos; uns e outros, motores existenciais que impulsionam a nossa constante necessidade de *aprender a fazer*. No caso de Da Vinci, bem como no caso dos construtores de catedrais e demais gênios da Renascença, é notório que os “nobres ideais” prevaleceram na arquitetura de suas próprias obras exteriores e interiores, em detrimento dos “frívolos desejos”, certamente radicados em suas vidas cotidianas. Para estes homens, invariavelmente, *aprender a fazer* significou aprender a “se fazer”, em talento e graça. Por isso mesmo, fizeram obras cuja beleza é universal e atemporal. Caminharam pois, no “círculo” atemporal da historicidade humana, não se mantendo estáticos sobre o peso de suas *quadradas personalidades* – imperfeitas como todas –, nem dentro do “quadrado” da própria história. Em verdade, conhecidos ou não, foram “homens-história”.

Em outras palavras, se como afirma Platão, o homem é uma criação artística de um *Supremo Artesão*¹²⁸ que o fez a sua imagem e semelhança, é de se esperar que tão nobre criatura possa fazer algo igualmente “divino”. Cristianizado esse axioma filosófico, eis que também o encontramos numa passagem bíblica: “disse Jesus: meu Pai trabalha até hoje e eu trabalho também” (João 5:17), pois “o filho não pode de si mesmo fazer coisa alguma, mas somente o que vir fazer o pai, porque tudo o que fizer o Pai, deve fazer igualmente o filho” (João 5:19).

Entretanto, se hoje predomina o trabalho por sobrevivência e quase que somente por prazer e recompensa, não seria porque vivemos numa civilização que celebra o materialismo e

¹²⁷ O “Homem Vitruviano” é uma obra de 1490 e que foi primeiramente baseada numa obra mais antiga sobre arquitetura do famoso Vitruvius e que faz menção às proporções divinas perfeitas, portanto este homem seria o ideal humano; toda a obra tem proporções baseadas no número ‘phi’ (1,618) que os gregos difundiram. Para a filosofia a figura mostra mais que as proporções perfeitas, pois está repleta de símbolos, a figura presente na obra está dentro de um círculo e de um quadrado que tem relação com a numerologia sagrada, o círculo como símbolo da divindade e o quadrado símbolo da manifestação na matéria a partir da divindade.

¹²⁸ Sobre este supremo artesão, disse Sócrates que Ele “não foi apenas capaz de fazer todas as espécies de móveis, mas também produziu tudo o que brota da terra, modelou todos os seres vivos, incluindo ele próprio, e, além disso, fabricou a terra, o céu, os deuses e tudo o que há no céu e tudo o que há sob a terra, no Hades (PLATÃO, *A República*, p.426).

seus “valores de perfumaria”? Isto é, onde “ter” ou “parecer ter” vale mais do que “ser”; e onde o trabalho, longe de ser um afazer humanizador, quase que só tem significação econômica, haja vista que o seu real valor encontra-se soterrado num amontoado de termos econômicos, cuja aplicação só é legítima em nosso cotidiano, porque subscreve a lógica atual do “time is money”? Ademais

muitas coisas estão sendo fabricadas em nossos dias, muitas coisas com as quais nos rodeamos no mundo moderno e que eram desconhecidas no mundo de ontem. A atração dessas coisas e a perversão que causam no campo psicológico refletem-se no desequilíbrio na presente situação humana. No homem comum há um marcado decaimento em seu interesse nas situações humanas e suas relações que no passado, embora fixado num campo limitado, provia a maior parte do material de sua experiência. (RAM, 1956, p. 3).

Talvez por isso que o egoísmo tem sido verificado no comportamento das pessoas, de modo cada vez mais flagrante e acentuado, dado às fantasias individualistas que, em suas cabeças, são incessantemente inoculadas, através dos “receituários de felicidade” fornecidos por aqueles que controlam a sociedade do “livre trabalho”; mas também, porque ser egoísta é sempre mais fácil do que ser altruísta, sobretudo numa civilização não-filosófica que, confundindo *dever* com *prazer*, agita suas massas a buscarem desde cedo e obcecadamente a “felicidade” através da reprodução da espécie, da realização profissional e do consumo, tornando-as passivas e manipuláveis, ou seja, aptas a acreditarem que são livres e serão felizes. Por isso mesmo, não impressiona que as pessoas, em geral, vejam, ainda hoje, o “trabalho livre” como um mero contraponto a algum tipo de afazer compulsório, geralmente encontrado nos períodos históricos de escravismo e servidão coletiva. Sendo assim, se não leram nem mesmo algum panfleto marxista, dificilmente desconfiarão dos embustes da “liberdade moderna”, os quais estão sendo cotidianamente submetidos; nem tampouco que um homem pode ser sim, “escravo” ou “servo” nos dias de hoje, mesmo trabalhando livremente. No pior dos casos, jamais suspeitarão que “as coisas fáceis de fazer (...) não são benéficas a si, mas muito difíceis, de fato, são aquelas que são benéficas e boas” (*Atta Vagga*, 12:7); e nem sequer imaginarão que “não é por uma chuva de moedas douradas que a felicidade nasce em meio a prazeres sensuais, pois de pouca doçura e dolorosos são os prazeres sensuais” (*Buddha Vagga*, 14:8).

Enfim, por idealística que seja, eis uma boa razão para que a concepção sagrada, ou simplesmente filosófica, de trabalho seja resgatada; isto é, a de que o trabalho é, por excelência, o cinzel através do qual o homem esculpe-se a si mesmo. É por isso que se

aprendermos a fazer as coisas sem filosofia, quase nada de verdadeiramente artístico e duradouro construiremos dentro de nós mesmos e no mundo, em nossa existência. Ao contrário, correremos o risco de esquecer a finalidade humanizadora do próprio trabalho e nos apegaremos aos frutos por ele engendrados, hipnotizando-nos ante um “falso diamante”. É por isso que a filosofia oriental assevera reiteradamente, em suas muitas doutrinas, que toda ação humana deve ser inegoísta, uma vez que, tão somente trabalhando *por dever* e com este propósito, o homem estará em comunhão com o seu *dharma*¹²⁹, evitando deste modo ser arrastado pelas ondas kármicas¹³⁰ do mundo da ação. Isto é, seja qual for o seu trabalho, cabe ao homem, por livre-consciência e respeito às leis do Universo, e sobretudo por amor às virtudes, fazer desta atividade uma oportunidade de conquista de si mesmo, pois “conquistar a si mesmo é de fato melhor do que conquistar todos os demais” (*Sahassa Vagga*, 8:5). Porém, se essa afirmação parecer altaneira demais para nossa compreensão, intimidando-nos pela envergadura moral de sua proposição filosófica, não seria porque “os homens estão aferrados a este mundo, pois agem com o fim de obter recompensa e ganho; estão apegados aos objetos de seus desejos, e, por isso, cansam-se na escravidão dos sentidos”? (*Karma Yoga*, 3:9). Que cada um responda a si mesmo.

¹²⁹Na filosofia Oriental, Dharma é uma palavra sânscrita que significa o Caminho da Lei. É o dever, o correto pensamento, a correta palavra, a correta ação. É a lei de justiça universal.

¹³⁰Na filosofia Oriental, Karma é a lei de causa e efeito, a lei de ação e reação. A palavra karma vem da raiz sânscrita *kr* que significa fazer e do sufixo *ma* que significa efeito. Não é negativo nem positivo. Não é uma lei de punição, e sim uma lei de educação para vermos nossos erros e defeitos. A lei do karma abrange todo o Universo e é considerada um dos princípios fundamentais da física: “A toda ação corresponde uma reação igual e em sentido contrário”. Ela pode ser considerada como uma lei de harmonia universal que preserva a unidade do universo.

6. APRENDER A CONVIVER

Era uma vez, um cientista que vivia preocupado com os problemas do mundo e decidido a encontrar meios de melhorá-los. Passava dias e dias no seu laboratório à procura de respostas. Um dia, o seu filho de sete anos invadiu o seu santuário querendo ajudar o pai. Claro que o cientista não queria ser interrompido e, por isso, tentou que o filho fosse brincar em vez de ficar ali, atrapalhando-o. Mas, como o menino era persistente, o pai teve de arranjar uma maneira de entretê-lo no laboratório. Foi, então, que reparou num mapa do mundo que estava na página de uma revista. Lembrou-se de cortar o mapa em vários pedaços e depois apresentou o desafio ao filho – Filho, você vai me ajudar a consertar o mundo! Aqui está o mundo todo partido. E você vai arrumá-lo para que ele fique bem outra vez! Quando você terminar, me chame, ok? O cientista estava convencido que a criança levaria dias para resolver o quebra-cabeças que ele tinha construído. Mas surpreendentemente, poucas horas depois, o filho já chamava por ele: – Pai, pai, já fiz tudo. Consegui consertar o mundo! O pai não queria acreditar, achava que era impossível um miúdo daquela idade ter conseguido montar o quebra-cabeças de uma imagem que ele nunca tinha visto antes. Por isso, apenas levantou os olhos dos seus cálculos para ver o trabalho do filho que, pensava ele, não era mais do que um disparate digno de uma criança daquela idade. Porém, quando viu o mapa completamente montado, sem nenhum erro, perguntou ao filho como é que ele tinha conseguido sem nunca ter visto um mapa do mundo anteriormente. – Pai, eu não sabia como era o mundo, mas quando você tirou o papel da revista para recortar, eu vi que, do outro lado da página, havia a figura de um homem. Quando você me deu o mundo para eu consertar, eu tentei mas não consegui. Foi aí que me lembrei do homem; virei os pedaços de papel ao contrário e comecei a consertar o homem que eu sabia como era. Quando consegui consertar o homem, virei a folha e vi que tinha consertado o mundo.

Mestre e discípulo foram até uma região onde havia fartura de arroz, mas os habitantes daquele lugar possuíam talas em seus braços, o que os impedia de levarem o alimento à própria boca. No meio daquela fartura, passavam fome e eram fracos e subnutridos! – Veja! – Disse o Mestre – Isto é o inferno coletivo. Em seguida, o Mestre guiou o Discípulo para uma região próxima e mostrou que nela também havia fartura de arroz e as pessoas também tinham os braços atados a talas, mas eram saudáveis e bem nutridas, pois uma levava o arroz à boca do outro, em um processo de interdependência e cooperação mútua. – E isto é o Céu coletivo.

Desde que o Universo foi criado, ou se autocriou, que tudo nele se move *conjuntamente*. A unidade é, portanto, uma de suas leis fundamentais, é a coreógrafa que, furtiva por detrás da coxia do *teatro da existência*, sincroniza o movimento do balé quântico da ilusória separatividade. Desde que o mundo foi criado pelo Universo, que tudo nele se move simbiótica e conjuntamente em harmonia com o seu próprio criador. E desde

que o homem foi criado pelo mundo, ou no Mundo, que tudo nele se move – espiritual, psicológica e fisicamente – na direção de possíveis *conjunções* com o mundo e com o universo. Porém, “o homem é um animal cívico, mais social do que as abelhas e outros animais que vivem juntos” (ARISTÓTELES, *Política*, p.11) e, como tal, nada parece lhe fascinar mais que a *irresistível* *conjunção* com o seu semelhante. Em última instância, é ela quem confere o mais profundo sentido à existência humana, uma vez que, em suas incognoscíveis nuances, ocultam-se o significado de *humanidade* como “uma unidade” e de *sociedade* como uma complexa trama que reúne, em misteriosos laços, os nunca previsíveis destinos humanos.

Com efeito, se considerarmos a história em suas matrizes idealísticas, desta vez nos esforçando a compreendê-la intuitivamente ou depurando um pouco dos nossos apriorismos materialistas, perceberemos que todas as sociedades antigas de que temos conhecimento, embora diversas em seus aspectos simbólico-culturais de representação, compartilharam uma visão transcendental, a partir da qual todos os homens foram criados numa mesma gênese, e que o sentido potencial de suas existências, em última instância, estaria em evoluir *conjuntamente* na direção do reencontro com esta *Unidade Criadora*. Esta, por sua vez, em sua acepção religiosa arcaica, foi chamada pelos hindus de *Brâman*¹³¹, o *Espírito Divino e Infinito*, o princípio neutro e não-personalizado do Universo, a raiz de toda a consciência que evolui no manifestado; pelos egípcios de *Rá*, o “Sol do Meio-Dia”, criador de todas as formas de vida que foram convocadas à existência pelos seus “nomes secretos”; pelos iorubanos de *Olorun*, o *Ser Supremo, Criador do Órun-Àiyêou* de “tudo que existe de conhecido e desconhecido”; e na onomástica das religiões abraâmicas, pelos seguidores do monoteísmo judaico, cristão e islâmico, respectivamente, de *Iavé*, *Deus* e *Alah*.

Num sentido mais antropológico, os antigos em geral acreditavam que a evolução de suas sociedades – até os patamares ideais que, em cada uma delas o próprio desenvolvimento cultural permitiu conceber – estaria tão mais consolidada, quanto mais fortalecidos estivessem os *laços sociais* que as sustentavam. Esta *constante antropológica*, vertida sob a forma de ensinamentos filosóficos ou religiosos, nos mais variados sistemas de conhecimento da Tradição, sugere que a *fraternidade universal* sempre foi o mais elevado *ideal de vida em sociedade* – se não para todas, decerto para as mais brilhantes sociedades do passado. Tamanho poder de coesão social tiveram os povos que o perseguiram – por vezes através de

¹³¹ Não confundir com *Brahma*, uma das divindades da Trindade Clássica do Hinduísmo (*Trimurti*). Segundo os estudiosos vendantinos, Brâman é o "Absoluto", o Espírito que emana de Parabrahma, “a raiz sem raiz”, no início de um novo ciclo de manifestação chamado de Mahamanvantara.

processos contraditórios e quase sempre incompreensíveis de um ponto de vista estritamente moderno – que muitos deles chegaram a construir civilizações milenárias, cujas instituições políticas, jurídicas e sociais contemporâneas são apenas reflexos moribundos. Ademais, dos estandartes da antiquíssima Índia Aryavatha à divisa iluminista francesa pré-revolucionária¹³²; dos prosélitos cristãos, sempre prontos a proclamarem um tal reino de eterna irmandade entre os homens, aos preâmbulos das constituições democráticas modernas; do “espírito civilizador” da antiga Roma aos princípios maçônicos¹³³ que salvaguardaram preciosos valores da Tradição, e do ideal platônico de estado à *Declaração Universal dos Direitos do Homem* – o “clarim” do *Ideal de Fraternidade Universal* parece ter sido tocado, em diferentes acordes, por todos os cantos e recantos da história. E a propósito, nunca é demais lembrar que, por “inaudível” que esteja nos dias de hoje, ressoam, da *Carta Magna de 1948*¹³⁴, os acordes harmônicos de uma “antiga canção” a qual diz que a humanidade é uma “família” e que “todos os seres humanos devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”.

Do latim *fraternitas*, “irmandade”; de *frater*, “irmão”, a fraternidade, porém, sempre parecerá uma meta inatingível, se antes não aprendermos o real valor da convivência, da cortesia e da concórdia, que são seus pilares fundamentais. Sendo assim, podemos depreender que a convivência é o mais essencial destes valores, uma vez que ela é a base a partir da qual se ergue o “edifício político” em qualquer sociedade. Contudo, esta construção é mais difícil do que parece à primeira vista, pois exige a equalização justa de distintos níveis de necessidades humanas, desde as espirituais e psicológicas até as de ordem instintual; algumas tão atávicas e dificilmente controláveis como a necessidade de sobrevivência. É por isso que Política, segundo entendiam Confúcio, Platão, Aristóteles e outros grandes filósofos, “é a ciência e a arte de conduzir, educar e harmonizar os povos, elevando-os – não os arrastando – desde seus fundamentos físicos e biológicos até os cumes da realização, nos aspectos emocional, mental e espiritual” (LIVRAGA, s/d, p.100). Neste sentido, para estes filósofos, desafio mais árduo, e ao mesmo tempo oportuno, não encontrariam para o exercício integral de suas potencialidades humanas. Isto é, para eles, *conviver* significava pôr-se à prova da autenticidade de suas identidades e caracteres; colocar-se sob o juízo intransigente e inflexível

¹³² “Liberté, Igualité e Fraternité”.

¹³³ Iluministas se filiaram às Lojas Maçônicas como um lugar seguro e intelectualmente livre e neutro, apropriado para a discussão de suas ideias, principalmente no século XVIII quando os ideais libertários ainda sofriam sérias restrições por parte dos governos absolutistas na Europa continental e por isso certamente a Maçonaria teria contribuído para a difusão do Iluminismo e que este por sua vez também possa ter contribuído para a difusão das lojas maçônicas. O lema, ou o símbolo, “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, por exemplo, exprime as mais profundas aspirações sociais da Maçonaria.

¹³⁴ Artigo I.

do outro; expor-se à incompreensão alheia, à crítica e ao perigo do desafeto. Mas, paradoxalmente, significava também se reconhecer como único e ao mesmo tempo parte do enigma humano de “ser um, sendo muitos”; refletir-se no “outro de si mesmo” para poder contemplar o que cada qual era na igualdade e na diferença; o ato místico de “atravessar-se” na direção do outro pela ponte misteriosa do amor e da compaixão; a “arte do encontro e do desencontro” de duas ou mais consciências que, oportunamente, foram convocadas pela vida a tecer alguns fios, através de tramas infinitamente diversas, do sempre inacabado enredo da humanidade. Em suma, para estes filósofos, conviver significava o grande desafio da humanidade, a sua “prova iniciática” do cotidiano e da história, uma vez que se nos atentarmos para os mais notáveis tratados éticos da Tradição, perceberemos que praticamente tudo girou em torno do aprender a conviver.

Das obras clássicas das tradições do Oriente e do Ocidente, por exemplo, podemos extrair uma infinidade de ensinamentos morais acerca do valor da convivência, bem como do sentido mais profundo da vida em sociedade. Em todas elas, o *Ideal de Fraternidade* prevalece e é constantemente evocado, principalmente através de recomendações que procuram precaver os homens quanto ao perigo da separatividade. Ao referir-se ao Budismo, por exemplo, Livraga (s/d, p. 66) considera que, para esta doutrina, “um dos laços que mais dificultam a libertação do homem é o sentido de separatividade, o acreditar-se isolado e independente e não se sentir como parte de um Todo harmônico, [pois] logicamente, quem se conforma com sua “parte” não aspira a converter-se no Todo”. Podemos ainda encontrar verdadeiras “pérolas de sabedoria”, no *Livro dos Preceitos de Ouro*, da Tradição milenar do Tibete, traduzido parcialmente no Ocidente com o título *A Voz do Silêncio*, tais como: “Se através da Sala da Sabedoria queres chegar ao Vale da Beatitude, Discípulo, fecha célere os teus sentidos à grande e terrível *heresia do separatismo*¹³⁵ que te afasta dos demais” (*A Voz do Silêncio*, 2005, p. 67) e “deixa que as escaldantes lágrimas humanas caiam uma a uma em teu coração e nele permaneçam, sem enxugá-las, enquanto durar a dor que as produziu” (Idem, p. 73). Num dos papiros egípcios do século XXV a.c., que compõe parte da obra *A Sabedoria do Vizir Ptahotep*, citado por Livraga (s/d, p. 86), destaca-se o seguinte ensinamento: “Se cultivas, teus campos frutificam e Deus te dá abundância; não enchas tua boca sem ter em conta teu próximo”. Sêneca, citado por Ehrhardt (2008, p. 122), por seu turno, assegurava que “há entre nós uma comunhão total de interesses; nem a felicidade nem a adversidade são fenômenos individuais: vivemos para a comunidade. [...] tem de viver para os outros quem

¹³⁵ Grifo meu.

quiser viver para si mesmo”. No capítulo que antecede a belíssima e famosa passagem “sem amor eu nada seria”, em sua *Carta aos Coríntios*, Paulo compara a comunidade cristã à unidade de um corpo, no qual um membro não pode se separar dos demais: “O olho não pode dizer à mão - 'Não necessito de ti'; a cabeça não pode dizer aos pés - 'Não tenho necessidade de vós'” (*Coríntios*, 12:21). Séculos antes, na Grécia, seguindo o mesmo caminho, porém com um viés político, Platão idealizou em sua *República* que “todos os cidadãos estarão unidos naquilo que considerarão o seu próprio interesse e, assim unidos, experimentarão alegrias e tristezas em perfeita comunhão” (PLATÃO, *A República*, p. 221). Finalmente, Aristóteles, sem destoar do seu mestre, afirmou em sua obra *Política*, que

O Estado, ou sociedade política, é até mesmo o primeiro objeto a que se propôs a natureza'. O todo existe necessariamente antes da parte. As sociedades domésticas em que os indivíduos não são senão as partes integrantes da cidade, todas subordinadas ao corpo inteiro, todas distintas por seus poderes e funções, e todas inúteis quando desarticuladas, semelhantes às mãos e aos pés que, uma vez separados do corpo, só conservam o nome e a aparência, sem a realidade, como uma mão de pedra. O mesmo ocorre com os membros da cidade: nenhum pode bastar-se a si mesmo. Aquele que não precisa dos outros homens, ou não pode resolver-se a ficar com eles, ou é um deus, ou um bruto (ARISTÓTELES, *Política*, p. 12).

Entrementes, posto que estes ensinamentos da Tradição são creditáveis nos dias atuais, uma vez que são atemporais e portanto capazes de nos inspirar a uma melhor convivência, caberia aqui perguntar provocativamente: sabemos mesmo o que é viver, para estarmos buscando uma melhor maneira de conviver? Não estaríamos hoje confundindo *vivência* com *sobrevivência*? Na verdade, as respostas para tais perguntas parecem óbvias demais, dado que “viver” nos dias de hoje se traduz basicamente em realizar as necessidades instintuais da personalidade, como “reproduzir a espécie” e acumular experiências prazerosas e bens materiais, ainda que, paradoxalmente, a infelicidade e a indignidade sejam as “constantes antropológicas” das sociedades atuais, como afirmam todos os anos os relatórios de desenvolvimento humano das Nações Unidas¹³⁶.

Talvez isso explique, pelo menos em parte, o nosso habitual *complexo de vítima* ante as adversidades que se sucedem no âmbito de nossas vidas individual e coletiva, que bem se assemelha ao que Nietzsche chamou de *moral dos fracos*. Isto é, por um singular caminho de reflexão¹³⁷, este insurgente filósofo, ao investigar filologicamente as matrizes arcaicas da nossa cultura, verificou que a ascensão do Cristianismo – que substituiu a *ordem cosmológica clássica* pela ideia monoteísta de um *deus severo e punidor* – nos levou paulatinamente a

¹³⁶ Ver *Relatórios Anuais de Desenvolvimento Humano* (PNUD). Disponíveis em: www.pnud.org.br

¹³⁷ Método Genealógico.

“justificar” as nossas fraquezas e impotências existenciais, através de um constante posicionamento *negativo* ante a vida. Mais precisamente, Nietzsche percebeu que, ao longo dos quase 1500 anos que sucederam a queda do mundo antigo, o valor cristão do *ressentimento*, à medida que nos “oxidou moralmente” pela via da corrosão e da ressignificação dos valores clássicos de afirmação da vida, como a honra e a coragem, foi nos paralisando naquele que é um dos gestos humanos mais característicos dos dias atuais – a saber, o do “dedo em riste” à procura de culpados. Sendo assim, paralisados que estamos, nos tornamos um *tipo humano fraco*, espécie de indivíduo que não responde mais por si mesmo de maneira ativa, nem pelo outro, nem tampouco pelo mundo em que vive.

Não é difícil, pois, depreender que o “diagnóstico nietzschiano”, por embaraçoso que seja o reconhecimento de sua plausibilidade, corrobora com o pressuposto de que precisamos *aprender a conviver com nós mesmos*, sob o risco de nos ressentirmos com a vida, desqualificando a convivência com os demais. Com efeito, o ressentido busca sempre um culpado para descarregar as suas afecções interiores, seus desejos não realizados, suas frustrações emocionais, voltando-se quase sempre para o outro e nunca afirmando-se a si mesmo como único responsável pelos seus dilemas existenciais. Em outras palavras, conforme as suspeitas deste filósofo, nos *fracos* há uma necessidade de dirigir-se para fora ao invés de voltar-se para si, afirmando o *ressentimento* como um valor, porquanto as ações morais deles nunca são proativas, mas sempre reativas. Neste sentido, para melhor elucidar este ponto de vista, vale aqui assinalar uma pequena passagem de uma de suas obras capitais, *Genealogia da Moral*, onde ele dá o seguinte veredito:

Esta inversão de olhar – este necessário dirigir-se para fora, em vez de voltar-se para si – é algo próprio do ressentimento: a moral escrava [ou dos fracos] sempre requer, para nascer, um mundo oposto e exterior, para poder agir em absoluto – sua função é no fundo reação” [...] Enquanto toda a moral nobre nasce de um triunfante Sim a si mesma, já de início a moral escrava diz *Não* a um ‘fora’, um ‘outro’, um ‘não – eu’ – e *este* ‘não’ é seu ato criador” (NIETZSCHE, 2001, pp. 28-29).

Posto isso, e a propósito deste *aprender a viver consigo mesmo para aprender a conviver* com os outros, vale aqui transcrever – por intermédio de palavras mais simples – um antigo apólogo hebraico cuja “moral da estória” é reveladora quanto a este desafio:

Contam que houve certa vez, numa carpintaria, uma estranha assembleia. Foi uma reunião de ferramentas para acertar suas diferenças. O martelo assumiu a presidência, mas a assembleia o notificou que tinha de renunciar. A causa? “Fazia barulho demais! E, além disso, passava todo o tempo batendo.” O martelo aceitou sua responsabilidade, pedindo, contudo, que também fosse expulso o parafuso; disse que “era preciso dar-lhe muitas voltas para que servisse de algo”. Diante do ataque,

o parafuso igualmente aceitou, mas, por sua vez, pediu a expulsão da lixa. O parafuso explicou que “era muito áspera na abordagem e sempre tinha atritos com os outros”. Embora concordasse, a lixa requereu a expulsão do metro, que nunca “deixava de medir os outros, segundo seu padrão, como se fosse o único perfeito”. Entrou nesse momento o carpinteiro, pôs o avental e começou seu trabalho. Fez uso do martelo, da lixa, do metro e do parafuso. Por fim, a tosca madeira inicial transformou-se num lindo jogo de xadrez. (BUTERA, 2013, p. 9)

Destarte, é plausível supor que, como na “carpintaria”, a verdade sobre como *aprender a conviver com nós mesmos*, está em encontrar dentro de si próprio o “carpinteiro”, único que – por buscar um ideal – será capaz de manejar com justiça as diferentes “ferramentas” da personalidade, de modo a transformá-la, de uma tosca “madeira”, num “lindo jogo de xadrez”. Do mesmo modo, para *aprendermos a conviver socialmente* com as diversas “classes de ferramentas”, independentemente de suas características distintivas, é preciso encontrar o “carpinteiro”, único que – por buscar um ideal – conduzirá cada qual a seus respectivos papéis sociais, a que estão naturalmente vocacionados. Em Platão, por exemplo, o primeiro caso refere-se ao conceito de *indivíduo*, o qual demarca o tipo humano que governa a si mesmo. O segundo caso se refere ao ideal de *Estado* que se fundamenta na ordenação de cada um dos diferentes membros da sociedade em sua melhor função – os artesãos se dedicariam à produção de bens materiais; os guerreiros se encarregariam de defender a sociedade; os filósofos zelariam pela observância das leis e promoveriam a justiça; e dentre estes últimos, o melhor seria o “carpinteiro”. Isso, pois, segundo este filósofo, “quando cada uma das classes exerce a sua função própria, ‘aquela para a qual a sua natureza é a mais adequada’, a cidade é justa. Esta distribuição de tarefas e competências resulta do fato de que cada um de nós não nasceu igual ao outro e, assim, cada um contribui com a sua parte para a satisfação das necessidades da vida individual e coletiva” (PLATÃO apud PIRES, 1997, p. 23). Assim, o Estado proposto por Platão:

[...] Não é a simples soma de seus componentes, é um produto, uma potência em ato de governo, uma Ciência, um Poder, um verdadeiro ato místico e filosófico. Tal como a Ideia-Indivíduo excede ou envolve comodamente todas as estruturas que no Indivíduo tratam de prevalecer, assim, e não de outra maneira, a Ideia-Estado, ou Ideal de Estado, o faz para com os cidadãos, instruindo-os, dirigindo-os, protegendo-os e realizando-os no seio de uma harmonia insuspeitada para o homem atual (LIVRAGA, s/d, p. 151)

Tais pressupostos denominam-se, respectivamente, *ideal filosófico* e *ideal político*, e como constituem dois dos principais fundamentos da transcendental metafísica platônica, foram apresentados alegoricamente no famoso *Mito da Caverna*. Ademais, fundamenta-se no mais puro conceito de justiça, a saber: “dar a cada um aquilo que é próprio, de acordo a sua

natureza e seus atos”. Deste modo, refletindo o sistema piramidal da própria natureza, o homem mais justo deverá ser juiz de si mesmo e de todos; o mais forte protetor de si mesmo e de todos; o de mais acrisolada vontade e nobreza espiritual, se dominará a si mesmo e poderá estender esse benefício a todos, reinando para eles (PLATÃO apud LIVRAGA, s/d).

Por mais que sejam estranhas as suas possíveis aplicações no âmbito de nossas sociedades – tendo em vista que somos “materialistas demais” para concebermos *natureza humana*; “utilitaristas demais” para considerarmos *vocação* como um “chamado da alma”; e “democráticos demais” no atendimento dos desejos da nossa personalidade – os ideais filosóficos e político de Platão parecem demasiadamente necessário nos dias de hoje, haja vista o flagrante desconcerto existencial dos “indivíduos” e de suas atuais sociedades. Aliás, parece muito óbvio também que, se clamamos tanto por justiça, tratemos de formar homens verdadeiramente justos – e não somente diplomados, que em certa medida, são apenas muito bons conhecedores das legislações vigentes. E antes que se pense que esta proposição é indecorosa, vale aqui ressaltar que, para Platão, a justiça só poderá ser alcançada dentro e fora do homem, através da harmonização de três virtudes, consideradas, por ele, como as fundamentais da alma e da cidade: a *temperança*, a *coragem* e a *prudência* (sabedoria). Fundadas na arcaica noção grega de *diké*¹³⁸ – a justa medida –, a *temperança* no homem é a justiça aplicada nos apetites da personalidade para a sua moderação; a *coragem*, a justiça aplicada à capacidade de arbítrio em relação ao que se deve ou não temer, não permitindo que a razão seja obscurecida; e a *prudência* é a justiça do próprio espírito. Portanto, se para Platão o homem justo é aquele no qual prevalece a conjunção harmônica destas três virtudes, *o homem justo é o virtuoso*¹³⁹. Justiça é, portanto, segundo Platão, citado por Pires (1997, p. 23) “no indivíduo, a harmonia das partes da alma sob o domínio superior da razão; no estado, é a harmonia e a concórdia das classes da cidade”.

Não por coincidência, semelhantes ideias encontraremos no Confucionismo, que parece ter sido a doutrina filosófica oriental mais preocupada com o *ideal político* e com os *valores da convivência*. Na verdade, Confúcio não faz uma distinção clara entre ética e política, uma vez que para ele, esta só existe em função daquela, devendo ambas refletir a “humanidade do homem” (Ren) através de uma “ordem social racionalizada” (Li). Como

¹³⁸ Diké é uma divindade grega que representa a Justiça, também conhecida como Dice, ou ainda, Astreia. Filha de Zeus e Têmis ela não usa vendas para julgar. De acordo com Ferraz Júnior (2003, p. 32-33) os gregos colocavam a balança, com os dois pratos, na mão esquerda da deusa Diké, mas sem o fiel no meio, e em sua mão direita estava uma espada e estando de pé com os olhos bem abertos declarava existir o justo quando os pratos estavam em equilíbrio, ísion, origem da palavra isonomia, que para a língua vulgar dos gregos, o justo (o direito) significa o que era visto como igual. “O fato de que a deusa grega tinha uma espada e a romana não, mostra que os gregos aliavam o conhecer o direito à força para executá-lo”. (FERRAZ JÚNIOR, 2003, p. 32-33).

¹³⁹ “[...] os homens justos são sábios, melhores e poderosos”. (PLATÃO, *A República*, p.30)

explícita em seus *Analectos*, citado por Livraga (s/d, p.100): “a ordem política é o fruto de uma ordem ética”. Em outras palavras, uma *ordem social justa*, onde a convivência entre os homens se daria de forma equilibrada e salutar, dependia necessariamente do esforço de cada indivíduo em harmonizar a sua personalidade de modo que pudesse expressar o *bem* e a *justiça* em seu próprio comportamento. Neste sentido, se a ética confucionista se fundamentava na *harmonização interior* do indivíduo, a *política* fundamentava-se na *harmonização da sociedade*, tendo assim importante papel o governante neste processo, uma vez que, para dirigir a coletividade, pressupunha-se que ele já teria previamente harmonizado, dirigido e conquistado a si mesmo. Portanto, como Platão, Confúcio propõe o governo filosófico, dirigido pelo mais virtuoso, pelo *Homem Ju* – semelhante ao *Aristos* grego. Isso, pois, diferentemente dos profetas das religiões monoteístas,

Confúcio não pregava uma teologia que conduzisse a humanidade a uma redenção pessoal. Pregava uma filosofia que buscava a redenção do Estado mediante a correção do comportamento individual. Tratava-se de uma doutrina orientada para esse mundo, pregava um *código de conduta social* e não um caminho para a “vida após a morte”. (KISSINGER, 2011, p.33)

Em suma, como afirma Livraga (s/d, p. 96), o confucionismo “fundamenta-se numa atitude humanista despojada de todo misticismo vão, interessada pelas relações essenciais entre os homens, instaurando um regime ético-político destinado a alcançar a fraternidade, a concórdia e a harmonia”, conforme fica evidente neste famoso diálogo entre Confúcio e um de seus discípulos: “Zilu perguntou como servir aos espíritos [...]. O Mestre disse: ‘Ainda não és capaz de servir aos homens, como poderia servir aos espíritos?’ Zilu disse: ‘Posso vos perguntar sobre a morte?’ O Mestre disse: ‘Ainda não conheces a vida, como poderias conhecer a morte?’” (*Analectos*, 11:12).

Séculos mais tarde, Zenão foi, todavia, muito mais audaz e abrangente que Platão e Confúcio no que tange à ideia de convivência humana – pelo menos de um ponto de vista estritamente político, uma vez que o mesmo chegou a imaginar a existência no futuro de um estado que abarcasse a humanidade por inteiro. Fundador da “filosofia do pórtico” ou *Estoicismo*, este filósofo – a quem se atribui uma das primeiras abordagens acerca do *cosmopolitismo político*, que hoje é um dos princípios fundamentais da teoria contemporânea dos direitos humanos – postulou em sua austera filosofia, a transferência das virtudes da esfera pública para a privada, porquanto para ele a cidade não acabava nos muros da *pólis*, e o homem deveria ser um *kosmokóí* ou um “cidadão do mundo”. Segundo Farago & Sampaio (2005), Zenão modifica a teoria sobre a cidadania em função de uma reflexão ímpar sobre o

modo de ser do cosmo e do homem, pois a ordem do todo deve expressar, para um estóico, a união homem-natureza-lei-cidade – e essa era a tônica do Pórtico. Em outras palavras, transcendendo os limites geopolíticos delineados pelo seu próprio contexto histórico, Zenão acreditava que uma convivência justa entre os homens, independentemente do tempo e do lugar onde os mesmos se encontrassem, só seria possível se cada qual buscasse o aperfeiçoamento voluntário do seu próprio caráter através da prática das virtudes da *renúncia*, da *serenidade* e da *compreensão aos defeitos alheios* – segundo ele, imprescindíveis para o desenvolvimento de defesas internas, morais e psicológicas contra os infortúnios da existência e os atropelos da vida em sociedade. Ao reconhecer como *una a essência humana*, deixou registrado em seus escritos, hoje somente encontrado sob a forma de fragmentos, que “devemos considerar todos os homens como ‘démotas’ e cidadãos, e que o modo de vida seja uno e a ordem uma, como um rebanho que numa mesma pastagem se nutre em conjunto, segundo uma mesma lei” (ZENÃO apud GAZOLLA, 1999, p. 51). Para tanto, preconizou, conforme explica Schilling (2002), que o espírito deve necessariamente desprender-se dos localismos, sobrepassando bem acima das fronteiras, das cúpulas e dos símbolos dos templos, das mesquinhas patrióticas, das bravatas guerreiras, da cupidez dos interesses mercantis; devendo ir ao encontro, lá do outro lado do mundo, daquele desconhecido, de quem não se sabe nem o nome nem o sexo, mas sabe-se um igual. Sendo assim, o ideal político estoico “[...] é mais do que cosmopolita, é ecumênico, pois pretende ser universal, e, tal como evidenciara o filósofo alemão Immanuel Kant, através do seu *imperativo categórico*, a humanidade é o que deve prevalecer” (FARAGO & SAMPAIO, 2005, p. 8).

Duas ou três gerações posteriores a Zenão, ecos deste mesmo *ideal cosmopolita* foram ouvidos da cúpula política de Roma: “a natureza gerou o homem como uma família, pois nos criou da mesma matéria e temos o mesmo destino, [...] ao mesmo tempo em que aponta para nós o caminho do viver em sociedade” (SÊNECA apud EHRHARDT, 2008, p. 110). Assim, os romanos, influenciados pelo estoicismo que acabaria por fazer brotar mais tarde o gênio de Sêneca, Epíteto e Marco Aurélio, mas, sobretudo, pela vocação que sempre tiveram para o pragmatismo e o cosmopolitismo políticos, conceberam a *convivência* como um exercício de *civilidade*, que era, por sua vez, o fundamento moral de seu *ideal político*, bem como de sua abrangente noção de cidadania como elemento de aglutinação social. Isso, pois, se de um lado “os romanos, tanto durante a República, como durante o Império, eram cidadãos. Humildes ou poderosos, [...] nenhuma hesitação é possível: cada romano era um cidadão, e todo aquele que possuísse ou adquirisse o “direito de cidadania”, a “cidadania” romana, era automaticamente romano” (NICOLET, 1990, p. 22); de outro, como “em latim, não há nenhuma palavra que

designe o ‘homem político’, a não ser, na sua nudez, aquele que designa também o cidadão, *civis*, o homem político ideal é o *bônus* ou o *optimus ivis*” (MARROU, 1990, p. 44). Ademais,

uma comunidade julga-se segundo os valores nos quais comungam seus membros: o ideal de Roma imperial não estava limitado aos valores propriamente políticos: a justiça, a ordem e a paz não constituíam, a seus olhos, um fim: eram apenas meios que permitiam aos homens viverem em segurança, em abundância, no lazer, ou seja, na felicidade, esta felicidade que, aos olhos de todos os pensadores helenísticos, representavam o supremo valor, a razão de viver da humanidade (MARROU, 1990, p. 448).

Com efeito, “se o mundo humano não fosse um mundo de vida e o problema de harmonia social fosse um problema mecânico, seria um quebra-cabeça do qual seria impossível encaixar exatamente as peças” (RAM, 1968, p. 7). Em outras palavras, se a vida é um fluxo inteligente capaz de agregar harmonicamente diferentes átomos em torno de um “ideal de molécula”; moléculas das mais variadas em torno de um “ideal de substância”; trilhões de células de diversas categorias em torno de um “ideal de corpo”; um sem número de espécie de plantas e animais em torno de um “ideal ecológico”; obscuros planetas, planetoides e cometas em torno de um “ideal luminoso”; e, em última instância, sistemas solares de grandezas incomensuráveis em torno de um “ideal galáctico” – parece plausível afirmar que a *convivência* entre diferentes homens pode seguir este mesmo arquétipo, bastando que os mesmos tenham em vista o *Ideal de Fraternidade* e se fundamentem em axiomas naturais, como o que assevera que “o êxito da vida coletiva deve depender da plenitude da vida do indivíduo” (RAM, 1968, p. 8). Isso, porque, se de um lado, como afirmam Platão e Confúcio, a vida é *cosmos* ou *li*, e não *caos* ou uma manifestação de fenômenos aleatórios; de outro, pouco importa a raça, credo, etc. a que pertence o indivíduo, pois, se começa a despertar interiormente, as denominações de suas aparências externas se desvalorizam ante a elevação dos valores interiores que estão além de todas as fronteiras e limitações (LIVRAGA, s/d).

Igualmente, podemos depreender que este movimento de harmonização de dentro para fora, ou do indivíduo para a sociedade, é o fundamento da tão conhecida *Ética da Reciprocidade*. É, portanto, um *axioma natural* encontrado em todos os sistemas sociopolíticos tradicionais, revelando-se filosoficamente como um dos “arquétipos” fundamentais da convivência humana. Por isso mesmo, podemos encontrá-lo também, em suas mais elevadas acepções, sob a fórmula de *Regras de Ouro*, nos diferentes sistemas religiosos de que se tem notícia, muito embora essas sejam igualmente repetidas nos autodenominados códigos de ética das grandes organizações, e em suas diretrizes econômicas mais diversas.

Segundo Thiry-Cherques (2006), a regra de ouro, ou o princípio de que “não devemos fazer aos outros o que não queremos que nos façam”, é certamente o preceito mais difundido e aceito em todos os tempos, tendo uma história antiquíssima e duas fórmulas básicas: uma negativa, outra positiva. A fórmula negativa – “não faças a outro o que não queres que te façam” – é mais conhecida, provavelmente, porque assim consta como a palavra de Jesus, tanto em Mateus (7:12) “Tudo o que vós quereis que os homens vos façam, fazei-lho também vós a eles”; quanto em Lucas (6:31) “Como vocês querem que os outros lhes façam, façam também vocês a eles”. Mas a fórmula é muito mais velha do que a cristandade. O caminho que percorreu até ir parar na Palestina romana, não é possível descrever. Talvez, a regra seja, em sua transmissão, reinventada por cada povo a cada novo ciclo cultural. O fato é que, já no século. VI a.C., a encontramos no Zoroastrismo¹⁴⁰, sob a forma da assertiva: “A natureza humana é boa somente quando ela não faz aos outros qualquer coisa que não seja boa para ela.” (*Dadistan-i-Dinik*, 94:5). No Budismo, o preceito é repetido quase da mesma maneira: “Não firas outro de modo que você não queira ser ferido” (*Udana Vagga*, 5:18). Na religião do antigo Egito: “Não prejudiques um homem para que outro não prejudique a ti” (Papiro Onchsheshonqy, s/n). Confúcio, ao ensinar as cinco virtudes (bondade, honradez, decoro, sabedoria e fidelidade), toma a regra de ouro como guia (*Analectos*, 15:23, 6:28), citando-a expressamente em (12:2): “Aquilo que não se quer para si próprio não se deve fazer aos outros”. No Hinduísmo, Krishna ensina o sentido da vida usando a mesma fórmula usada muito mais tarde por Santo Agostinho e São Tomás de Aquino: “Esta é a suma do dever: não faças ao outro aquilo que se a ti for feito, te causará dor” (*Mahabhárata*, 5:15). A fórmula positiva da regra de ouro – “age em relação aos outros como queres que os outros ajam em relação a ti” - é menos comum. Está na *Torá* judaica; aliás, em um dos manuscritos¹⁴¹ recuperados no Mar Morto e que se supõe ter sido escrito no século. II a.C., mas cuja ação se passa por volta do século VIII a.C., quando Israel foi expulso da Assíria (*Deuteronômio*, 24). É uma recomendação belíssima da 31ª Shabbat, que diz: “O que é odioso para você, não faça a seu vizinho; esta é toda a Lei, o resto são comentários, vá e aprenda”. Entretanto, a fórmula

¹⁴⁰ O zoroastrismo é uma religião fundada na antiga Pérsia pelo profeta Zaratustra, a quem os gregos chamavam de Zoroastro. É considerada como a primeira manifestação de um monoteísmo ético.

¹⁴¹ Estes manuscritos, descobertos entre 1947 e 1956 foram, na sua maioria, escritos antes da era cristã e guardados em rolos, dentro de vasilhas de barro. Só alguns foram redigidos depois da morte de Jesus. São a relíquia religiosa mais importante depois de se ter provado que o "Santo Sudário", supostamente a mortalha do corpo de Jesus, tinha sido tecido 1300 anos depois da sua morte.

mais tocante talvez seja a do Jainismo¹⁴², que expressa à observância do *ainsa*: “Na felicidade como no sofrimento, na alegria como na tristeza, olha toda a criatura como você olharia para você mesmo.” (*Yoga-Sastra*). Indiretamente, foi também adotada pelo Islã: “Nenhum de nós é um crente até que deseje a seu irmão aquilo que deseja para si mesmo” (*Sunnah*). Enfim, a *Regra de Ouro* foi usada até mesmo pelo papa Gregório IX, antes dele próprio instaurar a Santa Inquisição através da bula *Licet ad Capiendos*, em 20 de abril de 1233. Escreveu o Sumo – Pontífice num documento eclesiástico, datado de 6 de abril de 1233: “Os cristãos devem mostrar para com os judeus a mesma boa vontade que queremos seja demonstrada para os cristãos em terras pagãs”.

Assim, tendo em vista a “infalibilidade” de tais pressupostos, podemos depreender que o primeiro *ato político* da vida de um indivíduo consciente e comprometido com a *justa convivência* em sua sociedade, será consumado quando o mesmo adjudicar valor à guerra que inevitavelmente será deflagrada dentro de si mesmo, em favor da conquista de seu próprio autogoverno. Isso, pois, “apesar de poder se conquistar um milhão de pessoas no campo de batalha, melhor do que este é aquele que se conquistou a si mesmo” (*Sahassa Vagga*, 8:4). Deste modo, considerando que o verdadeiro *homem político* é o indivíduo que luta para governar a si próprio, podemos depreender que o mesmo não nasce fortuitamente como em geral se pensa. Ele é factível, isto é, “não resulta de um fato natural, mas do fruto do esforço da consciência madura, esforço que só pode ser concebido e alcançado por homens que chegam a um determinado processo de autoformação e liberdade” (LIVRAGA, s/d, p. 148). Para tanto, este indivíduo terá, infatigavelmente, de se reerguer quantas vezes for necessário de suas silenciosas derrotas particulares e não se engrandecer com as suas pequenas vitórias cotidianas, bem como terá de desenvolver uma “consciência cavalheira”, sempre pronta a se esforçar para manter-se atenta a tudo que pensa, sente fala e faz. Não para exhibir-se a outrem¹⁴³, mas porque precisará se harmonizar com a sua “montaria” que, motivada pelas poderosas forças do inconsciente, tentará dominá-lo a todo custo. Portanto, para um indivíduo de “consciência cavalheira” – aqui referida apenas como uma categoria operativa e, por isso mesmo, alusiva a ambos os gêneros humanos – a autoestima, o autorrespeito e a dignidade deverão resultar eminentemente da sua habilidade de dizer “não” a si mesmo. Destarte, dominar-se a si mesmo deverá ser o seu exercício constante; harmonizar a sua personalidade,

¹⁴² Como já foi mencionado anteriormente, o Jainismo foi uma religião indiana criada no século VI a.C. em ruptura com a Tradição Védica e o Hinduísmo, fundamentada na ideia do *ainsa* – rejeição à violência e respeito aos viventes.

¹⁴³ Afinal, “não ficar transtornado quando os próprios méritos são ignorados, não é isso a marca distintiva de um cavalheiro?”. (*Analetos*, 1:1)

a sua meta; e posicionar-se diante do outro com atenção e sempre proclive a um convívio justo, o seu ideal – pois “para captar a oportunidade no momento justo é preciso não só estar presente, como estar atento” (SÊNECA apud EHRHARDT, 2008, p. 117). Talvez por isso que, no Japão, reza a lenda que os samurais treinavam todos os dias, não para vencerem seus oponentes, mas para “vencerem a si mesmos”. E a propósito, se algum dia o Oriente pôde nos oferecer, pelos seus ritos e práticas de sacralização do cotidiano, os mais inspiradores exemplos de convivência, é porque seus povos acreditavam que “o esforço sustentado, sincero, a disciplina e o autocontrole permitem que o homem sábio faça para si uma ilha, que nenhuma inundação destrói” (*Appamada Vagga*, 5:5). Na *A Arte Cavalheiresca do Arqueiro Zen*, destacada obra de Herrigel Eugen (1975) sobre a Tradição Japonesa do tiro com arco, encontra-se, por exemplo a seguinte passagem:

O que nos surpreende na prática do tiro com arco e na de outras artes que se cultivam no Japão (e provavelmente também em outros países do Extremo Oriente) é que não tem como objetivo nem resultados práticos, nem o aprimoramento do prazer estético, mas exercitar a consciência, com a finalidade de fazê-la atingir a *realidade última*. A meta do arqueiro não é apenas atingir o alvo; a espada não é empunhada para derrotar o adversário; o dançarino não dança unicamente com a finalidade de executar movimentos harmoniosos. O que eles pretendem, antes de tudo, é harmonizar o consciente com o inconsciente (p. 9).

Em outros termos, diferentemente dos animais que se realizam basicamente através dos seus instintos de sobrevivência, a nossa realização como seres humanos será tão mais humana, quanto mais superarmos os nossos condicionamentos instintuais e dispusermos dos nossos *potenciais internos* que latentemente subjazem em nosso íntimo profundo. Afinal, o homem, quando civilizado, “é o melhor dos animais, mas é também o pior de todos quando afastado da lei e da justiça, pois a injustiça é mais perniciosa quando armada, e o homem, nasce dotado de armas para serem bem usadas pela inteligência e pelo talento” (ARISTÓTELES, *Política*, p. 12). Isto é, precisamos fazer prevalecer os ditames do *ser* em nossa *personalidade*, sob o risco desta, pelo impulso de suas próprias leis de sobrevivência, nos arrastar ao egoísmo e, conseqüentemente, à separatividade em relação aos demais, e à uma vida empobrecida de valores e ideais. Para tanto, precisamos despertá-lo, convocando-o à vida, exigindo de nós mesmos mais do que “sobreviver” ou apenas “existir”, pois *viver* e *conviver* são artes, cujo significado e beleza somente serão percebidos a fundo por aqueles que buscam esforçadamente as *virtudes*, os *valores* e a *sabedoria*. E a propósito, é para isso que existe filosofia, ou seja, como “tecnologia de vida”, o sentido de ser do “amor à sabedoria” é justamente o de nos fornecer todo um ferramental de compreensão lógica e de

harmonização da vida, porquanto trabalha com o ordenamento de ações que levam às consequências esperadas, uma vez que opera num cenário, o qual apesar de ser complexo e dinâmico, encontra-se regido por *Leis* e por uma *Justiça Infalível*. Além disso, a filosofia é a própria *arte de viver e conviver*; arte que bem se expressa na atitude consciente do homem que busca nos mistérios de sua própria alma, a alma do outro e do Universo em que habita e é habitado. Como afirma Livraga (s/d, p. 143), “a filosofia é uma música que se faz com a Alma, é a dimensão insonora do indivisível, transpõe as barreiras artificiais e une naturalmente a todos, sem exceção”. É por esta razão que...

...quando a carpintaria voltou a ficar deserta, a assembleia retomou a deliberação. Tomou então a palavra o serrote, que disse: – Senhores, ficou demonstrado que temos defeitos, que não se mostra em absoluto fácil saber vincular-nos, mas o carpinteiro trabalhou com esmero, flexibilidade e abertura nossas qualidades, extraindo o melhor de nós. É isso o que nos torna valiosos. Assim, não devemos pensar agora em nossos pontos maus e concentrar-nos, com prudência e humildade, na utilidade de nossos pontos bons. A assembleia concluiu que o martelo era forte e respeitável, o parafuso unia e dava força, a lixa era especial para afinar e limar asperezas, e observou que o metro era preciso e exato. Compreenderam, dessa maneira, o valor de cada um; na intimidade, sentiram-se respeitáveis e, como equipe, capazes de produzir e fazer, com responsabilidade, coisas de qualidade para o bem de outros (BUTERA, 2013, p. 9).

Por fim, dado que a dessacralização dos laços sociais¹⁴⁴, nos dias de hoje, é uma evidência, caberia ainda aqui lembrar que os antigos do Oriente e do Ocidente viam a *convivência* mais do que como o cumprimento de um dever moral ou como uma atitude política. Para os chineses, buscá-la com justiça significava cumprir honradamente o “Mandato dos Céus”; para os gregos e romanos, que nos legaram praticamente todas as instituições sociais de que temos conhecimento, *Júpiter (Zeus, para os gregos)* era tanto o custodiador do estado como protetor das relações humanas entre os homens civilizados. Assim, todas as instituições sociais, incluída a família, estavam a seus cuidados. Os viajantes o honravam-no especialmente, pois o Deus recompensava os que lembravam a lei da hospitalidade (*ksénia*) e os deveres da amizade como sugere esta narrativa mitológica que descreve quando o “Rei dos Deuses”, acompanhado de *Mercúrio (Hermes, para os gregos)*, buscou refúgio entre os mortais:

Certa vez, Júpiter, com forma humana, visitou a Frigia, estava acompanhado de

¹⁴⁴ No livro *Amor líquido – sobre a fragilidade dos laços humanos*, Zygmunt Bauman (2004) diz que na sociedade atual os laços afetivos e a convivência sofreram uma degradação pelo fato de que hoje não mais existem elos ou vínculos afetivos que, verdadeiramente, mantenham e fortaleçam as relações entre as pessoas.

mercúrio, sem as asas. Apresentaram-se em muitas portas como cansados viajantes buscando descanso e refúgio, mas encontraram todas fechadas, pois era tarde e os ariscos habitantes não se levantavam para recebê-los. Por fim, foram acolhidos numa pequena cabana, onde Baucis, uma piedosa anciã e seu marido Filemon, haviam envelhecido juntos. Sem vergonha de sua pobreza, a consideravam suportável mediante a moderação dos desejos e uma disposição benévola. Quando os dois hóspedes cruzaram o humilde umbral e abaixaram a cabeça para passar pela porta, o ancião aproximou uma cadeira, onde Baucis, com atenta destreza, estendeu um pano e lhes pediu para sentarem. Logo a anciã separou o carvão das cinzas, acendeu o fogo e preparou algumas infusões e toucinho. Encheram uma tigela de água para que os hóspedes pudessem se lavar. Enquanto faziam tudo isso, conversavam com os visitantes. A senhora colocou a mesa com mãos trêmulas. Uma perna era mais curta que as demais, mas a nivelaram colocando um pedaço de ardózia. Quando ficou estável, a senhora esfregou sobre a mesa ervas aromáticas. Serviu azeitonas do tipo Minerva, pinhão conservado no vinagre, rabanete e queijo, com ovos cozidos sobre as cinzas. Serviram a comida em pratos de argila e colocaram uma jarra também de argila com copos de madeira. Quando tudo estava preparado, serviram um fumegante guisado. Também acrescentaram o vinho, embora não o mais envelhecido, maçãs e mel silvestre para a sobremesa. Enquanto jantavam, o casal se assustou ao ver que o vinho se renovava na jarra à medida que era servido. Em pânico, Baucis e Filemon reconheceram seus hóspedes celestiais, caíram de joelhos e com as mãos entrelaçadas, imploraram perdão por sua modesta recepção. Havia um velho ganso, que mantinham como guardião dessa humilde cabana, pensaram em seu sacrifício como honra para seus convidados, mas o ganso, ágil demais para os velhinhos, conseguiu enganá-los com a ajuda de suas patas e asas, e por fim, refugiou-se entre os deuses, que proibiram que o matassem e disseram o seguinte: - Somos deuses. Esta aldeia pouco hospitaleira pagará por sua impiedade. Somente vocês estarão livres do castigo. Abandonem esta casa e nos acompanhem até aquela colina. O casal apressou-se em obedecer. A vila que deixaram para trás, logo ficou submersa num lago e somente sua cabana continuou em pé. Enquanto olhavam maravilhados, a velha cabana transformou-se. Os postes foram substituídos por colunas, a palha tornou-se amarela e surgiu um teto dourado, o chão converteu-se em mármore, as portas foram enriquecidas com entalhes e ornamentos em ouro. Então Zeus falou com voz benigna: - Honorável ancião, e você, mulher digna de tal marido, falem, digam vossos desejos. O que querem nos pedir? Filemon consultou Baucis por alguns instantes e comunicaram aos deuses o desejo comum: - Pedimos ser sacerdotes e custodiadores deste templo e que tirem nossas vidas ao mesmo tempo. Essa oração foi escutada. Quando chegaram a uma avançada idade, enquanto conversavam na escada do sagrado edifício e contavam a história do lugar, Baucis viu que Filemon começava a brotar folhas e Filemon viu que Baucis se transformava do mesmo modo. Enquanto trocavam palavras de despedida, uma coroa de folhas cresceu em suas cabeças. - Adeus, disseram, e nesse momento uma casca se fechou sobre suas bocas. Os pastores de Tiana ainda mostram as duas árvores, um carvalho e uma tília, uma junto da outra. (GUZMAN, 2009, p. 22)

Posto isso, e por tudo que foi exposto neste capítulo, podemos depreender que o egoísmo que tanto caracteriza o nosso modo de vida nos dias de hoje, é um “signo de morte”, uma vez que tem nos levado à separatividade, marca inequívoca de tudo aquilo que se degenera, se dilacera, se decompõe. O egoísmo é, pois, o antípoda do amor, que é a força por excelência que tudo atrai, enlaça e agrega para tudo unir. Se Eros¹⁴⁵ retirou-se da nossa civilização, a buscar atmosferas de menor gravidade, a buscar os dignos, quem somente podem contemplá-lo em seus mistérios, deixando entre nós o medo e a desconfiança

¹⁴⁵ Na mitologia grega, é o deus do amor, da união e da afinidade universal.

recíprocos, é porque por sua fuga somos responsáveis. Isto é, apostamos num mundo regido por “*Tânatus*¹⁴⁶ suicidas”, “falsos *Dionísios*¹⁴⁷” e “*Apolos*¹⁴⁸ desmedidos”, e embriagados pela luxúria e pelo torpor decorrentes, nos acostumamos à frivolidade de uma convivência deserotizada, onde tudo é banal, onde nada é profundo. E tudo isso porque preferimos *viver e conviver* “ao sabor dos ventos”, das circunstâncias, sem grandes ideais ou com sonhos de horizontes alcançáveis, gozando um estranho hedonismo do descarte, compartilhando relativismos baratos e vazios existenciais, a pagar o preço pela presença de Eros em nossas vidas individual e coletiva – qual seja, o do “amor à sabedoria”, única exigência que os Deuses não abrem mão para se ter com os homens. Em outras palavras, vivemos hoje num momento histórico de opulência materialista, e por isso celebramos com tanta veemência a competitividade, o produtivismo, o individualismo, o subjetivismo, o relativismo, o prazer a todo custo, o companheirismo de ócio e a indiferença cúmplice. No entanto, o que celebramos é o êxito de uma civilização cujos viventes raramente souberam viver e conviver entre si, tampouco com o próprio ambiente natural que lhes dá sustentação. Enfim, celebramos uma civilização que sempre negou a sua própria inscrição na Natureza e no Universo, isto é, naqueles cuja miríade de seres e coisas é modelo de como se viver e conviver com justiça. E “assim caminha a humanidade” atual, cambaleante em seus apressados passos rumo aos infortúnios da separatividade, enfasiada de matéria e esperançosa quanto ao retorno de *Eros*, único capaz de lhe redimir de seus equívocos e de restabelecer a unidade perdida.

Paguemos, portanto, o preço exigido para o seu retorno: busquemos o “amor à sabedoria”. Decerto, conseguiremos aprender a viver e a conviver, uma vez que exemplos de como fazê-los da maneira mais digna e justa, transbordam dos ensinamentos filosóficos da Tradição – alguns dos quais foram apresentados neste breve ensaio sob a forma de excertos e citações.

Neste sentido, “da unidade em nós à unidade entre nós”, movamo-nos a buscar o *Bem*, o *Belo*, a *Verdade* e a *Justiça* que radicam na unidade de toda multiplicidade; esforcemos-nos a uma convivência voluntária e consciente com os demais, em suas alegrias e dores, fazendo-a um exercício de aperfeiçoamento moral, bem como de transcendência e encantamento ante ao mistério que é o outro; sacralizemo-nos para desbanalizar a vida e tudo que a ela for concernente; e na dor, vivamos com arte – sejamos filósofos! E a propósito, quem melhor traduziu esta verdade sobre a *arte de viver e conviver* foi o filósofo e escritor espanhol Miguel

¹⁴⁶ Na mitologia grega, é o Deus da morte.

¹⁴⁷ Na mitologia grega, é o Deus do vinho, das festas, do teatro e do prazer extasiante.

¹⁴⁸ Na mitologia grega, é o deus da beleza, da juventude e da luz.

de Unam Uno, citado por Guzman (2009, p. 20), quando em resposta a uma carta que recebeu de um velho amigo, escreveu poeticamente:

Disse-me em sua carta que se até agora tua divisa tem sido "Adiante!", a partir de hoje será "Para cima!". Deixe isso de adiante e atrás, acima e abaixo, para progressistas e retrógrados, ascendentes e descendentes, que se movem somente no espaço externo. Busque o outro, o teu âmbito interior, o ideal, tua alma. Esforce-se para colocar nela o Universo inteiro, que é a melhor forma de derramar-se nele. Considere que não há dentro de Deus, mas de você e do mundo, pois se você faz parte dele, porque te mantém, ele também faz parte de ti, pois em você o reconhece. Em vez de dizer: Adiante!, Para cima!, diga: Adentro, Reconcentre-se para irradiar, deixe encher-se para que logo ultrapasse, conservando o manancial. Recolha-se em si mesmo para melhor dar-se aos demais, inteiro e indiviso. "Dou quanto tenho", disse o generoso. "Dou quanto sou", disse o herói. "Dou a mim mesmo", disse o santo. Diga você: "Dou comigo o Universo inteiro." Para isso, tem que fazer-te Universo, buscando-o dentro de ti. Adentro!

Por concluir, se Sartre, com grande irreverência, escreveu em uma de suas mais idiossincráticas peças de teatro¹⁴⁹ que “o inferno são os outros”, que o ultimato poético de Unam Uno não nos deixe esquecer que “os outros” são também o “paraíso” – porquanto a humanidade, mesmo em desgraça, continua evoluindo ciclicamente e, em sua marcha de avanços e retrocessos, demonstra ser uma unidade atemporal, cujas partes estão conectadas – como elos de uma grande corrente – por ocultos laços de fraternidade, que lhe dão força, sentido e perpetuação. Com efeito, o complexo e caleidoscópico processo de desenvolvimento humano ao longo da história – sempre marcado por contradições, conflitos e rupturas de todo tipo – tem nos levado, por vezes, a sugerir o contrário e, a depender do enviesamento teórico, a afirmar até mesmo que a história da humanidade se constituiu através da “luta de classes” ou da “guerra de todos contra todos”. Porém, se cairmos nesta armadilha epistemológica moderna, lembremos pelo menos que um dia a Terra foi “o centro do Universo”, dentre outras razões, porque todos os dias é o Sol que parece girar sobre ela.

¹⁴⁹ Escrito em 1944, *Entre Quatro Paredes* é um dos textos teatrais, de Sartre, mais profundamente marcado pelo existencialismo.

7. APRENDER A SER

Um monge e seus discípulos iam por uma estrada e, quando passavam por uma ponte, viram um escorpião sendo arrastado pelas águas. O monge correu pela margem do rio, meteu-se na água e tomou o bichinho na mão. Quando o trazia para fora, o bichinho o picou e, devido à dor, o homem deixou-o cair novamente no rio. Foi então à margem, tomou um ramo de árvore, adiantou-se outra vez a correr pela margem, entrou no rio, colheu o escorpião e o salvou. Voltou o monge e juntou-se aos discípulos na estrada. Eles haviam assistido à cena e o receberam perplexos e penalizados. – Mestre, você deve estar muito doente! Por que foi salvar esse bicho ruim e venenoso? Que se afogasse! Seria um a menos! Veja como ele respondeu à sua ajuda, picou a mão que o salvara! Não merecia sua compaixão! O monge ouviu tranqüilamente os comentários e respondeu: – Ele agiu conforme sua natureza, e eu de acordo com a minha.

Um velho cherokee dava lições de vida aos seus netos. Disse-lhes: – Está se travando uma luta dentro de mim. Luta terrível, entre dois lobos. Um é o medo, a cólera, a inveja, a tristeza, o remorso, a arrogância a auto-piedade, a culpa, o ressentimento, a inferioridade e a mentira. O Outro é a paz, a esperança, o amor, a alegria, a delicadeza, a benevolência, a amizade, a empatia, a generosidade, a verdade, a compaixão e a fé. A mesma luta está se travando dentro de vocês e de todas as outras pessoas'. As crianças puseram-se a refletir sobre o assunto e uma delas perguntou ao avô: – Qual dos lobos vencerá? O ancião respondeu: – Aquele que for alimentado.

Desde que o Universo foi criado, ou se autocriou, que tudo nele se move dinamicamente, Poderíamos ainda concebê-lo como findável ou eterno, mas nunca como estático. Ele também é ordenado, *cósmico*, uma vez que até mesmo as *novas ciências*¹⁵⁰ têm afirmado que, por detrás dos seus eventos de aparente “desordem” ou “aleatoriedade”, subjaz uma ordem que lhe é intrínseca. Neste sentido, é sensato, pois, pensar que os seus complexos sistemas operam obedecendo esta “super-ordem” dinâmica – lei inexorável para a ciência, divindade para os antigos –, que rege todo o existente, no espaço e no tempo, permitindo que as suas infinitas formas de manifestação oscilem ciclicamente e interajam dialogicamente entre si, numa tessitura quântica pouco cognoscível para os homens de todas as épocas, mas

¹⁵⁰ Ao longo do século XX, novas descobertas em diversos ramos da ciência produziram um desvio radical nos conceitos de natureza, realidade e epistemologia. De grande importância neste processo, foram a teoria da relatividade, a mecânica quântica, a descoberta do DNA e - já na segunda metade do século - o desenvolvimento das teorias do caos e da complexidade. O conceito de realidade, que neste século foi mecânico, será muito provavelmente orgânico no século XXI. Torna-se evidente que os avanços no conhecimento da natureza e dos seres, na forma de se obter conhecimento, na comunicação e na tecnologia em geral, estão rapidamente transformando a forma de viver e de pensar da humanidade (PALAZZO, 2003).

certamente imbuída de sentidos e significados. Os orientais chamam-na de Tao, princípio dinâmico harmonizador de todas as coisas, de todos os seres, de todo o devir.

Desde que o Mundo foi criado pelo Universo, que tudo nele se move *ordenadamente* em sincronicidade com o seu próprio criador. Como um *reberto cósmico*, translada-se ciclicamente ao redor da estrela que lhe dá sentido e potência, a cumprir resolutamente, como uma parte, os desígnios do todo que o envolve. A Natureza é a sua “máscara de mil faces”, custodiante dos mistérios desta criação e de sua finalística insondável. Ela é a expressão primeira desta *orquestração universal*, imanência deste movimento e desta ordem dinâmicos incontestáveis. Foi chamada de *Maya* pelos antigos hindus, a *Deusa da Ilusão*, que com seus véus oculta a Verdade, mas também a *revela aos homens que com Ela se harmonizam*¹⁵¹.

Sendo assim, a ideia de uma *Ordem Cósmica* – mitológica ou racionalmente concebida – sugere que o Universo, o Mundo e a Natureza são, na verdade, um *Todo* coerente que se *conhece* a si mesmo, *faz* tudo o que precisa para realizar-se, reúne infinitas partes que *convivem* harmonicamente entre si e, portanto, sabe *ser* o que é. Numa síntese, ao modo pré-socrático, recorrendo ao pensamento grego: *harmonia por oposição* ou *archê* e *physis* “enamorados”; um, o princípio fundamental pelo qual tudo é; o outro, dimensão aparente e mutável da realidade que, paradoxalmente, confere, ao primeiro, sentido de unidade e permanência. Nas palavras de Spinelli (2006)

[...] tudo o que nasce está destinado a ser o que deve ser e não outra coisa. Esse nascer destinado, pelo qual o que nasce se submete a um processo de realização, é a *phýsis*, e, como tal, a *archê*. (...) tanto a *phýsis* quanto a *archê* não são expressões do anárquico (...), tampouco do ocasional... O que esses termos conjuntamente designam é o que ocorre sempre ou de ordinário [...], mas com uma eficácia tal que "dispara" sempre (como se fosse um gatilho biológico) o que é melhor dentre todo o possível (p.36).

Igualmente, havemos de supor que a coerência deste *Todo*, ou a sua “cosmicidade”, não se manifestou nem se mantém perpétua e dinâmica fortuitamente, mas por *sacrifício*¹⁵² —

¹⁵¹ Numa outra chave, tal é o significado oculto do mito grego de *Acteão*, isto é, do caçador que vê no bosque *Ártemis*, a *Deusa da Natureza Selvagem*, banhando-se nua, sendo por ela, sempre ciosa de sua pureza e virgindade, transformado em cervo, convertendo-se de caçador em caçado, simbolizando o homem que busca a Divindade na Natureza e que, ao achá-la, converte-se em parte dela, visto que “a Natureza é a fonte de todos os números, de todas as espécies, de todas as razões; é a verdadeira essência do ser de todos” (BRUNO, apud RAYGADA, 2012, p. 6). Também encontraremos este mesmo axioma, sob a forma de *preceito de ouro*, em *A Voz do Silêncio*. Recomenda o texto tibetano: “Ajuda a Natureza e trabalha com ela; e a Natureza te verá como um dos seus criadores, e te obedecerá

E ela abrirá diante de ti os portais das suas câmaras secretas e revelará diante do teu olhar os tesouros ocultos nas profundezas do seu puro seio virgem. Jamais manchada pela mão da Matéria, ela mostra os seus tesouros apenas para o olho do espírito – o olho que jamais se fecha, a visão diante da qual não há um só véu”.

¹⁵² Do latim *sacrum + officium* = “venerável ocupação” ou “divino trabalho”.

aqui entendido em seu sentido prístino de “sacro-ofício”, “sagrado-ofício”, ou o “sagrado trabalho” de *ser o que se é* na existência, numa constante evolução através do *esforço* e da *luta*. Neste sentido, longe de ser uma penitência redentora ou algo necessariamente sofrido e pesado, como catolicamente fora apregoado nos últimos milênios, o *sacrifício*, parece operar como uma condição necessária para a existência de tudo, uma vez que é, por excelência, o *caminho* através do qual cada um dos componentes da *Miriade Universal*, adquire identidade própria e realidade fenomenológica. Estudos cosmológicos recentes, inclusive, têm sugerido que a evolução do Universo, até os atuais estágios de organização complexa e sistêmica em que se encontra, não se deu sem resistências, sem adversidades, sem conflitos. Antes, se deve à prevalência de uma poderosa vontade que, ao se impor incessantemente à entropia que lhe é oposta por “desafio” ou condição natural, evolui harmonizando-se através de um movimento cíclico e dinâmico que define o papel que cada *ser* ou *coisa* deve cumprir no seu grandioso esquema cósmico.

Cosmogonicamente, esta evolução através do sacrifício foi também simbolizada: pela jornada de Ísis que, em sua barca, no rio Nilo, recompõe o corpo do seu irmão-esposo *Osíris*, o “Criador dos Ciclos da Vida”, despedaçado invejosamente pelo seu irmão *Seth*, o “Deus da Escuridão”; ou ainda pela derrota permanente deste último contra *Hórus*, o “Filho da Imaculada Conceção” entre *Osíris* e *Ísis*, que, ao perder um olho em batalha, imputou ao olho que lhe restara a condição de *eterno vigilante da escuridão*. Podemos também relacioná-la: à vitória de *Ahura-Mazda*, o “Deus da Luz”, sobre o seu irmão *Arimã*, o “Deus das Trevas”, na disputa para ver quem governaria o Universo, segundo os Persas; à eterna guerra celestial dos Astecas, em que *Quetzalcóatl*, o “Senhor da Luz”, com a sua espada de sílex, abre fendas de luz na noite escura, esculpindo as sombras impostas por *Texcatlipoca*, seu irmão, o “Deus do Céu Noturno e da Morte”. Finalmente, podemos ainda desvelá-la, ao modo grego, remetendo: ao *Eros-Primordial*, o “Deus do Amor” da primeira geração olímpica, princípio ordenador e unificador, que fez surgir o *Cosmos* do *Caos Originário*¹⁵³; a *Apolo*, o

¹⁵³ O conceito de caos nasceu no mundo antigo. Os primeiros relatos da Suméria falam que no princípio do mundo somente havia um “oceano primordial” no qual tudo estava misturado. Era o caos. Para os gregos, o caos era um deus (o primeiro e o mais velho, pai da noite e da escuridão). Em outros textos gregos, caos é o vazio. Em Hesíodo, encontramos a noção de um caos primitivo anterior à ordem: “Antes de tudo surgiu o caos, depois a Terra de amplo seio, para sempre firme alicerces de todas as coisas” (Teogonia). Nos mitos antigos, o princípio do mundo é associado ao caos, e o caos é relacionado com um mundo sem forma, desordenado. No princípio, era o caos, os abismos, a voragem, a escuridão, o acaso e a imprevisibilidade. O mundo passou do caos para o Cosmos. Também para os antigos filósofos, no começo só havia o ilimitado, o infinito, as trevas e o vazio obscuro e sem limites, e foi o Logos que ordenou e limitou o mundo. Para os poetas gregos, o caos era o contrário de Eros. Caos separa e Eros une. Eros une os contrários, especialmente o masculino e o feminino. Para o poeta romano Ovídio, a noção de caos estava relacionada com a desordem, o conflito e a agitação. Também no Gênesis, podemos ler que no princípio a Terra era sem forma e vazia, e havia trevas sobre a face do abismo. E

“Deus das Formas Perfeitas”, da terceira geração olímpica, princípio de luz que, tendo modelado as forças cegas da Natureza, impôs-lhes uma ordem estética; e ao triunfo do poderoso Zeus que, desde a *Titanomaquia*¹⁵⁴, ocupa o trono do Universo. Desde então, “[...] o mundo está ordenado. Os deuses disputaram entre si, alguns triunfaram. Tudo o que havia de ruim no céu etéreo foi expulso, ou para a prisão do Tártaro ou para a Terra, entre os mortais.” (VERNANT, 2000, p. 56)

Por difícil que seja a abstração que esta reflexão nos exige fazer, nada parece escapar a este *arquétipo*, a este princípio não-mecânico do Universo. Neste sentido, se o considerarmos aceitável, podemos encontrá-lo também na Natureza que nos cerca: o Sol *sacrifica-se*, pois *esforça-se* no seu *sagrado ofício* de ser uma estrela, irradiar luz e dar vida; a Terra *sacrifica-se*, pois em seu *sagrado ofício* de geomorfologizar-se e mover-se sideralmente, *esforça-se* para não se “desgarrar” daquela que lhe dá sentido e potência; os minerais *sacrificam-se*, pois o seu *sagrado ofício* de resistir é diretamente proporcional ao *esforço* de compactação e organização empreendido pelas suas moléculas, o que lhe dão variabilidade e duração; as plantas *sacrificam-se*, pois para realizarem-se em seu *sagrado ofício* de fotossintetização, *esforçam-se* constantemente em busca de água e luz; os animais *sacrificam-se*, pois em seu *sagrado ofício* de sobrevivência e reprodução, *esforçam-se* em disputas ou cooperações que lhe são instintivamente realizadoras; e, finalmente, os homens... “o que acontece com eles? Quem são eles?” (VERNANT, 2000, p. 56).

Desde que o homem foi criado, independentemente da sua gênese, que tudo nele se move dinamicamente – espírito, psiquê e corpo físico – na direção de si mesmo, de seus pares, da Natureza, do Mundo em e do Universo. Porém, este movimento nunca foi naturalmente harmônico, ordenado, e por isso mesmo, realizador pleno da sua singular natureza na existência. Isto, pois, diferentemente dos outros seres que com ele, nesta orbe, compartilham interativamente deste mesmo plano existencial, o homem não nasce “pronto”, “acabado”, destinado a cumprir inconscientemente os ditames da sua própria natureza ou os desígnios de uma harmonia universal. Ao contrário, como um ser que *aspira o Infinito*, *busca a Verdade*, *contempla o Belo* e *ama a Justiça*, precisa *aprender a conhecer-se a si mesmo* e a realidade à qual está condicionado; precisa *aprender a fazer* o que é próprio da sua natureza; precisa *aprender a conviver* com os seus pares e com os demais seres. Em suma, precisa humanizar-

Deus (Heloim) separou as águas do seco e a luz das trevas. E no Evangelho de João, podemos ler que um dos propósitos do Logos era separar a luz das trevas. Assim, os primeiros e antigos teóricos sobre o caos começaram falando de deuses, lutas, água e ordem. Hoje os novos teóricos falam de ruído determinista, cascata de duplicação de período de *Feigenbaum*, atratores estranhos, turbulências, fractais etc. (GUTIÉRREZ, 2011).

¹⁵⁴ Na *Teogonia*, de Hesíodo, corresponde à guerra dos *Titãs* contra os Deuses da terceira geração olímpica, na qual, liderados por Zeus, *estes últimos triunfaram*.

se num constante *aprender a ser*, nunca conclusivo e sempre aberto ao devir, cujo cenário é caleidoscópico, na sua multirreferencialidade de coisas e fenômenos transitórios, incompreensíveis e, por vezes, desconcertantes. Neste sentido, se considerarmos estes pressupostos como plausíveis, depreenderemos que o “tornar-se humano” é um enigma, cuja decifração é também uma imprescindível e impostergável questão de *sacrifício voluntário e consciente*, qualidades sem as quais o Homem não conquista a sua identidade humana nem se harmoniza, por conseguinte, com a *Ordem Cósmica* que o criou e Ihe é superior. E, alienado de sua própria natureza e transformado num errante de si mesmo, é então “devorado” pelo próprio enigma que desafia a sua existência: “o que sou?”, “de onde vim?”, “para onde vou?”.

Talvez por isso encontraremos, no passado de praticamente todas as sociedades, o *sacrifício* como um rito de sacralização da vida, isto é, como um verdadeiro *actus religio* que, ao modelar circunstancialmente os arquétipos da atemporalidade, na qual se encontram situados para uma existência hodierna, aproximava os homens desta Ordem Cósmica, com a qual sempre mantiveram relações atávicas conscientes e inconscientes. Segundo Schwartz (1999, p. 17), “de fato, os estudos sobre a Tradição, efetuados há menos de um século pelos Antropólogos e pelos Historiadores das religiões, revelam que ‘*O Sagrado*’ é um elemento na estrutura da consciência e não um estágio na história dessa consciência”. Em outras palavras, os antigos povos, cada qual de um modo singular, sobretudo em seus períodos arcaico-simbólicos, compreenderam as sociedades em que viviam como uma representação da própria *Ordem Cósmica*, e por isso reverenciavam a sua onipresença através de ritos religiosos que organizavam sagradamente os seus cotidianos, pois se percebiam como partes de um *sacrifício maior*, cujo propósito estaria muito para além do destino social ou individual dos homens. Originalmente, procuraram descrever, através da mitologia, como esta *Ordem Universal* foi revelada a elas, bem como o que é potencialmente o homem, a que está condicionada a sua existência e qual natural particularidade deste *sacrifício cósmico* Ihe é correspondente e esperado¹⁵⁵ para harmonizar-se com este Excelso. Decerto, isso explica, pelo menos em parte, porque “o estudo dos mitos de diferentes tradições mostra que atrás da diversidade dos contos, as estruturas míticas não são tão variadas quanto poder-se-ia se supor à primeira vista. Parece que, há milênios, o homem refere-se sempre a estruturas míticas

¹⁵⁵ No *Bhagavad Gîtâ*, por exemplo, diz Krishna a Arjuna: Há muita virtude no domínio de si mesmo; e esta é a causa por que os sacrificadores se aproximam de Mim. Sim, aqueles que se alimentam espiritualmente com a parte espiritual do sacrifício que a Deus oferecem, entram em união com Deus. Mas quem nenhum sacrifício oferece, não acha mérito neste mundo nem no outro. Assim, vês que há muitas formas de sacrifício e adoração, ó Arjuna, Se compreenderes isto, chegarás a ser livre de erros. Melhor, porém, do que o sacrifício de objetos e coisas, é o sacrifício oferecido pelo saber. O saber ou conhecimento perfeito em si mesmo é o coroamento de todas as ações. (Bhagavad Gita 31-32-33: 32)

idênticas” (SCHWARTZ, 1999, p. 32). Estas estruturas eram geralmente enunciadas poeticamente por *aedos* e rapsodos, que detinham autoridade e confiança de todos que ouviam publicamente as suas verazes palavras. Isto é, serviam, como no caso dos poemas de Hesíodo e Homero, de alimento espiritual aos gregos, contribuindo também na criação de uma atmosfera cultural propensa ao “nascimento” da filosofia. Como afirma Reale (1994, p.19), por exemplo, nestes poemas, “a harmonia, a proporção, o limite e a medida, assim como a presença de questionamentos acerca das causas, dos princípios e do porquê das coisas se faziam presentes, revelando depois uma constante na elaboração dos princípios metafísicos da filosofia grega”. Assim, apesar da dessacralização, do ceticismo e do materialismo atuais, que nos outorgam explicações contrárias, os mitos são verdadeiras *revelações simbólicas* sobre o *arquétipo do sacrifício* e, como portadores de uma linguagem cósmica, nunca foram criações “deliberadas” de um povo, pois sequer foram constituídas por processos lógico-rationais, muito menos por interesse de um determinado grupo social privilegiado economicamente.

Não raramente, podemos também encontrar na história outras formas de representação simbólica que evocam esta potencial harmonização entre homem e este Excelso do qual se vê como parte. Dentre as quais, já mencionadas neste trabalho, destacam-se: proverbialmente, a famosa inscrição oracular de *Delfos*; e, ilustradamente, a figura de *O Homem Vitruviano*, de Da_Vinci, símbolo da confluência entre as dimensões celestial e terrena do homem. Incluem-se ainda, plasticamente, o afresco renascentista *A Criação de Adão*, de Michelângelo, no qual Deus e homem ensejam uma aproximação recíproca; e, arquitetonicamente, todas as acrópoles, zigurates, pirâmides, oráculos e santuários construídos em reverência aos Deuses, ao longo da história.

Neste sentido, se nos aprofundarmos numa investigação filosófica eclética, cuidadosa e descontaminada de preconceitos acerca da história da humanidade, é bem provável que *Clio*¹⁵⁶ nos revele o que solenemente se oculta sob as suas “vestes” – a saber, uma *gnosologia atemporal*, conhecida como Tradição, que sempre convocou o Homem, de todas as épocas e lugares, ao *sagrado ofício* de buscar a sua identidade mais profunda; o seu autêntico ideal; o seu caminho distintivo; enfim, que sempre convocou o homem a *aprender a ser humano*.

Não se deve, pois, pensar que, sob estas “vestes”, complexamente costuradas pelas dialógicas linhas do tempo e do espaço, esta *gnosologia atemporal* sugere uma “fuga para frente”, um “paraíso”, uma “utopia” ou algo que extravie a consciência do homem para algum ponto no futuro, incorrendo num tipo de prometeísmo redentor ou igualitário. Ou seja,

¹⁵⁶ Filha de Zeus com Mnemosine, a “Deusa da memória”, dentre as nove *Musas*, *Clio* é a “Musa da história”.

incoerente seria o seu enquadramento como “nihilismo” ou “alienação”. Na verdade, sequer pode sê-los, uma vez que sua proposição filosófica justifica-se somente com a *presentificação* da consciência humana no ato de buscar em si e em tudo o seu melhor, a sua excelência possível, no *instante único* de cada momento. Tampouco seus fundamentos axiomáticos foram concebido subjetivamente a partir de declarações arbitrárias de escolha ou de crença, transcendendo inclusive qualquer tipo de relação histórica que possa reduzi-los a idiosincrasias temporais ou a meras determinações das “condições objetivas da realidade”. Universais, são imbricações excelentes da própria história da humanidade, mas não projeções condicionadas ao seu devir. Têm em si a atemporalidade como dimensão ideal, porém, implicados na imanente historicidade do homem, pelo fadário existencial peculiar que a este é concernente – a saber, o de tornar-se o que verdadeiramente é pela via do *despertar* de uma consciência que – à revelia das meras realizações instintuais, emocionais e intelectuais – reconhece-se como propriamente humana. Em outras palavras, esta gnosiologia atemporal aponta para o próprio destino do homem – não o horizontalmente histórico, mas o *vertical*, o *arquetípico* que se realiza na história –, quando o mesmo inicia a sua *Odisséia*¹⁵⁷, a sua *saga heróica de lutar* contra as imperfeições da sua própria personalidade e as sombras que estas projetam no mundo. Aponta, pois, para aquilo que deveria ser considerado impostergável por todo homem, isto é, para a sagrada guerra que cada qual, por vocação e consciência, deveria travar dentro de si próprio, em nome de uma *vida virtuosa* e a serviço dos valores atemporais do *Bem*, do *Belo*, do *Justo* e do *Verdadeiro*. Isto pois, em última instância, somente quando iniciada esta *guerra*, nascerá “o humano do homem” ou o *Reto Caminho* com o qual a consciência do mesmo deve se fundir. Chamou-se *Dharma*, no Oriente; *Sophia*, no Ocidente – em sua forma latina, *Sabedoria*.

Para tanto, como tudo na *hierarquia* ou na “ordem sagrada” do Universo, o homem precisa de um *modelo* ou referencial que possa fazê-lo intuir ou constatar racionalmente a pertinência e a legitimidade deste processo humanizador. Este modelo é, pois, o próprio homem que, por muito caminhar num excepcional rito cotidiano de autossuperação, atualizou

¹⁵⁷ A *Odisséia* é uma das obras épicas mais antigas da literatura ocidental. Este clássico grego está inscrito no cânone ocidental – a síntese literária ocidental das melhores obras de todos os tempos, e continua atual em nossos dias. Ela foi criada e legada oralmente de geração em geração, vertida posteriormente para a modalidade escrita. Este poema continua sendo estudado e pesquisado, traduzido para os mais variados idiomas. Por esta razão, a expressão ‘odisséia’ passou a conceituar, em quase todas as línguas do Ocidente, uma espécie de viagem heróica, geralmente pelas veredas interiores do homem, constituindo uma verdadeira trajetória de autoconhecimento.

em sua própria existência o *Mito do Herói*¹⁵⁸, o mais ativo reflexo-simbólico do *Ideal Humano*. Em outras palavras, inspirado por ideais nobres e altruístas, “o desafiado pelo destino” não nasce *Herói*, torna-se, à medida que cumpre com esforço e perseverança as provas que lhe foram impostas por desafio. Recorrente no imaginário de todos os povos, o *Herói* é, portanto, o *arquétipo* por excelência do homem que *vence a si mesmo*. Impresso no *Inconsciente Coletivo* da humanidade, os mitos heróicos sempre inspiraram, nos homens de todos os tempos, altivos sentimentos de triunfo e glória, ao transportá-los para uma dimensão que transcende o ordinário e o comum de suas vidas. Neste sentido, todo homem que se pretende vitorioso em sua *jornada humana* precisa também “descer ao inferno” e cumprir os seus próprios *Doze Trabalhos*¹⁵⁹; aventurar-se em terras desconhecidas e matar a sua própria *Medusa*¹⁶⁰; adentrar um tenebroso labirinto e enfrentar o seu próprio *Minotauro*¹⁶¹. Porém, segundo Campbell (2001, p. 129),

não precisa correr sozinho o risco da aventura, pois os heróis de todos os tempos a enfrentaram antes de nós. O labirinto é conhecido em toda a sua extensão. Tem apenas de seguir a trilha do herói, e lá, onde temia encontrar algo abominável, encontrará um deus. E lá, onde esperava matar alguém, matará a si mesmo. Onde imaginava viajar para longe, irá ter ao centro da sua própria existência. E lá, onde pensava estar só, estará na companhia do mundo todo.

Igualmente, podemos contemplar a figuração desse arquétipo do sacrifício heroico, bem como a relação entre este e a *Ordem Cósmica* que em ato foi trazida ao mundo, sob o véu do magnífico simbolismo religioso da humanidade. Encontrá-los-emos: em Sidharta Gautama, o *Buda*¹⁶², que após vencer-se a si mesmo, ensinou os seus discípulos a compreenderem as Verdades da condição humana, levando-os, por si mesmos, a se esforçarem em trilhar o *Reto Caminho da Iluminação*; em Krishna, que após se autorreconhecer como a própria encarnação

¹⁵⁸ Herói é uma figura arquetípica que reúne em si os atributos necessários para superar de forma excepcional um determinado problema de dimensão épica. Do grego ‘hrvV’, pelo latim *heros*, o termo herói designa originalmente o protagonista de uma obra narrativa ou dramática. Para os Gregos, o herói situa-se na posição intermédia entre os deuses e os homens, sendo, em geral filho de um deus e uma mortal (Hércules, Perseu), ou vice-versa (Aquiles). Portanto, o herói tem dimensão semidivina. Variando consoante as épocas, as correntes estético-literárias, os géneros e subgéneros, o herói é marcado por uma projeção ambígua: por um lado, representa a condição humana, na sua complexidade psicológica, social e ética; por outro, transcende a mesma condição, na medida em que representa facetas e virtudes que o homem comum não consegue mas gostaria de atingir – fé, coragem, força de vontade, determinação, paciência, etc. (Wikipédia).

¹⁵⁹ Em alusão ao mito de Hércules, herói grego que fora submetido a duras provações para purificar-se do hediondo ato que cometeu inconscientemente – a saber, o assassinato dos próprios filhos.

¹⁶⁰ Em alusão ao mito de Perseu, herói grego que teve como desafio, conferido por Atenas, matar Medusa, mostro com enormes serpentes na cabeça que transformava em estátua de pedra todos aqueles que olhavam diretamente para os seus olhos.

¹⁶¹ Em alusão ao mito de Teseu, herói grego cujo desafio fora entrar no labirinto construído pelo rei Minos para matar o monstro Minotauro.

¹⁶² Em sânscrito, significa “O Iluminado”.

de *Vishnu*¹⁶³, abdicou do *Brâhman* para ensinar o príncipe Arjuna sobre a *Ação por Dever*, orientando-o a lutar para conquistar *Hastinapura*, a “cidade da sabedoria”; em Zoroastro¹⁶⁴, que, se purificando num rio, é levado a conhecer *Ahura-Mazda*, o *Bem Supremo* que o inspirou a proferir ao seu povo as orações do *Redentor Caminho*; em Moisés, que se arrastando com infinita dor, subiu o Monte Sinai para receber do próprio *Deus Iavé* os *Mandamentos* a serem ensinados ao seu povo; em Jesus, o *Cristo*¹⁶⁵, que antes de morrer pela humanidade, ensinou aos seus apóstolos o *Caminho da Bem-Aventura*; em Maomé, que jejuando em meditação, no Monte Hira, desiludido com a separatividade que acometia a sua terra, após muito se purificar, recebeu do *Arcanjo Gabriel* os *Desígnios de Alah*, a serem *recitados*¹⁶⁶ ao seu desunido povo.

Este “modelo humano ideal” e seu caráter transcendental distintivo, tem sido evocado também à maneira moderna. Podemos encontrá-lo, paradoxalmente, no existencialismo ateu de Nietzsche, em especial na figura do *Super-Homem* profetizada por *Zaratustra*, símbolo da *transvaloração dos valores* e da *autossuperação* humana; e no existencialismo religioso de Kierkegaard, em seu “particular cristão”,

o “homem-deus” que, crucificado na dúvida, absorto diante da realidade de sua pequenez, consciente de suas fraquezas humanas, ascende como um virtuoso de alma, sobre as dificuldades de sua natureza mortal, aspirando ir além de suas sombras, para tornar sua a Luz com a qual deseja fundir-se. (LIVRAGA, s/d, p. 28).

Historicamente, foi chamado, no Egito Antigo, de *Hierofante*¹⁶⁷, “aquele que explica as coisas sagradas”; *Druída*, “aquele que tem o conhecimento do carvalho”, na cultura céltica. Ainda hoje, recebe o nome: na China, de *Bodhydharma*, “aquele que está desperto no Caminho”; na Índia, de *Guru*, “aquele que dissipa as sombras”; na África iorubana, de *Orumilá*, “aquele que conhece o *Orum*”; ou simplesmente *Sophos*, *Sábio*, “aquele que possui grande sabedoria”, numa acepção grega clássica. Isto é, independentemente da sua denominação em diferentes culturas, este ideal humano sempre foi representado sob o signo do *Mestre*, ou aquele que, por amor e senso de dever, com generosa altivez, oferece¹⁶⁸ o seu

¹⁶³ Na mitologia hindu, é o deus responsável pela manutenção do Universo.

¹⁶⁴ Foi um profeta e poeta nascido na antiga Pérsia, fundador do Masdeísmo ou Zoroastrismo, a primeira religião monoteísta que se têm notícia. A denominação grega significa “contemplador de astros”.

¹⁶⁵ Do grego, *Khristós*, “O Ungido”, “O Abençoado”, ou ainda, “O Sagrado”.

¹⁶⁶ Recitação = *Alcorão*, em árabe.

¹⁶⁷ No antigo Egito era considerado único conhecedor dos mistérios das ciências ou das artes.

¹⁶⁸ Na Tradição, aquele que recebeu um ensinamento deve transmiti-lo aos que desejam e estejam aptos para recebê-lo. Segundo Livraga (2011), é a velha escada pedagógica, pela qual está cimentada toda a cultura da humanidade. É a forma de transmissão que podemos ver em todas as civilizações e em todos os povos, desde os

próprio sacrifício de caminhar na *Senda*, transmutado na forma de ensinamentos vivos que irradiam sobretudo do seu comportamento, ao errante caminhante que os deseja e está pronto para recebê-los e aplicá-los em sua própria caminhada, chamado de *Discípulo*. Quanto a este último, por amar o caminho que deseja percorrer, foi chamado, no Oriente, de *Lanu*, possível raiz arcaico-etimológica da palavra latina *aluno*¹⁶⁹, originalmente em sânscrito “o neófito do Caminho”. Por isso, talvez, que Pitágoras tenha dito que não se considerava um *Sophos*, mas um *philosophos*, “filósofo” – *aquele que ama a Sabedoria* e por isso inicia uma longa caminhada em sua direção. Em geral, o Discípulo transforma-se em *Mestre*, quando transmite, através de uma exemplar conduta, o que aprendeu por vivência, a outros que também buscam caminhar na *Trilha*. Segundo Livraga (s/d), nos antigos sistemas filosóficos

somente o discípulo era capaz de conectar-se intimamente com os ensinamentos de seu Mestre, ao mesmo tempo em que tentava aplicar em si mesmo esse conhecimento que o comovia. O discípulo tratava de realizar o que entendemos por vida moral, ele não se conformava em captar mentalmente a instrução, mas se esforçava para transmitir e transmutar seu Ser interior. Esse era o sentido mais elevado do conceito de alquimia: *a transformação dos homens de chumbo em Homens de Ouro*. (p. 16)

O protagonismo histórico desta *cadeia de Mestres e Discípulos* encontraremos, em geral, “por detrás” das grandes expressões culturais da humanidade: mitologicamente, em *Quíron*, “o centauro da incurável ferida”, que, iniciado por *Apolo* nas artes e ciências medicinais, e mesmo sofrendo de uma dor lancinante, tornou-se preceptor de grande parte dos *Heróis* gregos, dentre os quais, *Hércules*, *Aquiles*¹⁷⁰ e *Jasão*¹⁷¹; misticamente, em *Imhotep*, filósofo e poeta egípcio, “O Três Vezes Grande”, que transmitiu os segredos da medicina e o *sagrado ofício* da construção de templos ao *faraó Djoser* e ao seu povo; politicamente, em *Confúcio*, “o *Mestre Khung* que, através dos seus ensinamentos e dos seus discípulos, como *Zulu*, moralizou a política na antiga China; moralmente, em *Sócrates*, que iniciado nos

mais velhos até os mais jovens. Conta-se na velha tradição mágica egípcia, por exemplo, que Imhotep teve que buscar um discípulo, um “filho”. Assim, após muito pacientemente procurar, ele encontrou Tat, e lhe ensinou que há doze defeitos que todos os homens devem superar: a ignorância, a tristeza, a intemperança, a concupiscência, a injustiça, a avareza, o erro, a inveja, a astúcia, a cólera, a temeridade e a maldade. Não precisaríamos nós, nos dias de hoje, encontrar um mestre que nos ensinasse isso?

¹⁶⁹ Ao contrário do que se costuma atribuir, a palavra aluno não significa “sem luz”. Deriva, sim, do verbete latino *alumnus*, de *alére*, raiz etimológica da palavra “alimento”. A palavra “aluno”, portanto, refere-se “àquele que está crescendo e sendo nutrido”, discípulo (Dicionário Houaiss).

¹⁷⁰ Herói grego da *Ilíada*.

¹⁷¹ Herói grego cujo desafio fora trazer a lã do carneiro alado Crisómalo, chamada de *Velocino de Ouro*, para o rei Pélias.

Mistérios do Amor, por *Diotima de Mantinéia*¹⁷², transmitiu a *Platão* os ensinamentos que este compilou em seus *Diálogos*, sacrificando a própria vida em nome da Verdade; artisticamente, em *Verrocchio*, filósofo e pintor florentino da Renascença, que deu formação a *Leonardo Da Vinci*, ensinando-o a desenvolver inúmeros talentos, dentre os quais, o sagrado ofício de pintar.

Aqui, devemos ter em vista que, nesta autêntica relação de ensino-aprendizagem, o “estar pronto” é uma condição imprescindível para a formação de um discípulo, pois, diferentemente da transmissão prosaica de conteúdos informativos, “os lábios da Sabedoria só se abrirão aos ouvidos do entendimento”, parafraseando uma máxima egípcia antiga. Por esta razão que

o adepto do Zen se recusa sistematicamente a oferecer uma espécie de *Manual para alcançar a bem-aventurança*, pois sabe, pela própria experiência, que ninguém é capaz de percorrer o caminho do Zen e nem chegar ao seu final sem a ajuda de um mestre. Sabe também como é decisivo que suas vivências, vitórias e transformações, embora *suas*, sejam vencidas e modificadas muitas e muitas vezes, até que tudo o que seja *seu* tenha sido aniquilado. É somente a esse preço que ele pode encontrar a base da experiência que, sintetizada na *verdade universal*, o desperta para uma vida que não mais será sua vida pessoal, cotidiana (EUGEN, 1975, p. 22).

Resulta-nos, pois, depreender que este *despertar* para uma *vida universal*, este *aprender a ser*, ou ainda, este “parto de alma”, como costumava afirmar Sócrates, é uma tarefa possível somente para aqueles que, abdicando voluntariamente de permanecer caminhando apenas nas “vuelas sinuosas” do “eu animal”, dirigem seus vacilantes passos de vida ao sendeiro reto e obstante do “Eu Humano” – decerto já pisado pelos pés, que se endireitavam a cada passo, de todos os filósofos ou sinceros buscadores da verdade. Não por coincidência, encontraremos a evocação deste “outro nascimento humano” também em Confúcio, quando o mesmo enuncia: “retira-te do mundo, persegue as aspirações do teu coração e anda com retidão para que atinjas o Caminho” (*Analectos*, 11:66); em São Francisco, quando em oração assevera que “é morrendo que se nasce para a vida eterna” (Oração de São Francisco); em Jesus, quando respondendo a Nicodemus, disse-lhe: “Em verdade [...] aquele que não nascer de novo, não pode ver o Reino de Deus” (*João*, 3:3); na filosofia tibetana, especialmente no “preceito de ouro” que diz: “Renuncia à tua vida, se queres viver” (*A Voz do Silêncio*, 2005, p. 63); na suprema máxima dos antigos alquimistas medievais “Solve et Coagula”, isto é, “dissolve no mundo para tomar forma em outro”; e,

¹⁷² *Diotima de Mantinéia* foi uma sacerdotisa grega, com papel importante em *O Banquete* de Platão, cuja filosofia está na origem do conceito platônico de amor.

enfim, no mito arthuriano, mais precisamente na passagem simbólica em que Uther Pengragon morre pelo feitiço da transmutação e renasce purificado como Arthur.

Em outras palavras, aprender a ser humano requer do homem que ele posicione a sua consciência de um modo tal que lhe permita, processual e sempre de maneira inacabada, renascer virtuosamente, numa constante luta contra o que o impede de sagrar-se cavaleiro, isto é, contra todas as “tendências” que não sejam reconhecidas como expressões genuínas do nobre espírito humano. Não para inutilmente eliminá-las, negá-las ou oprimi-las, como apregoam não raramente os adeptos das “religiões do flagelo”. Mas para educá-las, controlá-las, dominá-las e, desta maneira, potencializá-las num crescente humano, cujo limite ainda hoje é desconhecido, mas certamente almejado por todo homem que busca servir a um ideal cavalheiresco. Pois tais tendências são apenas “Brumas de Avalon”, ou seja, fluxos de energia dos “veículos” constitutivos da experiência de um ser “crucificado na dualidade, constantemente desafiado, e por isso mesmo, confuso quanto à sua real identidade, mas que só se reconhece intimamente na sabedoria e na fruição do amor a si mesmo e a tudo que lhe envolve; são apenas “máscaras”, adequadamente oportunizadas pela “inteligência artística” da Natureza, as quais permitem ao homem apresentar-se no mundo como ator de uma “peça de teatro”, que deve ser encenada, custe o que custar e seja qual for o cenário, com altivez e dignidade; enfim, são apenas “ingredientes” para a “existência-atanor¹⁷³” do homem, cuja finalidade, ainda que cercada de enigmas e mistérios, insinua-se como alquímica, isto é, vocacionada a transmutar o originário “barro” da criação humana, no “ouro” de uma conquista ontológica triunfal. Eis, portanto, a pedra da qual deve ser retirada a poderosa *Excalibur*¹⁷⁴.

Risos incontentes das *Moiras*, porém, poderão ser ouvidos sempre que o advérbio “apenas”, por meio de enunciados, ensinar à condição humana qualquer tipo de significação aparentemente anódina e contingente, como se ela fosse algo simples, e “retirar a espada da

¹⁷³ Fornilho alquímico onde era transformado o chumbo em ouro, segundo conta a tradição dos alquimistas.

¹⁷⁴ Conta essa versão que Uther Pendragon estava sendo perseguido por inimigos que lhe armaram uma emboscada e antes de morrer fincou a sua espada mágica numa pedra e disse que o próximo rei seria quem a retirasse desta pedra. Para satisfazer suas vontades de se transformarem em rei, todos os grandes guerreiros tentaram, e passaram a organizar torneios anuais onde o vencedor receberia a chance de tentar retirar a espada mágica da rocha. Arthur, nessa época, era criado por Ectório e era o seu filho mais novo (de criação) e ele, como acontecia na era medieval, era o Pajem de seu irmão mais velho Cai. Numa dessas batalhas Arthur perdeu a espada de Cai e quando viu a espada encravada na rocha retirou-a e levou-a a seu pai. Neste momento alguns se ajoelharam e outro senhor, Ban da Bretanha, jurou Guerra ao bastardo. Começada a guerra, Arthur imobilizou Ban e pediu para Ban jurar fidelidade a ele. Ban disse que não juraria fidelidade a um rei que não tivesse ainda se tornado um cavaleiro de verdade. E Arthur, sem pestanejar disse: "Estás certo meu senhor, faça-me então cavaleiro e jure fidelidade ao seu rei." Diante disso, Ban não acreditando na coragem do jovem, tomou a Excalibur em suas mãos e fê-lo cavaleiro jurando-lhe fidelidade diante de todos os seus soldados. Assim, Arthur foi feito rei de toda a grande Bretanha (TABOADA, 2001).

pedra”, fosse fácil. Não é. Ao contrário, é trágico. Ou seja, o violento contraste entre espírito e matéria, por si só, no homem, já faz da sua caminhada evolutiva uma inescapável experiência de dor. E se somarmos a esta condição inescapável, o fato de ela operar num contexto de imprevisibilidades e ilusões, jamais podendo ser compreendida em sua plenitude, teremos uma verdadeira *Tragédia Grega*. Nestes termos, a “dor que deveras sente” o homem, apenas pode ser compreendida e transmutada em “obra de arte”, mas nunca aplacada definitivamente na existência. Mais precisamente, existir *per se* dói, pois toda dor é cosmicamente pedagógica. Isto é, toda dor é indicativa da necessidade de mudança à qual está subordinado o homem, entenda ele ou não a procedência ou o sentido da mesma. Enfim, toda dor é “veículo de consciência”, como assinalam a filosofia hindu, o budismo, o estoicismo, ou como enuncia simbólica e magnificamente *Édipo Rei*, uma das mais belas e comentadas tragédias da história.

Encenadas recorrentemente pelos “gregos encantados”, em seu *Teatro Mistérico*, a *Tragédia*, tal como floresceu no século VI a.C. dos *Mistérios de Elêusis*, era uma espécie de enredo sagrado do destino humano, sobre o qual Aristóteles deixou frugais e esquemáticas explicações em sua *Poética*. Numa delas, declara admirado “o Estagirita” que, “sendo a tragédia a imitação de homens melhores que nós, convém proceder como os bons pintores de retratos, os quais, querendo reproduzir o aspecto próprio dos modelos, embora mantendo semelhança, os pintam mais belos” (p. 24). É a partir destes comentários aristotélicos e de fragmentos de antigos textos do período arcaico da Grécia, que podemos conceber a Tragédia como “a obra teatral em que o destino e os deuses estão presentes e dirigem as ações dos homens. Estes estão sujeitos a uma Lei, *Diké*, que os hindus chamam de karma, segundo a qual, toda a ação gera reações equivalentes, de acordo com uma mecânica moral inexorável” (LIVRAGA, s/d, p. 11).

Destarte, sendo *Édipo Rei* – segundo Aristóteles – o mais perfeito exemplo de tragédia, Édipo é mais do que um mote psicanalítico para explicações sobre a libido em suas primeiras manifestações. É o “arquetipo” do maior desafio outorgado ao homem na existência – qual seja aceitar com dignidade as suas próprias dores, e nestas, tal como elas se apresentarem, descobrir-se a si mesmo dionisiacamente, isto é, de maneira alegre e entusiasta, mas também errante, dilacerante e regenerativa como fora o próprio destino do “Deus do Vinho”.

Neste sentido, em *Édipo Rei*, podemos vislumbrar simbolicamente tanto a quimera do homem que desconhece a sua verdadeira identidade e os horrores que podem decorrer desta inautenticidade existencial, quanto o desenlace de uma vida marcada pela autossuperação e

pela manifestação de todo o potencial humano – sendo este, simbolizado na busca de Édipo por um grande desafio, na audácia que teve em perseguir a verdade a qualquer preço, na dor de descobri-la e aceitá-la infortunadamente, e na coragem de refleti-la e compreendê-la, ainda que para isso fosse preciso cegar os olhos físicos para “ver melhor”, pois “o essencial é invisível aos olhos”. Em outras palavras, *Édipo Rei* conta a história de um homem condenado à dor antes mesmo de nascer; que inconscientemente mata o pai, desposa a própria mãe – tornando-se Rei –, tem quatro filhos com ela, e após descobrir quem é e o que cometeu por desconhecer-se a si mesmo e por procurar o seu próprio destino, outrora profetizado por um oráculo, cega-se, abandona o reino e exila-se solitariamente por vontade própria. Tamanha foi a sua dor, e maior do que esta, o seu esforço para purificar-se dos hediondos atos que cometeu, que depois de morrer em sacrifício, os Deuses concederam-lhe a imortalidade, numa extraordinária *apoteose*.

Com efeito, a saga heroica de Édipo, trágica em seu sentido artístico e filosófico, longe de ser uma falsificação do real, ou apenas a designação de um complexo freudiano, é o paradigma da própria condição humana, recriado em conteúdo na existência de todo homem que persegue as profundas verdades da vida, e na dor, busca com alegria, altivez e resignação, viver o único destino humano capaz de arrebatá-lo os Deuses – qual seja, o de tornar-se *Herói*. Em outras palavras, “há uma única estrada para o Caminho [e] só no seu final a Voz do Silêncio pode ser ouvida, [sendo] a escada pela qual o candidato sobe, formada por degraus de sofrimento e dor, que só podem ser silenciados pela voz da virtude” (*A Voz do Silêncio*, 2005, p. 75) – como apregoa um antiquíssimo “preceito de ouro” dirigido ao “caminhante” da vereda filosófica tibetana. Em suma, a *Ética Atemporal* sempre foi o caminho reto, o qual o homem que ama a sabedoria está destinado a trilhar, porquanto foi aquilo que, “qual frágua de Hefestos, proporcionou armas invencíveis àqueles semideuses capazes de descer até o centro de sua própria “Terra”, do seu substrato material, e de regressarem triunfantes ao mundo dos verdadeiros despertos” (LIVRAGA, s/d, p. 7).

Eis, portanto, o *fulcro humanizador* para o qual convergem todos os sistemas filosóficos da Tradição, tanto os de caráter político, quanto os de caráter artístico e religioso, que se desenvolveram no Oriente e no Ocidente, ao longo dos tempos: a *Ética Atemporal*, também conhecida como *Moral Transcendental*. Decerto, esta gnosiologia universal interessou a todos os filósofos e sábios da história, uma vez que eles deixaram compaginados, em magníficas obras, ensinamentos imortais acerca de como se viver humanamente. Sobre ela, afirma Livraga (s/d, p. 4), que

Constitui, em resumo, o âmbito natural em que se desenvolve o mais profundo de nós mesmos. É a moral da alma, do Eu Superior. É o Deus grego, a beleza e a harmonia interior. A moral transcendental não nasce, então, de ordens nem de regulamentações exteriores, mas, pelo contrário, evidencia-se quando a Alma se despoja das suas vestimentas e opacidades. É uma para todas as épocas e para todos os homens, mas eles só o sabem quando se conhecem a si mesmos. De alguma maneira, no entanto, a bússola para esta rota são os ensinamentos dos grandes livros que, como o exemplo típico do Bhagavad Gitâ, teatralizam essa ação interior e a põem ao alcance dos processos racionais, possibilitando assim um acesso mais claro à consciência em luta consigo mesma.

Sendo assim, podemos depreender que o grande desafio colocado aos homens de todos os tempos, no tocante a esta moral, não é conhecê-la, mas vivê-la, pois “Apesar de a pessoa poder viver cem anos, imoralmente e sem controle, melhor é, contudo, um só dia de uma vida que é moral e meditativa” (*Sahassa Vagga*, 8:10). Neste sentido, caberia aqui perguntar: o que seria plausível considerar como imprescindível para o homem *aprender a ser* humano, entendendo tal aprendizado a partir da vivência desta moral? Ou, numa indagação estoica feita por Marco Aurélio: “Onde, pois, poderá o homem encontrar o poder de guiar e salvaguardar os seus passos? [Responde ele próprio] Numa e só numa coisa apenas: na Filosofia (AURÉLIO, 2001, p. 34). Antes, contudo, pondera o imperador-filósofo nesta mesma reflexão:

Na vida de um homem, o seu tempo é apenas um momento, o seu ser um fluxo incessante, os sentidos uma vela mortíça, o corpo uma presa dos vermes, a alma um turbilhão inquieto, o destino, obscuro, e a fama, duvidosa. Em resumo, tudo o que é do corpo, é como água corrente, tudo o que é da alma, como sonhos e vapores; a vida, uma guerra, uma curta estadia numa terra estranha; e depois da fama, o esquecimento (p. 34).

Não por coincidência, Sêneca chegou a esta mesma conclusão, propondo inclusive – como fez Epicuro através do seu *Tetrapharmacum*¹⁷⁵ – “a filosofia como cura”¹⁷⁶ para os males da alma. Por isso mesmo, preocupado com as mudanças bruscas nos valores da Roma de seu tempo, e refletindo sobre o desconcerto moral do homem, bem como acerca das

¹⁷⁵ *Tetrapharmacum* se refere à medicina de Epicuro, a qual expõe suas doutrinas em quatro máximas morais: Não há que temer a Deus; Morte significa ausência de sensações; É fácil procurar o bem; É fácil suportar o mal.

¹⁷⁶ “Estamos aptos a pensar na filosofia grega em seu período clássico e associá-la com os nomes de Sócrates, Platão e Aristóteles. Deles era a filosofia da cidade-estado, pela qual, na esfera moral, o homem bom era sinônimo de bom cidadão. Mas com a dissolução da cidade-estado sob o domínio da Macedônia, uma era de individualismo se estabeleceu e os homens agora se voltavam à filosofia para aprender a viver suas vidas como indivíduos independentes; tornou-se até mesmo motivo de polêmica o fato de o homem bom participar ou não da vida pública [...] As duas escolas realmente vitais no século II a.C. foram a estoica e a epicurista, ambas se vangloriando de oferecer, mais do que uma filosofia, um modo de vida”. (BAILEY, 1992 *apud* EHRHARDT, 2008, p.108)

angústias disso decorrentes, apresentou em diversas obras¹⁷⁷ os princípios de sabedoria e liberdade que ele tanto perseguiu em sua *vida filosófica*. Quando escreveu, por exemplo, *De Tranquillitate Animi*, dedicado a seu amigo e discípulo Sereno, que lhe solicitou esclarecimentos para aplacar a sua angústia interior e chegar a um estado de tranquilidade, Sêneca acabou legando à humanidade fórmulas simples de como se contornar os impedimentos que obstam a paz interior, através de inúmeras reflexões que fez sobre os mais profundos paradoxos da condição humana, bem como sobre a importância do autoconhecimento e da prática das virtudes na constituição de uma vida plena. Chegou a escrever nesta obra que,

Assim como certas substâncias salutares surtem efeito por seu odor, sem passar pelo paladar e pelo tato, também a virtude propaga seu benefício mesmo à distância e sem ser visível. Quer ela se expanda e atue livremente, quer tenha precários canais de manifestação e seja obrigada a recolher as velas, quer fique muda e inativa, bloqueada num beco sem saída, quer se mostre franqueada, em qualquer situação ela é útil. (SÊNECA, *Sobre a Tranquilidade da Alma*, p. 177)

Na verdade, a prática das virtudes sempre foi a suprema consígnia de todos os estoicos, pitagóricos, platônicos, peripatéticos, filaleteus, budistas, confucionistas etc – enfim, de todos os filósofos da Tradição –, uma vez que, segundo eles próprios, este é o único meio capaz de conduzir o homem à arte de governar a si mesmo e, por consequência, de afastá-lo das paixões que desequilibram e atijam a alma a se lançar para fora e distante do autocontrole, pois “quem irriga, conduz as águas; aqueles que fazem flechas apagam as setas; carpinteiros trabalham a madeira; e os virtuosos se controlam a si mesmos (*Danda Vagga*, 10:17). Ademais, “o perfume das flores não sopra contra o vento, nem a fragrância do sândalo, tagara e jasmim, mas a fragrância dos virtuosos sopra contra o vento; o homem virtuoso permeia todas as direções” (*Puppha Vagga*, 4:11). Em outras palavras, a prática das virtudes é a via excelente através da qual o homem que busca aprender a ser humano se concentra. Tanto sabia-se disso no antigo Oriente, que os seguidores de Sidarta, O Buda, costumavam dizer proverbialmente que “assim como o arqueiro endireita o seu próprio arco e o cesteiro os seus vimes, também deve o desperto endireitar-se a si mesmo”. Também, e sem casualidade, séculos mais tarde, Marco Aurélio repetiria: “Hás de ser reto ou endireitado”. Em síntese, “não há, no mundo, outro agente de purificação igual à chama da virtude. Quem a conhece, quem a ela se dedica, será purificado das manchas da personalidade, e achará o seu

¹⁷⁷ Sêneca escreveu vários tratados filosóficos, nove tragédias, uma comédia, três consolações e 124 epístolas morais.

Eu Real” (*Jnana Yoga*, 4:38). Porém, é oportuno ressaltar que “se a alma não alcançou ainda o Conhecimento, pode parecer que o Eu Real é o maior inimigo, porque quer libertar a alma ignorante das ilusões e dos erros que se lhe tornaram agradáveis” (*Atma Sanyama Yoga*, 6:6).

Posto isso, e diante de tudo que foi exposto neste capítulo, caberia ainda perguntar: “o que é *virtude*?”. Livraga (s/d, p. 7) nos dá um belíssimo esclarecimento. Afirma este autor, a partir dos estudos que fez sobre as antigas tradições filosóficas clássicas, que:

À vivência da moral chamou-se, em Roma, virtude. A raiz etimológica deste termo não nos fala de desfalecimentos sensuais nem de languidez, mas de uma atitude agressiva face à vida; de heroísmo, de valor e de capacidade de trabalho e de combate. A *virtude é a vivência consciente das normas do caminho*¹⁷⁸; é o não claudicar face aos apetites do corpo, aos temores da personalidade e à vaidade da mente. A virtude é o "Pteros", o órgão alado da alma, o motor que nos leva de regresso à real felicidade, a nós mesmos, à Realidade, ao Logos.

Por concluir, se estamos “desvirtuados” e, nem de longe, aprendemos a ser a potência humana que somos, decerto é porque nossas “autênticas dores” foram extraviadas por desatenção, ou talvez substituídas por outras “menos doloridas”, uma vez que a nossa civilização é “descobridora” prolífica de “novas dores” físicas, psíquicas e sociais, imediatamente anunciadas e repostas no mercado da “felicidade a qualquer preço”, tão logo sejam descobertas as suas “curas” – umas e outras celebradas como mais uma evidência do “inequívoco” avanço da humanidade. Talvez por isso que, para sermos “alguém” no mundo, precisemos tanto das tecnologias do alento, disponíveis nas sempre arrumadas “prateleiras” das drogarias, dos templos do consumo, das teologias da prosperidade, dos programas de motivação empresarial – quando não, dos manuais de autoajuda; estes, quase sempre inautênticos e repetitivos, mas providenciais no fornecimento do “infalível” receituário de “como *aprender a ser* qualquer coisa em dez lições”.

Enfim, tem nos faltado, pois, a “dor excelente”, a “dor filosófica da guerra interior”, motor indispensável de todo processo humanizador, porquanto o seu combustível são as virtudes e os valores. Em outras palavras, só aprenderemos a ser o que somos, quando assumirmos o *sacrifício* como o excelente caminho de encontro com o nosso Eu Superior, ainda que este somente possa ser contemplado após um doloroso *exercício de liberdade*, isto é, *de obediência consciente* à dimensão cósmica da vida ou ao que neste trabalho foi chamado de *Ética Atemporal*. Sendo assim, que se cumpra a profecia: “Que a espada seja retirada da pedra! Que nasça um Rei!”.

¹⁷⁸ Grifo meu.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um exaustivo estudo sobre todos os tratados éticos disponíveis na Europa de seu tempo, buscando a concórdia entre eles, o filósofo renascentista Pico Della Mirândola inicia o seu *Discurso sobre a Dignidade Humana* afirmando que leu em escritos árabes que, tendo sido perguntado sobre qual seria o espetáculo mais maravilhoso do mundo, Abdala Sarraceno teria respondido: o homem. Resposta que concordaria com a mítica frase atribuída a Hermes: “Grande milagre, ó Asclépio, é o homem”. Sem destoar de Sarraceno nem de Hermes, porém, conclui Pico, acrescentando que espetáculo ainda mais maravilhoso é quando homem eleva-se e se torna um construtor, um criador, uma espécie de *demiurgo* de si mesmo e do mundo, aproximando-se de Deus. É isso que, segundo Pico, converte o homem em um ser digno, merecedor de respeito por parte dos outros homens: o autoaperfeiçoamento, a capacidade de se tornar, pelo uso da razão, dos valores e das virtudes, um “animal celeste”, próximo à máxima perfeição. Escreveu, o famoso autor das *900 Teses*:

Que a nossa alma seja invadida por uma sagrada ambição de não nos contentarmos com as coisas medíocres, mas de anelarmos às mais altas, de nos esforçarmos por atingi-las, com todas as nossas energias, desde o momento em que, querendo-o, isso é possível (PICO DELLA MIRÂNDOLA, 2001, p. 55).

Tendo a Comissão que elaborou o Relatório *Educação: Um Tesouro a Descobrir*, inspirado ou não suas expectativas educacionais para o século XXI na *dignidade humana* de Mirândola, o fato é que ela também aparece recorrentemente nas linhas desse documento da UNESCO, como uma necessidade a partir da qual convergem os objetivos fundamentais de todos *Os Quatro Pilares da Educação*. Sinal disso é que a Comissão admite que “o conceito de desenvolvimento humano é, pois, muito mais vasto do que as teorias clássicas do desenvolvimento econômico” (DELORS, 2006, p. 81), devendo a educação no século XXI fornecer a todos, o mais cedo possível, o “passaporte para a vida”, que os leve a compreender-se melhor a si mesmos e aos outros e, com dignidade, leve-os também a transformar o mundo (DELORS, 2006).

Por animador que seja este reconhecimento da UNESCO, e por importantes que sejam as iniciativas de instituições internacionais em promover relatórios, debates, agendas políticas e protocolos de intenção visando à educação mundial, parece que não há consenso entre os dirigentes políticos e os educadores, tampouco entre os membros de cada um destes grupos, quando o assunto é pôr em prática o que tão solenemente foi discutido. Há, inclusive, quem se

posicione de modo a esperar que aconteçam primeiro transformações nos sistemas políticos, no ambiente da cultura, na “temperatura” da economia, ou ainda, no eixo de rotação do planeta, para que alguma ação seja implementada. Se bem que, poucas seriam as remendas capazes de frear as engrenagens deste “trem desgovernado”, de modo a evitar grandes colapsos e traumas irreversíveis. Longe de pensar ser algo simples, a questão que se coloca aqui é outra: não há consenso, sobretudo porque a esmagadora maioria vê os problemas e procura as soluções de baixo para cima, e por isso mesmo mais competem entre si do que cooperam, cada qual reservando para si seus espaços de “direito” e só abrindo mão daquilo que não lhe é mais conveniente. Em outros termos, nestes fóruns de decisão política, há demasiados reclamantes, muitos intelectuais, poucos filósofos e nenhum sábio.

Falta filosofia no mundo. E num mundo sem filosofia, não há política, tampouco educação e “tesouros a descobrir”. Prova disso é que as nossas apostas político-educacionais, pragmaticamente, na maioria dos casos, são prolíficas na fabricação de “necessidades” que arrastam a educação para longe da própria vida e transfiguram crianças e jovens, muitos de coração ardente de idealismo, em autômatos viciados em matéria e egoísmo. No estofamento epistemológico que acomodam tais necessidades, por exemplo, encontraremos ainda hoje as teorias da *Tábula Rasa* e do *Penso, Logo Existo*; uma e outra não mais reducionistas que as suas sucedâneas do século XIX. Com efeito, ainda vigentes no século XXI, embora escamoteadas sob o signo da “novidade do momento”, estas teorias, ou melhor, o que fizeram delas, reduzem ainda hoje as “aprendências” humanas a meras experiências sensoriais-cumulativas e cognitivas, as quais – verdade seja dita – nunca satisfarão as profundas necessidades de um ser que, embora seja empírico e racional, está vocacionado a aspirar ao infinito.

Seja como for, o fato é que não foi a filosofia de Platão que venceu a “corrida”, senão sob forma obscura e transfigurada em purgatórios, cruces e sudários. Filósofos de verdade – como Pitágoras, Sócrates, Platão, Aristóteles, Zenão, Marco Aurélio, Sêneca, Confúcio e outros desta plethora de amantes da sabedoria – não correm, nem disputam altares, pedestais ou holofotes. Filósofos de verdade, amam a verdade, pois conhecem-se a si mesmos como suas genuínas expressões. Sabem que a intuição alcançam-na em átimos de compreensão, e que a dúvida é válida, porém, como meio e nunca como fim. Enfim, sabem que a razão não inaugura no homem a liberdade, pois o que liberta o homem é o amor, feito de pequenas coisas, como a tolerância com discernimento; o trabalho com disciplina; o perdão sem exigências; o sorriso temperado na dificuldade; a persistência sem fanatismo e o dever com respeito.

Com efeito, se hoje não há consenso sobre o quanto a sabedoria nos diz respeito, estando até mesmo ela submetida ao “imperativo categórico” do relativismo, decerto é porque, ao rompermos o nexos entre *educação* e *filosofia tradicional*, amputamos dos processos formais de aprendizagem praticamente todas as referências sobre como desenvolver os mais notáveis potenciais internos de que a natureza humana dispõe. Desta fratura epistemológica, decorreu também que, de tais processos, foi alijado aquilo que mais confere sentido à vida humana: valores. Em suma, desprovemos, pois, da educação o seu sentido último – a saber, o de guiar a consciência humana a um aperfeiçoamento através da vivência moral. Em seu lugar, insolitamente, colocamos conteúdos informativos massificadores, palavras ocas e dissimulações verborrágicas, cuja legitimidade é garantida apenas porque nos tornamos medíocres, “cegos de nós mesmos” e desconhedores dos verdadeiros processos de educação; estes sim, capazes de transmutar o empalidecido e amedrontado “animal racional” dos tempos atuais num herói cotidiano, cuja dignidade, *a la Mirândola*, seria autárquica e autoafirmativa. Afinal, que processos são estes, os quais foram capazes de dar à luz aqueles filósofos e, na Renascença, os mais extraordinários gênios das artes e ciências? Como foram educados? Onde *aprenderam a conhecer, a fazer, a conviver e a ser* de um modo tão especial?

Sigamos, pois, as pistas deixadas por eles. Antes, porém, reconheçamos, francamente, que é no íntimo profundo de cada homem que se esconde o tal “tesouro a descobrir”, e não em suas 70 trilhões de células eucarióticas e no seu enigmático psiquismo. Ou seja, o valor deste tesouro não é mensurável, calculável, nem quantificável. Porém, é factível e demonstrável através do comportamento de um verdadeiro Rei. E mais: se este reluzente transfundo somente pode ser eduzido¹⁷⁹ do homem através da educação, o significado mais brilhante desta será sempre intangível de um ponto de vista estritamente lógico e ultrapassará todo e qualquer marco teórico a seu respeito, por mais importantes que sejam conjunturalmente, tais como desenvolver “consciência revolucionária” ou “inteligência emocional”. Em outras palavras, a educação é o único *meio* através do qual o humano do homem projeta-se no mundo, permitindo a ele, através do desenvolvimento de uma cultura ou de uma civilização, cravar na história marcas de sua realeza interior. É a chave que abre as portas da vida e dos

¹⁷⁹ O dicionário etimológico, ao explicar o significado da palavra *educação*, apresenta o termo *educar* e indica a sua origem latina *educare*; e o termo *eduzir*, do latim *educere*, define-o como “extrair de dentro”, “deduzir” (CUNHA, 1982, 284). O mesmo dicionário apresenta, em relação ao termo educação, a expressão *dúctil*, do latim *ductilis*, sendo o particípio passado de *ductus*, derivado de *ducere*, que significa “conduzir”, “guiar de dentro para fora” (CUNHA, 1982, 179). Por sua vez, a pesquisadora Maria Anita Martins diz que a etimologia da palavra educação é procedente do latim e apresenta dupla origem: do *educere* (fazer sair, tirar para fora, trazer à luz, educar) e do *educare* (criar, amamentar, sustentar, elevar, instruir, ensinar).

seus mistérios; não devendo, por isso, afastar-se da filosofia, uma vez que somente esta pode lhe nutrir de grandes ideais e valores e lhe conferir equilíbrio e direção. Enfim, a educação é, por excelência, a garantidora da marcha evolutiva da humanidade, uma vez que a Tradição Filosófica lhe é depositária. Somente nestes termos ela é também “um tesouro a descobrir”. Talvez por desconfiar da plausibilidade de tais pressupostos, a Comissão recorreu a uma fábula¹⁸⁰ de um poeta-filósofo da Renascença para atribuir o título ao mencionado Relatório:

“Evitai (disse o lavrador) vender a herança, que de nossos pais nos veio. Esconde um tesouro em seu seio.” Educação, isto é, tudo o que a Humanidade aprendeu acerca de si mesma. Atraiçoando um pouco o poeta, que pretendia fazer o elogio do trabalho, podemos pôr na sua boca estas palavras: “Mas ao morrer, o sábio pai fez-lhes esta confissão: — O tesouro está na educação” (DELORS, 1996, p. 29).

Por tudo que foi exposto neste breve trabalho, não me parece arriscado afirmar que existe, sim, uma essência humana e uma teoria geral da vida, capaz de infalivelmente nos apontar o que é propriamente nosso neste esquema cósmico plural de seres e coisas. Se Hobbes, Marx, Comte e outros disseram o contrário, é porque precisaram dizer o que disseram. Não erraram totalmente. Apenas pensaram metonimicamente, tomando “a parte pelo todo”. Apontaram, pois, para uma peça, acreditando estar diante de todo o microcósmico “quebra-cabeça” humano. Fico, no entanto, com os filósofos da Tradição, cuja compreensão sobre o homem e sobre tudo que tange à sua existência parece-me mais completa, holística e vital. Não me impressionam, portanto, as elaborações filosóficas e científicas modernas, pelo que aparentemente têm de originais. Prefiro ir às matrizes excelentes de onde os filósofos e cientistas modernos extraíram as suas “novidades” intelectuais.

Por isso mesmo, os argumentos apresentados nesta dissertação podem não ter sido suficientemente persuasivos para convencer leitores que tenham buscado convencionalismos acadêmicos. Nada do que foi escrito pareceu-me convencional, sobretudo porque advoguei em defesa da verdade e da sabedoria, os valores mais vilipendiados dos dias atuais. Inclusive, no tocante ao corpo teórico utilizado neste trabalho, ousou supor que, só de ouvirem falar em obras como o *Bhagavad Gitâ* e o *Dhammapada*, alguns intelectuais tiram precipitadamente conclusões fantasiosas, do tipo que as fazem “místicas” ou “esotéricas”. Garanto, porém, que quando as li e reli, foram poucos os incensos acesos nas madrugadas, com nenhuma mandala nem duendes à vista. Na verdade, o mais provável é que certos intelectuais veem nestas obras a confirmação dos seus próprios preconceitos em relação aos antigos conhecimentos filosóficos da Tradição. Façam a interpretação que fizerem, o fato é que qualquer educador

¹⁸⁰ *O Lavrador e os seus filhos.*

que revisitá-las sem preconceitos, poderá extrair ensinamentos que sempre servirão para a constituição de uma verdadeira educação.

Concluo, então, que até onde foram as observações, críticas e ponderações que procurei tecer neste trabalho, transitei livremente entre o discurso acadêmico e a voz do coração. Se por causa disso descreditei as proposições que fiz à luz da filosofia tradicional, que a vida seja então o “campo de provas”.

Por fim, cabe ainda aqui um conclave: para os que dormem, filosofia; para os despertos, o dever. Dever de despertar os que dormem através da sementeira de uma nova “primavera humana”, de um novo “século de ouro”, de uma nova *Renascença*. E antes que esta nova estação filosófica floresça exuberante como as flores de lótus e anuncie a chegada de um tempo em que aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser resume-se em “aprender a viver”, comecemos a apertar bem os olhos, pois, em verdade, nunca estivemos cegos, sequer acometidos por miopias ou erros de refração de qualquer tipo. O fato é que, sem filosofia, perigosamente, apenas nos acostumamos com as ilusões e a escuridão da caverna, pois há muito estamos presos, “de pernas e pescoço acorrentadas, de modo que não podem[os] mexer nem ver senão o que está diante [de nós], pois as correntes [nos] impedem de voltar a cabeça para trás [...] e ver as coisas mais distintas do que se [nos] mostram” (PLATÃO, *A República*, p. 298).

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. O ensaio como forma. Sociologia. São Paulo: Ática, 1994.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos, 1947. Disponível em: <<http://antivalor.vilabol.uol.com.br>>.
- ALMEIDA, J. C. Antropologia da Solidariedade. Porto: Revista Notandum, nº 14, 2007. Disponível em: <<http://www.hottopos.com>>.
- ARENDT, H. Entre o Passado e o Futuro. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.
- ARISTÓTELES, Política. S/d. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>.
 _____. Ética a Nicômaco. S/d. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>.
 _____. Poética. S/d. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>.
- AURELIO, M. Meditações. Tradução de Luís A. P. Varela Pinto. Espinho: 2001. Disponível em: <<http://www.psb40.org.br/bib/b34.pdf>>.
- BACH, R. Ilusões. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1977.
- BAILEY, Cyril (Org.). O legado de Roma. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- BARNES, J. Filósofos Pré-Socráticos. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAUMAN, Z. Amor líquido – Sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- BELUSSI, J. M.; GERALDINI, D.; PRADO, E. Número de ouro. Artigo / Departamento de Matemática da Universidade Estadual de Londrina, s/d. Disponível em: <<http://www.uel.br/cce/mat/geometrica/artigos/ST-15-TC.pdf>>.
- BHAGAVAD GITÂ, A Mensagem do Mestre. Tradução de Francisco Valdomiro Lorenz. São Paulo: Ed. Pensamento, 2006.
- BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, Edição Ecumênica, 1980.
- BLAVATSKY, H. B. A Voz do Silêncio. Tradução de José Antunes. Lisboa: Edições Nova Acrópole, 2005.
- _____. A Voz do Silêncio. Trad. De Associados da Loja Teosófica do Brasil. Theosophy Company, Los Angeles, EUA, 1987.
- BOMTEMPO, M. O Caduceu de Mercúrio. Rio de Janeiro: Ed. Best Seller, 1995.
- BRISSON, L.; PRADEAU, J. F. Vocabulário de Platão. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

BUENO, F. da S. Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa. São Paulo: Lisa, 1988.

BUTERA, M. G. A Arte de Conviver: Uma Virada Inclusiva. Tradução de Maria Stella Gonçalves. São Paulo: Editora Paulus, 1ª Edição, 2010.

CAMPBELL, J. 1990. O poder do mito. Tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athena, 2001.

CAPRA, F. O Ponto de Mutação: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente. São Paulo: Cultrix, 25. ed., 1982.

CARVALHO, O. de. A Filosofia e o seu Inverso e Outros Estudos. Campinas: Vide Editorial, 1ª edição, 2012.

CONFÚCIO. Analectos. Org.: Daniel Machado. Brasília: Editora Quiron, 2010.

CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DELORS, J. Educação: “Um Tesouro a Descobrir”. Tradução de José Carlos Eustáquio. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

DETIENNE, M. Os Mestres da Verdade na Grécia Arcaica. Tradução de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

DHAMMAPADA, O. Tradução de Mascus Beltrão. Disponível em: <<http://www.marcosbeltrao.net>>.

ECHENIQUE, M.; ALVES, D. P. Filosofia e Vocação para educadores: trilha A. Belo Horizonte: Ed. Nova Acrópole, 2009.

EHRHARDT, M. O Arquiteto do Social: Sêneca e a Construção de Modelos para a Sociedade Romana. Tese de Doutorado, Repositório PPGH / UFPR. Curitiba: 2008.

ELIADE, M. Ferreiros e Alquimistas. Tradução de Manuel Peres Ledesma. Paris: Editora Flamarion, 1956.

ELIOT, T. S. Notas para uma Definição de Cultura. Tradução de Gerson Souza. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

EUGEN, H. A Arte Cavalheiresca do Arqueiro Zen. Tradução de J. C. Ismael. São Paulo: Editora Pensamento, 1975.

FARAGO, C.; SAMPAIO, C. O Pensamento Político de Zenão como Princípio Fundamental dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2014/05/O-pensamento-politico-de-Zenao-de-Citio-como-principio-fundamental-dos-Direitos-dos-direitos-Humanos.pdf>>.

FERNANDESZ, J. C. A poesia, Transformadora do Mundo. Belo Horizonte: Edições Nova Acrópole, 2012.

FERRAZ JÚNIOR, T. S. Introdução ao estudo do direito: técnicas, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 4. ed., 2003.

GALEFFI, D. A. O Que é Isto, A Fenomenologia? In: Ideação. Feira de Santana: n.5, 2000.

GAZOLLA, R. O ofício do filósofo estóico: o duplo discurso da Stoa. São Paulo: Editora Loyola, 1999.

GELB, M. J. Aprenda a pensar com Leonardo da Vinci: sete passos para o sucesso no seu dia a dia. São Paulo: Atica, 2000.

GIARDINA, A. O Homem Romano. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v. 35, n. 2, 1995.

GUTIÉRREZ, J. L. O conceito de caos no mundo antigo. In: Revista Primus Vitam, nº 2, maio/2011.

GUZMAN, D. S. A Arte de Cultivar Amizade, Coleção Pérolas de Sabedoria. Belo Horizonte: Edições Nova Acrópole, 2009.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2001.

KISSINGER, H. Sobre a China. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

LAO-TSÉ. Tao Te Ching. Tradução de Huberto Rohden. São Paulo: Martin Claret, 2003.

LEAL, M. R. Os Quatro Pilares da Educação e a Formação de Professores de Língua Inglesa. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGE da PUCPR, 2003. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Painel/Painel/12_29_15_O>.

LIPTON, B. H. Evolução Espontânea. Tradução de Yma Vick. São Paulo: Lida Editora, 1ª Edição, 2013.

LIVRAGA, J. A. O Neo-Racionalismo. In: Os Grandes Mitos do Século XX. Porto: Edições Nova Acrópole, 1995.

_____. A Tragédia Grega. Tradução de Eduardo Amarante. Lisboa: 1ª Edição, Edições Nova Acrópole, 1998.

_____. Curso de Filosofia à Maneira Clássica, OINA (Organização Internacional Nova Acrópole) s/d.

_____. Existiu magia no Egito? Belo Horizonte: Edições Nova Acrópole, 2011.

LOUÇÃO, P. O Retorno da Filosofia., Lisboa: Revista Virtual do Instituto Internacional Hermes (OINA), 2013. Disponível em: <<http://paulo-loucao.blogspot.com.br/2013/05/o-regresso-da-filosofia.html>>.

MARCONDES, D. Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 9.ed., 2005.

MARROU, H. História da Educação na Antigüidade. São Paulo: EPU, 1990.

MARTINS, M. A. V. Educação. In: FAZENDA, I. C. A. (Org.). Dicionário em construção: interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2.ed, 2002.

MARX, K. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MORIN, E. Ética, Cultura e Educação na Era Planetária. São Paulo: Cortez, 2007.

NICOLET, C. O cidadão e o político. In: GIARDINA, Andréa. O Homem Romano. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

NIETZSCHE, F. Genealogia da moral: uma Polêmica. Tradução de Paulo César de

PAIM, E.; PAIM, R. Sistemismo Ecológico Cibernético - Um Paradigma Holístico. Recife: Ed. Cel, 2004.

PALAZZO, L. Ciência e Educação no Século XXI. In: Revista da UFLA, 2003.

PAULO, M. N. Indagações sobre a imortalidade da alma em Platão. Porto Alegre: Ed. Edipucrs, 1996.

PAVIANI, J. O Ensaio como Gênero Textual. Artigo apresentado ao V Simpósio Internacional sobre Gêneros Textuais. Caxias do Sul: 2009.

PIAZZA, W. Introdução à Fenomenologia Religiosa. Petrópolis: Vozes, 1976.

PICO DELLA MIRANDOLA, G. Discurso sobre a dignidade do homem. Tradução e introdução de Maria de Lurdes Sirgado Ganho. Lisboa: Edições 70, 2001.

PIRES, C. Convivência política e noção tradicional de justiça. In: BRITO, Adriano N. de; HECK, J. N. (Orgs.). Ética e política. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

PLATÃO. A República. S/d. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>.
_____. Ion (Sobre a Inspiração Poética). S/d. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>.

_____. O Banquete. S/d. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>.

_____. Timeu-Crítias. S/d. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>.

_____. Fédon. S/d. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>.

RAM, S. O Interesse Humano. Trad.: Edith B. Carroll. s/e, Houston (Texas) s/d.

RAYGADA, R. L. Giordano Bruno: quatrocentos anos depois... sua vida e sua mensagem. Belo Horizonte: Edições Nova Acrópole, 2012.

REALE, G. História da Filosofia Antiga. v. I. Tradução de Henrique C. Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994.

ROBLES, J. P. As fraternidades dos construtores de catedrais. In: Revista Esfinge, 2013. Disponível: < <http://revistaesfinge.com.br/as-fraternidades-dos-construtores-de-catedrais/>>.

SARAMAGO, J. Ensaio sobre a cegueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHUBACK, Márcia Sá Cavalcante. As cordas serenas de Ulisses. In: Ensaios de filosofia - Homenagem a Emmanuel Carenerio Leão. Márcia S.C. Schuback (org.). Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHURÉ, E. Os Grandes Iniciados. São Paulo: Madras, 2011.

SCHWARZ, F. A Tradição e as Vias de Conhecimento. Belo Horizonte: Ed. Nova Acrópole, 1999.

SÊNECA. Sobre a tranquilidade da alma. Tradução de José Eduardo S. Lohner. Editora L&PM, 2009.

SHILLING, V. Um Estado para o Gênero Humano por Inteiro. Revista Virtual Pensamento e Cultura, Educaterra, 2002. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/index_cultura.htm>. Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SPINELLI, M. Questões Fundamentais da Filosofia Grega. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

TABOADA, F. A. Excalibur e os Mistérios Iniciáticos. Belo Horizonte: Edições Nova Acrópole, 2001.

THIRY-CHERQUES, H. R. A Regra de Ouro e a Ética nas Organizações. Cadernos EBAP, Schielo Brasil, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v4n4/v4n4a10>

URBAN, P. Aprender é Descobrir. In: Revista Planeta, edição n. 367, abril/2003.

VERNANT, J. As origens do pensamento grego. Tradução de Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Difel, 12.ed., 2002.

ZENI, E. L. Um Estudo do Teeteto de Platão. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGF da UFSM, 2012. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/ppgf/wp-content/uploads/2011/10/DISSERTA%C3%87%C3%83O-final.pdf>>.